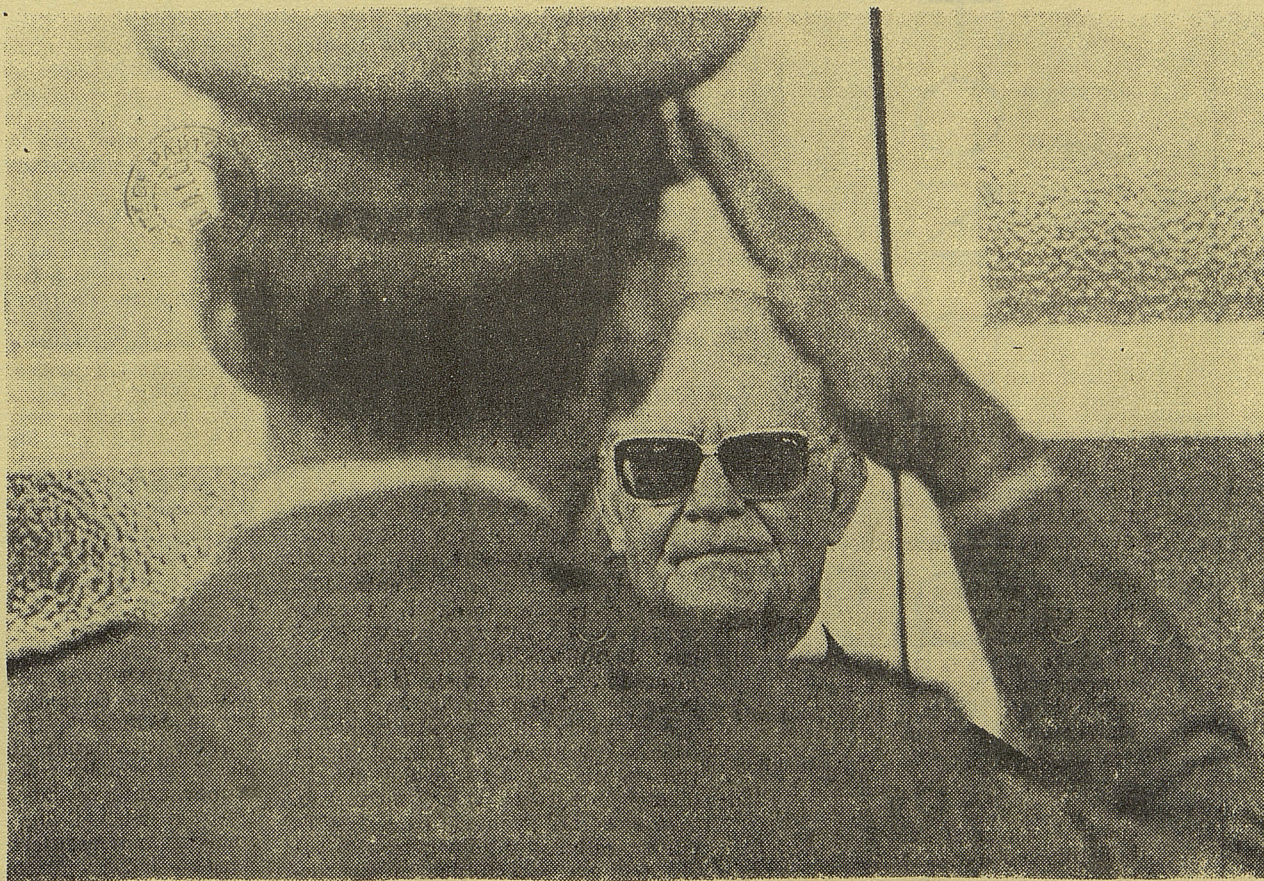

conjuntura brasileira



índice

guia de leitura	2	movimentos sociais	29
polít. e com. exterior	6	• operários	
• geisel na França		• estudantes	
economia	16	• igreja	
política nacional	23	• entrevista com Manuel da Conceição	
• militares		repressão e censura	42



ano 2 - numero 10 - março/abril 1976 - 6 ff

4ºP 8821

guia de leitura

A conjuntura política brasileira tem sido marcada, sobretudo nos últimos 4 meses por acontecimentos que, vistos isoladamente, podem parecer um amontoado de medidas contraditórias da ditadura. Para situá-las e compreendê-las devemos remontar à um quadro mais amplo em que se desenvolve a política "distencionista" do governo Geisel.

No guia de leitura do cb nº 8 (nov/dez.75) assinalávamos que à ditadura se impunha cada vez mais uma reforma da estrutura do poder para fazer frente as novas condições políticas e sociais de dominação. Mas que, as condições para a realização dessa reforma se agravavam em razão da ampliação dos conflitos interburgueses e, sobretudo, em razão do desenvolvimento de um movimento de oposição democrático e popular, cuja dinâmica pode fugir à sua capacidade de controle e absorção. A reforma política se constituiu, portanto, num imperativo para a ditadura no sentido de resolver a atual crise de dominação. Ela está condicionada à reorganização de suas bases de sustentação e a criação de novos mecanismos de legitimidade. Ainda no guia mencionado dizíamos que tal reforma tem como objetivo a consolidação da ditadura a partir da reorganização do poder político. É pois num contexto em que ganharam corpo os conflitos interburgueses e se alarga a contestação popular a ditadura que o projeto institucional defendido pelo setor Geisel tenta se implantar.

Apesar das condições mais favoráveis que desfrutou, logo que proclamado, o processo "distencionista", seus defensores, passados dois anos, não conseguiram implantar nenhuma reforma nas estruturas políticas que lhes assegurasse um espaço por onde fazer avançar o projeto institucional e impedir-lhe contornos mais precisos.

Isto se deve a fatores que estão na origem das razões que impulsionaram a própria necessidade da reforma política. Ou seja, a crise de hegemonia do poder político da ditadura não só sobre os diferentes setores das classes dominantes como sobre o conjunto da sociedade. Diga-se, as condições para o exercício dessa hegemonia. No seio das classes dominantes as divergências impedem a conformação de um novo consenso que possa possibilitar a implantação de uma reforma política. Num período de crise econômica que se agrava (ver pag. 16 e segs.), a condição de continuar "discutindo" torna-se a condição de dominação, embora o projeto institucional não só mantenha sua atualidade, como venha se fortalecendo junto a diferentes setores da burguesia e das forças armadas. Entretanto, é a existência hoje no Brasil de um movimento de oposição democrático e popular que compõe o quadro mais amplo a que a ditadura deve fazer face ao mesmo tempo que busca restabelecer sua hegemonia.

Já em fins de 1973 o movimento de contestação à política da ditadura se fazia presente nas greves e outras manifestações da classe operária - ainda que esparças - reivindicando melhores salários e contra as condições de trabalho; na pressão dos setores liberais-democráticos da imprensa e da intelectualidade, por melhores condições de expressão; nos estudantes que a partir dos debates e movimentos pela reabertura dos Diretórios Acadêmicos, radicalizavam suas posições; em setores da igreja, através das denúncias da violência e do arbítrio contra os prisioneiros políticos e das condições de miséria crescente das massas rurais e urbanas. Fazer frente a este movimento de contestação que nem sempre é controlável pela repressão e pela censura constituía, já naquele momento, uma das condições de estabilidade da ditadura e, sobretudo, uma das condições de vitória dos defensores do projeto institucional. Em 74 o descontentamento desaguou, como oposição à ditadura, na vitória do MDB que tinha realizado uma campanha eleitoral de contestação da política-econômica, dos atos de exceção e de reivindicação de garantias democráticas. →

Desde então, mudanças significativas se operaram no interior deste movimento de oposição democrático e popular, se o analisamos do ponto de vista de sua acumulação de forças potencial e da diferenciação ideológica que dentro dele vai se conformando. Do ponto de vista de sua organização este movimento ainda se caracteriza pela dispersão de forças, pela ausência de articulação entre elas. Mas, as últimas proposições dos encontros de estudantes, o trabalho de base realizado por setores da igreja, a mobilização de setores da pequena burguesia, assim como o crescimento da oposição sindical, indicam que forjam-se as bases não só para sua articulação como para seu crescimento e para um direcionamento mais preciso de suas lutas. Desde algum tempo este movimento se distingue claramente do MDB e desenvolve uma dinâmica própria, alimentado no crescimento do descontentamento social generalizado e nas lutas levadas a prática, por diferentes setores, contra a ditadura.

Em contrapartida, o projeto "distencionista" não conseguiu ampliar seu espaço político nesses setores de oposição, seja através do atendimento de algumas de suas reivindicações, seja pelo fato de não poder enfrentar sua radicalização - especialmente em algumas conjunturas - sem ter que recorrer pura e simplesmente aos mecanismos de exceção e à repressão.

A intensificação da repressão a partir do segundo semestre de 75 e a cassação dos mandatos políticos de 5 deputados do MDB, estão diretamente ligadas a polarização das posições políticas, no conjunto da sociedade, em prol de transformações democráticas reais, que se cristalizadas num movimento de massas mais consequente, não só agravariam a crise de dominação da ditadura, como poriam em risco os rumos que poderia tomar o projeto "distencionista".

Frente a esta situação o ditador Geisel, na atual conjuntura, procura assumir uma intervenção política mais ofensiva que possa abrir espaços à continuidade de seu projeto. Nesta linha se enquadram a intervenção no aparelho repressivo do II Exército; as transferências operadas em alguns comandos militares estratégicos; o reconhecimento da importância das próximas eleições e o empenho na campanha eleitoral; a decisão de acelerar o envio ao Congresso, para aprovação, do projeto de reforma do judiciário (ver cb 9).

Diversos pronunciamentos indicam que estaria se conformando uma unidade de ação entre os setores favoráveis a "distensão"/institucionalização em torno a dois objetivos: a reafirmação da necessidade da reforma política e de que a condição de sua realização é a moderação. São indicativos neste sentido o discurso de Rodrigo Otavio no STM, pronunciamentos de aprovação à política Geisel por setores empresariais - que estabelecem uma sintomática aliança entre "autoritarismo" e a besta negra "estatização" -, assim como das lideranças no Congresso. Por outro lado, sem deixar de afirmar a necessidade de "distensão" e mesmo de apontar suas próprias concepções sobre seus rumos, editoriais da imprensa (ESP-JB-Globo, etc.), declarações das lideranças do governo - e também do MDB - e o próprio Geisel, clamam pela contenção dos "radicalismos" em prol de uma unidade em torno ao compromisso eleitoral.

No cb 9 se viu que as medidas do governo que indicavam uma ação "distensionista" tiveram como consequência a ampliação conjuntural das bases de apoio ao projeto Geisel, facilitando a retomada do diálogo e a recriação de expectativa mesmo junto a setores mais críticos da oposição. Nesse sentido é importante assinalar a declaração de D. Evaristo Arns e, sobretudo, o apelo de solidariedade a Geisel feito pelo ex-deputado Lysianeas Maciel (cb9). Apesar da concentrada ação repressiva as posições do MDB vem sendo de recuo e "moderação". Este clima de conciliação se estende apesar das frustrações com a Mensagem Presidencial ao Congresso e mesmo depois da cassação dos tres deputados federais. →

Para fazer frente à potencialidade das contradições do Estado burgues na atualidade, as classes dominantes iniciaram uma fase de reformulação de suas concepções estratégicas e de reestruturação do aparelho militar-repressivo.

A ditadura militar foi progressivamente substituindo os instrumentos clássicos do Estado burgues para conter a irrupção da luta de classes, como o Estado de Sítio, por mecanismos repressivos permanentes alicerçados sobre a noção de "Segurança Nacional". Enquanto Estado de exceção, criou um sistema legal e institucional em ruptura com a juridicidade tradicional.

Esta reformulação estratégica da dominação de classe da burguesia teve na Escola Superior de Guerra (ESG) seu ponto de apoio fundamental. Seu corpo de doutrina assentado no trinômio poder nacional, objetivos nacionais e estratégia nacional tem formado os quadros que ocupam diversos postos no aparelho do Estado. Hoje, frente as contradições do processo de acumulação e a perspectiva da emergência do movimento de massas, acrescenta a sua doutrina a noção de "mobilização nacional". Definida esta como "conjunto de atividades empreendidas pelo Estado, visando compulsória e aceleradamente transferir meios existentes e promover a produção interna de meios adicionais, para atender a graves situações ligadas à segurança nacional... um recurso extremo que, envolvendo uma gama de medidas de acentuado vigor em todos os campos, interfere na estrutura sócio-econômica e chega a modificar normas jurídico administrativas tradicionais, quando assim o exigirem os superiores interesses da nação". A reflexão sobre um sistema "mobilização nacional" será já este ano o centro das preocupações da ESG. Esta estratégia de emergência, a semelhança da maior periodicidade das reuniões do Conselho de Segurança Nacional (CSN) não deixa margem a dúvidas: a burguesia brasileira se prepara para enfrentar a eventualidade de uma situação revolucionária. Provavelmente, avaliando as experiências das lutas de classes em outros países, julga insuficientes os instrumentos repressivos permanentes em vigor para assegurar a ordem capitalista nas condições de uma crise grave do sistema de dominação política. Portanto, no processo da luta de classes, o Estado burguês evoluiu de "Estado de direito" à "Estado de Exceção" e agora a burguesia prepara-se para a crise do "Estado de Exceção", correspondendo no plano estratégico à sucessão defesa, segurança nacional e mobilização nacional. É importante assinalar também que esta reformulação estratégica não recobre exclusivamente os instrumentos repressivos, mas pretende ser uma resposta política global da burguesia ao agravamento da luta de classes.

A reorganização do aparelho policial também esteve em pauta na recente Conferência Nacional de Secretários de Segurança Pública. Impulsionado pela ditadura militar este encontro visou a articulação das polícias estaduais à Polícia Federal de tal forma a descentralizar o combate à "subversão". Seria criado para isso um Conselho Federal de Polícia e, o que é mais relevante, se subordinaria as Polícias Militares às Secretarias de Segurança Pública. Assim, o corpo das FFAA deixaria de envolver-se diretamente no combate à "subversão", como forma de preservar a sua unidade em situações críticas. E o próprio poder central se desincumbiria relativamente da repressão corrente. Tais medidas tem como objetivo assegurar a unidade do aparelho do Estado burgues e especialmente, sua coluna vertebral, as FFAA, numa situação de conflitos sociais e políticos crescentes. Ao mesmo tempo, a tentativa de dissociar as FFAA da prática da repressão. Finalmente, ressalte-se a proposta da instituição da prisão cautelar, que significa retirar do Judiciário a incumbência de decretar a prisão de um indivíduo, entregando-a diretamente a Polícia. Na prática, a prisão cautelar não fa

ria mais que regulamentar uma situação de fato, aquela dos prisioneiros que permanecem "detidos para averiguações sem prisão preventiva decretada. A prisão cautelar decretada pela própria polícia aliada às restrições do habeas corpus, completaria o quadro da arbitrariedade policial, agora com uma moldura jurídica.

Frente ao fracasso retumbante da viagem de Kissinger no plano comercial, o agravamento do protecionismo nos países imperialistas e o refluxo do capital financeiro internacional, a vinda do ditador Geisel à Europa reveste-se de importância crucial para o regime. Todo o protesto da esquerda trabalhista inglesa (cb 9/10), e as inúmeras manifestações de repúdio de que ele foi alvo na França (ver pag. 6 e segs.) não detiveram os arautos do "pragmatismo responsável". O ridículo embaixador da ditadura em Londres, o famigerado Roberto Campos, chegou a afirmar que um país democrático como o Brasil já habituou o ditador Geisel à esse tipo de críticas. A verdade é bem outra: o esquema de segurança montado pela ditadura militar, que enviou "precusores" à estes países, dimensiona sua verdadeira "imagem" internacional. O fato de que o ditador ficou alojado no Palácio de Versalhes e que se locomoveu sempre em helicóptero, mais além dopalavreado sobre as honrarias especiais que lhe foram concedidas por Giscard, demonstrou o temor de que a sua presença pelas ruas de Paris, não seria corretamente interpretada (ver pag. 16).

Na França e na Inglaterra, segundo o Ministro das Relações Exteriores, a ditadura militar terá a oportunidade de "mostrar aos Estados Unidos que o Brasil dispõe de outras opções". Giscard d'Estaing, por sua vez, assinalou, antes da chegada do ditador, que 1976 será o "ano das relações franco-brasileiras". Para o governo britânico a visita de Geisel será um primeiro passo na reconquista da proeminência inglesa no Brasil no século XIX e primeiras décadas do século XX. O Ministro Silveira já teria quantificado esta viagem em 3 bilhões de dólares. No contexto da política protecionista da CEE e da recessão generalizada do capitalismo mundial, tais pretensões invadem o terreno da comédia, com atores de nível internacional.

A ditadura militar, premida pela estreiteza dos mercados dos países imperialistas, tem buscado aumentar suas trocas comerciais com os países do COMECON. O superavit comercial (exportações-importações) que o Brasil apresenta com a maioria dos países socialistas do leste europeu, lhe permitiria importações alternativas aos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Neste particular, há que ressaltar as compras recentes de carvão polones (50% das importações brasileiras).

Os investimentos diretos do Brasil no exterior, realizados principalmente pelas suas empresas públicas, atingiram o montante de 120 milhões de dólares em 1975, mais que o dobro do ano anterior. A expansão capitalista brasileira tem no Banco do Brasil seu principal agente: no ano passado, enquanto seus ativos no exterior cresceram mais de 900 milhões de dólares, os créditos externos concedidos elevam-se de 1, 4 bilhões de dólares (81%). Além disso, toda sua infraestrutura no exterior se adequa progressivamente a esse expansionismo, seja financiando operações comerciais e industriais, seja dispondo de escritórios em suas agências para a Associação de Exportadores Brasileiros ou a Associação de Trading Companies (das quais a mais importante é a INTERBRAS, subsidiária da Petrobas). Portanto, esta expansão capitalista brasileira se faz apoiando-se essencialmente no Estado e no capital financeiro nacional (e também internacional).

política e comércio exterior

ACORDOS EM LONDRES E PARIS

ESP
14-3-76

O chanceler Azeredo da Silveira admitiu ontem, em Presidente Prudente, que o Brasil poderá vir a firmar importantes acordos com a França e a Inglaterra, durante a visita do presidente Geisel a Paris e Londres, mas disse que, mais importante que qualquer documento que venha a ser assinado, é o estreitamento de relações com esses países e o fato de poder mostrar aos Estados Unidos que o Brasil dispõe de outras opções para buscar o seu próprio desenvolvimento.

Referindo-se à Lei do Comércio dos Estados Unidos, Silveira destacou a importância da visita de Henry Kissinger ao Brasil e lembrou a própria declaração do secretário de Estado ao Congresso, em que afirma que muitas vezes a atuação do poder Legislativo americano dificulta o bom relacionamento dos Estados Unidos com países como o Brasil. Segundo o chanceler, a opinião pública norte-americana tem se mostrado sensível ao problema e participa desse ponto-de-vista de Kissinger. Quando lhe perguntaram se o Brasil iria firmar um acordo de energia solar com a França, durante a visita de Geisel a Paris, o chanceler admitiu essa possibilidade e a possibilidade de outros acordos importantes com a Inglaterra, mas frisou que mais importante que isto é o relacionamento com esses países, pois a visita presidencial dará possibilidade a que se firmem várias posições comuns com os países visitados, fornecendo outras opções que não são as oferecidas pelos Estados Unidos.

A intenção da França e da Grã-Bretanha de estreitarem mais suas relações com o Brasil já se vinha manifestando há algum tempo, mas se tornou mais visível depois que o Brasil assinou o acordo de cooperação nuclear com a República Federal da Alemanha, em junho do ano passado. Esse acordo, envolvendo operações avaliadas em mais de 10 bilhões de dólares, causou profundo impacto na Europa.

Despertou a atenção dos demais países industrializados para aquilo que a Alemanha primeiro percebera: as enormes potencialidades que o Brasil oferece para uma associação de interesses — país de extenso território, grande produtor de gêneros alimentícios e matérias-primas, com número de habitantes suficiente para tornar-se bom mercado, dotado de infra-estrutura industrial e ostentando, há dez anos, invejável taxa de desenvolvimento econômico. Para uma Europa cada vez mais carente de matérias-primas, de gêneros alimentícios e de mercado, e já sofrendo os rigores da crise do petróleo, o Brasil aparece como parceiro ideal.

A França, a Grã-Bretanha e a Itália, vendo que a Alemanha havia saído na frente nessa espécie de corrida, não quiseram ficar atrás. Assim, correndo o risco de desagradarem expressivos setores políticos internos mais hostis ao regime político brasileiro, os governos britânico, francês e italiano imediatamente insistiram com o chanceler Azeredo da Silveira para aceitar antigos convites e visitar, oficialmente os respectivos países.

A viagem foi realizada em outubro e, segundo Silveira, com pleno êxito. Um êxito que,

Ele não foi mais explícito. Mas devia estar-se referindo a alguns programas de cooperação quase concluídos principalmente com a Grã-Bretanha e com a França — programas esses que podem estar maduros por ocasião da viagem presidencial.

E o próprio presidente Giscard d'Estaing proclamou 1976 "o ano das relações franco-brasileiras".

Com a Grã-Bretanha, o mais adiantado parece ser o da Açominas — cujo marco inicial de construção foi lançado há pouco em cerimônia que contou com a presença do presidente da República. Já em outubro do ano passado, o embaixador Roberto Campos informava a alguns jornalistas brasileiros que os entendimentos com os ingleses estava em fase final. Eles estão interessados em financiar parcialmente o projeto de construção e em fornecer o equipamento, numa operação de mais de um bilhão de dólares. Outro projeto muito adiantado diz respeito a uma associação entre a companhia Siderúrgica Nacional e a British Steel Corporation, para a construção de plataformas destinadas à exploração de petróleo na faixa do mar territorial brasileiro. Há ainda, com a Grã-Bretanha, possibilidades de cooperação nos setores de ferrovias e mineração.

França quer contribuir para a execução do projeto da hidrelétrica de Tucuruí, bem como de outros projetos hidrelétricos, sobretudo na área amazônica.

COOPERAÇÃO NA

ENERGIA NUCLEAR

ESP
14-3-76

FRANÇA DISPUTA

PROJETO

COM O JAPÃO

ESP
14-3-76

Apesar de o ministro Shigeaki Ueki ter preferido os japoneses, a quem encaminhou, em fevereiro último, uma proposta para financiamento da hidrelétrica de Tucuruí, os franceses continuam no pareo e até se aborreceram quando o ministro das Minas e Energia deu a prioridade ao Japão. Ocorre que a proposta — financiamento de 321 milhões de dólares, a maior parte em forma de empréstimos financeiros — não atraiu o Japão, atualmente em regime de restrição de investimentos e financiamentos externos. Eles fizeram uma contraproposta, para conceder a maior parte dos recursos em "supplier's credit" (financiamento em equipamentos e não em dinheiro) mas Ueki rejeitou, pois o maior volume de equipamentos poderá ser fornecido pela indústria nacional. Até a

viagem de Geisel, a situação terá sido decidida com os japoneses, e se o resultado for negativo, como se desconfia, os franceses entrarão com o seu jogo. Além de Tucuruí, planeja-se construir mais cinco hidrelétricas na Amazônia — Santo Antonio, no rio Cotinga, em Roraima; Samuel, no rio Jamarí, em Rondonia; Couto de Magalhães, no rio Araguaia, Mato Grosso; e Rabina, no rio Uatumã, Amazonas — abrindo novas perspectivas para a cooperação francesa.

O acordo industrial Brasil-Alemanha com vigência até junho de 1990, não afastou a possibilidade de institucionalizar, em nível mais amplo, o atual programa de cooperação Brasil-França, no setor de energia nuclear. Como o Brasil não pretende parar no tempo, em termos de tecnologia nuclear, tem especial interesse no reator tipo "renix", em elaboração pelos técnicos franceses. Atualmente, a cooperação entre os dois países, no setor nuclear, está limitada à troca de informações, intercâmbio de peritos e formação de técnicos brasileiros na França, mas os franceses desejam aprofundar esse relacionamento, conseguindo algo em termos industriais, apesar do compromisso brasileiro com a Alemanha. O embaixador Michel Legendre e o ministro Shigeaki Ueki já se

reuniram três vezes nos últimos dez meses discutindo detalhes dessa cooperação, e um acordo nuclear chegou a ser anunciado quando da visita do chanceler Azeredo da Silveira a Paris, o ano passado. A idéia básica é vincular-se as pesquisas tecnológicas que a França vem desenvolvendo com reatores mais modernos, como HTGR, de alta temperatura, e o "BREE DER", que serão os reatores do futuro. Planeja-se também a cooperação francesa no setor de prospecção de urânio, mas o acordo teuto-brasileiro é um obstáculo, considerando que já foi constituída uma empresa binacional justamente com essa atribuição. Uma alternativa em estudo é a aceitação da cooperação francesa na prospecção de áreas não destinadas à empresa germano-brasileira.

Brasil e França discutem um acordo de suprimento de tecnologia para aproveitamento da energia solar. O chanceler Azeredo da Silveira discutiu o assunto, em Paris, com o ministro da Indústria e Pesquisa, Michel D'Ornano, definindo-se o interesse brasileiro na produção de centrais solares de baixa potência — 25, 50 e 100 "megawatts" — para a produção doméstica de energia elétrica em zonas rurais de elevado nível de solaridade, como no Nordeste. O acordo envolveria órgãos oficiais e empresas privadas dos dois países, comprometendo, do lado francês, a "Delegação de Novas Fontes de Energia", órgão recentemente criado na área governamental, e a Sociedade Francesa de Estudos Térmicos e de Energia Solar. Do lado brasileiro atuariam o Ministério das Minas e Energia, através de um órgão especialmente criado, e a Sociedade Brasileira de Estudos Térmicos e Energia Solar, ligada à entidade francesa. Ambas, aliás já encaminharam ao governo dois projetos para instalação de usinas solares no Nordeste — Rio Grande do Norte e Ceará — sendo que a cearense será instalada em maio, na região de Curu-Paraipeba, que produzirá 25 kw para irrigar 225 hectares. O polígono será instalado às margens do rio Açú e produzirá 175 kw para irrigação e fornecimento de água e energia elétrica a uma comunidade agrícola de 30 mil habitantes. Antecipando-se, também, a formalização do acordo de cooperação, planeja-se a construção, no Brasil, de bombas solares, das em uso no México e no Norte da África, e que estão sendo experimentadas pela Universidade da Paraíba, com grande êxito.

PROTESTOS CONTRA GEISEL NA EUROPA

INGLATERRA FRANÇA

ESP-25-3-76

LONDRES — Membros do Partido Trabalhista no Conselho Municipal de Londres declararam ontem ser necessário boicotar a visita que o presidente Geisel fará ao Conselho de Westminster, prevista para o dia 4 de maio. O grupo justificou a declaração invocando "a estrutura opressiva do governo brasileiro".

O conselheiro Richard May, líder do grupo trabalhista, afirmou que "informes sobre prisões sem processo e torturas praticadas pelo regime brasileiro constituem fatos que tornam inaceitável a visita do presidente Geisel a Londres".

O presidente brasileiro visitará Londres de 4 a 7 de maio e — de acordo com o programa — está prevista para o dia 4 uma recepção do Conselho de Westminster, a ser realizada no Palácio de São Jorge.

ESP-23-3-76

Inglês contra

A Comissão Executiva Nacional do Partido Trabalhista Britânico exortou, ontem, os sindicatos a boicotarem a visita que o presidente Geisel fará à Grã-Bretanha, de 4 a 7 de maio. Segundo despacho da agência de notícias DPA, só dois membros trabalhistas manifestaram-se contra a resolução: o primeiro-ministro Harold Wilson e o chanceler James Callaghan, que abandonaram o local antes da votação.

Segundo o despacho, a direção do Partido Trabalhista está insatisfeita porque até agora o governo britânico ignorou uma resolução na qual o comitê executivo pediu a retirada do convite para a visita do presidente brasileiro. Pelo contrário, a partir do momento em que começaram a surgir manifestações contra a visita, o governo britânico intensificou os esforços diplomáticos para assegurar o êxito da viagem do presidente brasileiro. Atualmente, continuam os preparativos para receber Geisel em Londres. Em Brasília, os círculos diplomáticos não comentaram a decisão, que consideraram um assunto interno da Grã-Bretanha.

PARIS — Os preparativos para a visita do presidente Geisel à França, nos dias 26, 27 e 28 de abril, começaram há dois dias, com a chegada do chamado "grupo precursor" a Paris, e incluem pormenores que vão desde transportes até saúde, hospedagem e segurança. O presidente ficará hospedado no Grand Trianon — nos jardins do Palácio de Versalhes, construído em 1687 por Luiz XIV. Os franceses estão interpretando a hospedagem de Geisel no Trianon como uma deferência de Giscard d'Estaing ao chefe de Estado brasileiro. Ultimamente, os governantes que têm visitado Paris são alojados no Palacete Rotschild, ao lado do Palácio do Eliseu. No Grand Trianon, entretanto, ficaram o ex-presidente Nixon, a rainha Elisabeth e o Xá do Irã.

Os integrantes do "grupo precursor" almoçaram ontem no Quai D'Orsay, juntamente com os diplomatas franceses encarregados da organização da visita. Os deslocamentos do presidente Geisel entre Versalhes e Paris serão feitos de helicóptero até a Escola Militar, no Campo de Marte. A partir desse ponto, no centro de Paris, em automóveis. Todos os pormenores da visita estão sendo tratados, do lado brasileiro, por João Augusto Médicis, Introdutor Diplomático do Itamaraty; ministro Jorge Ribeiro, chefe do Cerimonial da Presidência da República; Hélio Scabarotolo, chefe do Cerimonial do Itamaraty; Guy Brandão, secretário de Imprensa do Itamaraty; e Luís Carlos de Oliveira Chaves, assessor da Secretaria de Imprensa do gabinete do presidente. Alguns elementos dos órgãos de segurança também fazem parte do "grupo precursor".

"Hoje Geisel, amanhã Pinochet". A partir desse slogan, os partidos de oposição e organizações sindicais francesas prepararam campanha contra a visita do presidente Geisel à França. As manifestações vão-se desenvolver às vésperas e durante a estada do presidente brasileiro em Paris, através da distribuição de panfletos nas Universidades e nas fabricas, que mantém filiais no Brasil, além de atos públicos e denúncia à imprensa do caráter "autoritário do regime brasileiro, das violações dos Direitos Humanos, prisões, torturas e os recentes suicídios ocorridos em unidades do II Exército, em São Paulo". A campanha está sendo preparada pelos partidos de esquerda — Partido Socialista, Partido Comunista, radicais de esquerda; organizações de extrema esquerda, Liga Comunista (linha trotskista), PCR (china); as comissões de solidariedade à América Latina e organizações sindicais, CGT e CFTD.

ESP-25-3-76

Um abaixo-assinado, contendo assinaturas de professores, atores e juristas conhecidos, está circulando, solicitando anistia geral no Brasil. O Premio Nobel Francois Jacob, o escritor Jean Paul Sartre e os cineastas Louis Malle e Alain Resnais, entre outros, já assinaram o documento.

Na área de imprensa já começam a surgir os primeiros sinais de protestos em relação à aproximação Brasil-França. A revista "Novel Observateur" desta semana apresenta Geisel como o chefe de "um dos regimes mais repressivos da América Latina" comentado sua próxima visita à Europa. Cita o voto da Comissão Executiva do Partido Trabalhista Inglês, solicitando o cancelamento da visita a Londres, para indagar o que farão os franceses no próximo mês, quando Ernesto Geisel será recebido no Palácio do Eliseu por Giscard D'Estaing. O semanário relata os problemas dos jornais brasileiros com a censura, lembrando que mesmo "o conservador O Estado de S. Paulo não escapou aos rigores dos censores". Explica que a maioria dos jornais pratica a autocensura, sendo que ela é tão eficaz que basta algumas chamadas telefônicas de um policial para que o Brasil tenha uma "boa imprensa". O artigo, intitulado "Liberalismo à brasileira", informa ainda que uma publicidade limitada dos protestos nos meios liberais e de uma parte da Igreja permitir, hoje, ao governo se vangloriar de seu liberalismo. Por fim, denuncia diversas prisões de escritores, jornalistas e professores, efetuadas recentemente em São Paulo, Rio e Recife. Também o jornal "Le Monde" publicou o texto dos bispos brasileiros, fornecido pelo Comitê Francês pela Anistia, denunciando a violação dos Direitos Humanos no Brasil.

COMITE BRASIL ANISTIA

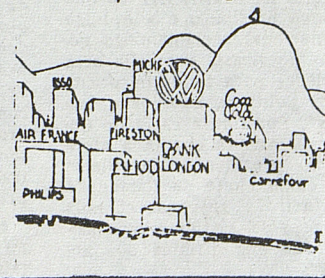
Com o título "Pela anistia geral no Brasil", o Comitê Francês pela Anistia faz correr um abaixo-assinado nas universidades, sindicatos, áreas de imprensa cinema e teatro, em que os signatários manifestam seu apoio a uma anistia geral no Brasil. O texto do abaixo-assinado não se refere à visita do presidente Geisel — limitando seu alcance às reivindicações de ordem política em relação aos prisioneiros políticos, exilados e banidos. O texto do documento, que já conta com aproximadamente cinco mil assinaturas, se refere também ao "recrudescimento da repressão que se abate contra os setores do povo brasileiro que se opõe ao regime militar".

Entre as personalidades mais conhecidas que assinaram o documento se encontram os professores Francois Jacob, Premio Nobel de Medicina; Alfred Kestler, Premio Nobel de Física; o historiador Albert Soboul; os escritores Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Julio Cortazar, Gabriel Garcia Marques; os cineastas Louis Malle, Jean-Luc Godard, Alain Resnais; os atores e atrizes, Serge Reggiani, Jean Louis Trintignant, Marie Jose Nat, Delphine Seyrig; a teatróloga Marguerite Duras; o ex-presidente da República Dominicana, Juan Bosch; o jornalista Jean Lacouture; George Montaron, redator-chefe da revista "Esprit"; o cantor Paco Ibanez; os juristas Guy Auronche e Louis Petitit e o pastor George Casalis.

la solidarité internationale

de uma publicação
da CFTD especial
sobre o Brasil

Visitez Rio
SA DAIE
SON PAIN DE SUCRE



CBA PELA ANISTIA E CONTRA A VISITA

ESP15-4

REALI JUNIOR
Especial para "O ESTADO"

A medida em que se aproxima a viagem do presidente Ernesto Geisel a Paris, aumenta a intensidade da campanha de comitês de anistia, de organizações sindicais e de partidos políticos de esquerda contra o

Ao mesmo tempo foi entregue um abaixo-assinado contendo cerca de cinco mil assinaturas com o mesmo objetivo. Entre os signatários destacam-se dois prêmios Nobel, François Jacob e Alfred Kastler, intelectuais como Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Gabriel Garcia Marques, Julio Cortazar, Laurent Schwartz, o historiador Albert Soboul, cineastas e atores como Michel Drach, Jean Luc Godard, Louis Malle, Serge Reggiani, Marie-José Nat, Alain Resnais, Jean Louis Trintignant, Daniel Guerin.

Os documentos foram entregues na embaixada ao primeiro conselheiro Guy Vasconcelos pelos advogados Guy Auranche — do Movimento Internacional de Juristas Católicos e M. Carnevaux — da Associação Francesa de Juristas Democráticos, em nome do Comitê França-Brasil pela Anistia.

No dia 23, a Associação França — América Latina, que reúne representantes da CGT e da CFDT, as duas maiores centrais sindicais do País, e dos partidos políticos signatários do programa comum, o Partido Socialista, o Partido Comunista e os Radicais de Esquerda, vai promover um simpósio sobre o Brasil, seus aspectos políticos e econômicos, o Simpósio terá lugar em um dos hotéis da capital, o Hotel Modern.

Na carta endereçada ao presidente Geisel, o Comitê França-Brasil pela Anistia lembra que a organização é sustentada por numerosos organismos jurídicos, religiosos e humanitários, tendo sido criada para a preparação de um movimento internacional em favor da anistia geral no Brasil. Afirma que o "povo brasileiro e a opinião internacional reclamam do governo do Brasil a anistia sem restrições para todos os prisioneiros políticos, banidos e exilados". Por fim, a carta do Comitê de Anistia chama a atenção do presidente brasileiro que, como chefe de Estado "é o principal responsável pela aplicação da Justiça e pela salvaguarda dos direitos dos homens".

convite feito pelo presidente Giscard d'Estaing ao general. A chamada grande imprensa, porém, até agora não se preocupa em noticiar a visita do presidente brasileiro, embora estejam em preparo matérias especiais para as vésperas da chegada de Geisel.

Os comitês e partidos

Logo após a entrega da carta e do abaixo-assinado à embaixada brasileira de Paris, os dirigentes do Comitê pela Anistia distribuíram cópias à imprensa francesa, além de um levantamento sobre a situação, no País, dos prisioneiros políticos, das condições de trabalho nas áreas urbanas e rurais, e de aspectos do processo de desenvolvimento econômico, com o título de "a verdade sobre o milagre econômico". Esse trabalho é baseado em publicações recentes da imprensa brasileira. Os jornais franceses receberam também a lista dos principais signatários do documento solicitando anistia geral no Brasil: Guy Auranche, Robert Dadinier, Simone de Beauvoir, Michel Blum, Jacques de Bollardiere, Juan Bosch (ex-presidente da República Dominicana) Paul Bouazis, George Casallis, Julio Cortazar, H. Dalle, Wladimir Dedijor, Jean Jacques de Felice, Michel Drach, Dupont Monot, Marguerite Duras, Jean Pierre Faye, Gabriel Garcia Marques, Andre Gerrigou Lagrange, Jean Luc Godard, Daniel Guerin, Paco Ibanez, Madame Isambert, Andres Jacques, François Jacob, Alfred Kastler, Jean Lacouture, Maxime Le Forestier, Louis Maile, Leo Matarasso, G. Montaron, Marie-José Nat, Monsenhor Rio-be, Serge Reggiani, Alain Resnais, François Rigaux, Louis Pettit, Jean-Paul Sartre, Laurent Schwartz, Delphine Seyrig, Albert Soboul, Jean Louis Trintignant, Pierre Vidal Noquet, Daniel Viglietti, Georges Wald e J. L. Weill.

No comunicado distribuído à imprensa, o Comitê define a visita do presidente Geisel como o coroamento de um processo de aproximação econômica e diplomática entre os dois países, destacando o fato do governo brasileiro haver solicitado à França alguns milhões de francos e o respeito às liberdades brasileira que "procurando apresentar-se como modelo encontra-se diante de uma crise sem precedentes na sua história".

Cita ainda o fato de o governo do presidente Giscard d'Estaing impor como condição es-

políticos, porém, já estão aproveitando a visita para denunciar o caráter autoritário do regime brasileiro e solicitar anistia para todos os prisioneiros políticos. Ontem, o Comitê França-Brasil pela Anistia entregou à embaixada brasileira uma carta endereçada ao presidente Geisel em que reivindica anistia geral no País.

sencial para a normalização de suas relações com o Chile a libertação dos prisioneiros políticos e o respeito as liberdades fundamentais, mas, ao mesmo tempo, não hesitar em "abrir os braços ao representante de um regime ditatorial que o povo jamais reconheceu e que dá um apoio total ao governo Pinochet". Finalmente, refere-se à afirmação de que a visita do general Geisel marcará uma nova etapa nas relações entre os dois governos, dizendo que "representará também um passo adiante na tomada de consciência do povo francês, de exigência de uma solidariedade efetiva para com as lutas do povo brasileiro".

Apesar das manifestações contrárias à visita do presidente Geisel estarem sendo organizadas em conjunto pelos partidos de esquerda da França, constata-se que o problema é enfocado diferentemente pelos dois principais partidos de oposição. O Partido Socialista preocupa-se mais com os problemas dos presos políticos, das liberdades e direitos humanos, enquanto o Partido Comunista, sem deixar de tocar nesses pontos, procura dar maior ênfase ao problema econômico das relações entre os governos da França e do Brasil. Destaca o hiato dos dois países de economia de mercado, um desenvolvido e outro em via de desenvolvimento, procurarem estabelecer um acordo que permitirá — mesmo numa fase de crise mundial — que sejam feitos investimentos franceses no Brasil, agravando o problema de desemprego interno.

Ainda recentemente, o semanário ligado ao Partido Comunista, France Nouvelle, publicou um artigo de George Fournial — membro do Comitê Central do PC — analisando os problemas latino-americanos e os objetivos da recente viagem de Kissinger. O convite feito ao presidente Geisel para visitar a França é interpretado como o desejo do governo Giscard d'Estaing de expandir as relações econômicas e comerciais com o Brasil. Por outro lado, a revista Unité, do Partido Socia-

lista, anuncia também a preparação de um longo artigo sobre o Brasil. Na sua última entrevista coletiva à imprensa, o secretário-geral do PS, François Mitterrand, ao abordar problemas ligados a política externa francesa referiu-se de forma indireta ao assunto, criticando os convites feitos pelo presidente Giscard d'Estaing "a representantes militares de governos latino-americanos".



IMPRESSA

De uma maneira geral, a chamada grande imprensa francesa ainda não está se preocupando em noticiar a próxima viagem de Geisel. Sabe-se, entretanto, que as principais revistas e diários preparam matérias especiais que deverão ser publicadas às vésperas da chegada do chefe de Estado brasileiro. É o caso, por exemplo, dos semanários Nouvel Observateur e L'Express. O jornalista Bernard Kassen, que recentemente publicou um artigo sobre a Argentina, estaria agora trabalhando numa matéria sobre o Brasil para o Monde Diplomatique.

Também as organizações de extrema esquerda se mostram dispostas a protestar quando da passagem do presidente Geisel pela França. Uma concentração está sendo anunciada para o dia 28 de abril, data em que o presidente deverá deixar a França, na sala da Mutualité, em condições de abrigar cinco mil pessoas. Dessa manifestação participariam os grupos extremistas: Liga Comunista (li-"revolution" e comitês de solli-"revolution" e comitês de solidariedade à América Latina.

A Anistia Internacional, em comunicado à imprensa informou que solicitou uma audiência ao presidente Geisel, mas não obteve qualquer resposta até o momento, enquanto a Associação França-América Latina se dispõe a fazer o mesmo.

Nos últimos dias chegou à França o líder camponês Manuel da Conceição. Ele se encontrava na Suíça desde que chegou do Brasil, tendo vindo a Paris para agradecer a intervenção discreta do cardeal Marty, da França, junto ao Vaticano e à nunciatura apostólica no Brasil, o que possibilitou o apressamento do seu processo de libertação.

UM DOCUMENTO DIRIGIDO A GEISEL, PREPARADO PELO COMITÊ BRASIL PARA A ANISTIA E ASSINADO POR CINCO MIL PERSONALIDADES

Os adversários do regime brasileiro na França já prepararam manifestações de protestos para a visita do general Geisel (26, 27 e 28 deste mês). Ontem, no final da tarde, o Comitê Brasil para a Anistia entregou à Embaixada Brasileira em Paris um abaixo-assinado dirigido ao presidente. Este documento, contendo mais de cinco mil assinaturas de personalidades de diversos setores, entre as quais dois prêmios Nobel, pede a anistia geral e sem restrições para todos os prisioneiros políticos, para os banidos e para os exilados.

O abaixo-assinado foi entregue a Guy Vasconcelos, primeiro secretário da Embaixada, pelo advogado Aurenche, representante do Movimento Internacional dos Juristas Católicos, e J. Cornevaux, da Associação dos Juristas Democráticos. Entre os signatários mais conhecidos estão Françoise Jacob, prêmio Nobel de Medicina e Alfred Castier, prêmio Nobel de Física; os escritores Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Júlio Cortázar, Marguerite Duras, Gabriel Garcia Marquez, Jean Lacouture e Pierre Vital Naquet, Juan Bosch, ex-presidente da República Dominicana; os cineastas Jean Luc Godard, Louis Malle e Alain Quesnay; os atores Daniel Guerin, Jean Luis Trintignant, Marie José Nat e Serge Reggiani.

Os trechos mais importantes do documento, recebido sem comentários: "O Comitê Brasil para a Anistia, apoiado por numerosas associações jurídicas, religiosas e humanitárias, além de personalidades de todos os horizontes políticos, foi criado para participar da organização de um amplo movimento internacional em favor da anistia no Brasil.

"Nós sabemos, com efeito, que há vários meses o povo brasileiro e a opinião internacional reclamam do governo do Brasil a anistia geral e sem restrições para todos os prisioneiros e condenados políticos e para todos os banidos e exilados.

"O Comitê Brasil para a Anistia constata que a resposta do governo a este pedido consiste numa acentuação da repressão e numa multiplicação da violação dos direitos do homem no Brasil: detenções arbitrárias, prisões ilegais, torturas, assassinatos políticos. Os membros de certos partidos são sistematicamente perseguidos; a menor manifestação de oposição ao regime, ou simplesmente a oposição pontual à ação governamental, provoca sanções que podem ir até a morte, sem julgamento, sob tortura. Se a opinião internacional ragiu particularmente quando da morte do jornalista Vladimir Herzog, não esquece todos os outros casos.

"Enquanto chefe de Estado, sois o primeiro responsável pela aplicação da justiça e da salvaguarda dos direitos do homem. Vós o sois igualmente quando a justiça se torna o reino do arbítrio e quando a lei dá lugar à violência e à morte. Vós o sois, enfim, quando todo o povo, apoiado pela opinião internacional, reclama a anistia. É pois a vós que dirigimos este apelo".

A entrega do documento à Embaixada brasileira foi comunicada à imprensa através de uma longa carta onde o Comitê condena o convite feito pelo presidente Giscard D'Estaing e a visita do chefe de Estado brasileiro. Alguns trechos da carta:

E amanhã um grupo de esquerda

promoverá um simpósio sobre o Brasil.

"Qualquer um que se interesse um pouco pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil verá que as louvaminhas às performances estatísticas do "modelo" escondem uma outra verdade: a concentração das riquezas nacionais nas mãos dos imperialistas brasileiros e estrangeiros; a pobreza aguda e marginalização econômica e política do povo; a repressão sistemática, feroz e refinada para abafar um povo que luta pela sua liberdade.

"Agora que o governo de Giscard d'Estaing coloca, como uma condição para a normalização política das relações com o Chile, a liberação dos prisioneiros políticos e o respeito às liberdades fundamentais, este mesmo governo não hesita em abrir os braços ao representante de um regime ditatorial, do qual o povo jamais se reconheceu e que, além disso, dá apoio total ao governo Pinochet.

"Os protestos contra a visita de Geisel, como era de se esperar, vão ganhando intensidade à medida em que se aproxima o dia 26. Num dos últimos domingos, a televisão francesa mostrou, durante o programa religioso "O Dia do Senhor", um filme de 30 minutos sobre o padre dominicano Tito de Alencar, que, após grandes sofrimentos em prisões de São Paulo, suicidou-se em agosto de 74, perto de Lyon, onde vivia há três anos.

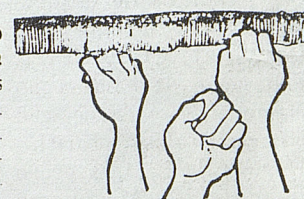
"A revista 'France Nouvelle', por sua vez, publicou há vinte dias um artigo de Georges Sournial, membro do Bureau Político do PCF, a propósito da visita de Henry Kissinger à América Latina, com críticas ao regime brasileiro. O número do semanário socialista 'L' Unité', que chega amanhã, sexta-feira, às bancas, também traz material sobre o Brasil".

Também amanhã, a Associação França América Latina, que reúne membros da CGT, da CFDT, do PC, do PS e do Movimento dos Radicais de Esquerda — vai promover no Hotel Moderne, em Paris, um simpósio sobre o Brasil. Está previsto ainda um comício da extrema esquerda, em princípio para a noite do dia 28 (os organizadores desta manifestação vão tentar antecipá-la para a noite de 27, pois a visita de Geisel termina na manhã de 28). Já se sabe também que a secção francesa da Anistia Internacional e a Associação França-América Latina vão pedir uma entrevista com o presidente.

Embora unidos à CGT e à CFDT, numa frente de protesto, o PC e o PS, poderão, cada um, fazer pronunciamentos em separado. O Partido Socialista não esconde que pretende dar maior importância à questão da violação dos direitos do homem. Em sua última entrevista à imprensa, Françoise Mitterrand condenou o convite de Giscard a "militares no poder da América Latina", sem contudo citar nomes de convidados. O Partido Comunista, por seu lado, vai insistir especialmente nos aspectos econômicos do "Acordo Entre Dois Países Capitalistas".

JORNAL DA TARDE

15/4



MAIS

PROTETOS

JORNAL DA TARDE 17/4

A nove dias da viagem do presidente Geisel a Paris, os protestos contra sua visita começaram a aumentar: agora foi o Partido Socialista, de François Mitterrand — atualmente o maior partido da França, com 26% dos votos nas eleições municipais de março — a divulgar uma nota oficial pedindo ao governo o cancelamento do convite "ao ditador brasileiro".

Na nota, aprovada quarta-feira por sua Comissão Executiva, os socialistas afirmam que "o Brasil está hoje mergulhado na repressão, única resposta da ditadura militar ao ressurgimento do movimento de oposição".

PS PEDE ANULAÇÃO DO CONVITE

ESPIL-3

PARIS — Partidos políticos de esquerda e organizações sindicais e humanitárias francesas consideram que o objetivo da visita do presidente Ernesto Geisel à França, a partir do próximo dia 26, é fundamentalmente econômico, visando atrair para o Brasil inversões ainda maiores de grandes sociedades transacionais. Em comunicado conjunto aprovado na sexta-feira, o convite feito pelo presidente Giscard d'Estaing a seu colega brasileiro é condenado pelo PS, PC, PSU, radicais de esquerda, Frente Progressista (gaullista), CGT, CFDT, Federação de Educação Nacional, Associação Francesa dos Juristas Democráticos, secção francesa do Movimento Internacional dos Juristas Católicos e pela Cimade, associação protestante que auxilia refugiados políticos de todas as procedências.

No documento, essas organizações recordam que firmas como a Rhone Poulenc, a Peugeot e a

Crusot Loire despedem ou ameaçam despedir milhares de trabalhadores franceses para desenvolver filiais brasileiras, "cujos elevados lucros repousam sobre a exploração desmesurada dos operários brasileiros". A nota convoca, ainda, a opinião publica francesa a expressar sua reprovação diante do convite feito a Geisel por Giscard d'Estaing, dizendo que ele "cauciona o governo ditatorial que oprime o povo brasileiro há 12 anos". Mais adiante, ressalta que, "apesar de algumas declarações que anunciam certa liberalização do regime, o general Geisel continua cobrindo com sua autoridade absoluta uma repressão e uma violação sistemática aos direitos do homem, onde as detenções arbitrárias, as torturas e os assassinatos políticos são constantemente praticados".

A nota conjunta retém vários pontos do comunicado aprovado no último dia 14 pela comissão executiva do Partido Socialista — no qual a agremiação de François Mitterrand solicitava ao presidente Giscard d'Estaing

a anulação do convite feito a Geisel e que só foi liberado à imprensa na última quinta-feira. A nota oficial do PS baseou-se em relatório elaborado pelo seu secretário nacional encarregado das relações com o terceiro mundo, Lionel Jospin, e reafirma a solidariedade do partido a todos os trabalhadores brasileiros para o exercício de seus direitos políticos e sindicais.

Denuncia, também, todas as formas de censura a que está submetida a imprensa no Brasil, sustenta a luta pelo reconhecimento dos direitos democráticos e independência do povo brasileiro e ressalta o apoio à campanha que se desenvolve pela anistia geral e sem restrições a todos os prisioneiros políticos, inclusive os exilados.

No documento, o presidente Geisel é definido como "o ditador brasileiro que buscará na França auxílio para tirar o País da crise econômica". "O Brasil está hoje mergulhado na repressão", diz a nota, "única resposta da ditadura militar ao ressurgimento do movimento da oposição". E prosse-

gue, citando prisões, torturas, assassinatos de jornalistas e de militantes políticos e sindicais.

A comissão executiva do PS é constituída por 27 membros eleitos pelo congresso do partido, e dela fazem parte, além de François Mitterrand, outras lideranças importantes, como Michel Rocard, Gaston Deferre, Claude Estier e o próprio Lionel Jospin. Após as eleições cantonais de março, o PS passou a ser considerado o maior partido do país, ocupando 91 cadeiras na Assembléia Nacional.

Três mil policiais fardados e à paisana serão responsáveis pela segurança do presidente Geisel na única solenidade aberta ao público de que participará durante sua visita a Paris: na terça-feira, Geisel depositará uma coroa de flores no tumulo do soldado desconhecido no Arco do Triunfo. Todos os detalhes para a segurança do visitante estão sendo providenciados pelo Service de Voyages Officielles do Ministério do Interior, responsável também pelo cumprimento do protocolo.

DOCUMENTO ABRE NA FRANÇA O PROTESTO

JB15-4

Paris — A campanha ativa contra a visita do Presidente Ernesto Geisel à França, no fim do mês, acaba de começar. Uma delegação da Comissão Brasileira pela Anistia — encabeçada por Guy Aurenche, em nome da Associação dos Juristas Católicos — entregou, às cinco horas da tarde de ontem, à Embaixada do Brasil, uma petição assinada por mais de 5 mil pessoas. Ela pede "anistia geral e sem restrições para todos os prisioneiros políticos, banidos e exilados".

Entre as assinaturas, ressaltam os nomes de dois prêmios Nobel — Francis Jacob e Alfred Kessler, do filósofo Jean-Paul Sartre, dos escritores Simone de Beauvoir, Marguerite Duras, Julio Cortázar e Gabriel Garcia Marquez, dos cineastas Jean-Luc Godard, Louis Malle, Alain Resnais e Michel Drach, dos atores Delphine Seyrig, Marla-Louise Nat e Jean-Louis Trintignant e dos cantores Serge Reggiani e Maxime Leforestier.

A petição se apresenta sob a forma de uma carta que os delegados da comissão pedem que seja remetida ao Presidente Geisel ainda antes de sua chegada à França. Essa carta, assim como a lista das principais assinaturas, foram ao mesmo tempo enviadas, desde ontem à tarde, aos chefes de redação dos jornais franceses, acompanhada de uma "nota explicativa".

Nota

Diz o texto dessa justificativa — que não tem o endosso dos signatários — mandada aos jornais: que "o Presidente Geisel há pouco pediu à França alguns milhões de francos, para inflar a economia brasileira que, ao mesmo tempo em que pretende ser um "modelo", mergulha numa crise sem precedentes em sua história". Afirma que os "louvores cantados a esse modelo" escondem problemas como a concentração de riquezas nas mãos dos "imperialistas de todos os escalões

brasileiros e estrangeiros", além da marginalização política e econômica do povo de "uma repressão sistemática, metódica e refinada". Critica o Chefe de Estado brasileiro por "seu apoio total ao Governo Pinochet" e acrescenta que a verdadeira cooperação entre a França e o Brasil não se situa a nível de Governo, "mas sobretudo no longo caminho que os povos francês e brasileiro têm percorrido em sua luta por uma autêntica democracia".

Fora esse protesto, a Comissão Brasileira pela Anistia começou a publicar uma série de documentos, dos quais o primeiro volume, recentemente lançado, compreende três estudos: sobre "as condições de trabalho e as lutas da classe operária", a "verdade sobre o milagre econômico" e a "situação dos trabalhadores rurais" — todos acompanhados de estatísticas e estudos, para que não se caracterizem simplesmente como panfletos.

Petição

O texto da petição, dirigida ao "Senhor Presidente", afirma: "A Comissão Brasil pela Anistia, suportada por numerosas organizações jurídicas, religiosas e humanitárias, assim como por personalidades de todos os horizontes políticos, foi criada para participar da organização de um amplo movimento internacional em favor da anistia geral no Brasil. Nos sabemos, com efeito, que há vários meses o povo brasileiro e a opinião internacional reclamam do Governo do Brasil a concessão de anistia geral e sem restrição para todos os prisioneiros e condenados políticos e para todos os banidos e exilados."

Em seguida, diz que, no Brasil, essas pressões e reivindicações têm resultado numa "acentuação da repressão e numa multiplicação das violações dos direitos humanos." E continua: "Os membros de certos Partidos políticos são sistematicamente perseguidos, a menor manifestação de oposição ao regime, ou simplesmente a ações governamentais, provocam sanções que podem chegar à morte sem julgamento, sob tortura. Se a opinião internacional reagiu particularmente por ocasião da morte do jornalista Vladimir

Herzog, isso não significa que tenha esquecido os outros casos."

Então, faz o pedido de anistia, em nome de "5 mil assinaturas já recolhidas" e explicando por que a petição é enviada ao Presidente Geisel. "Enquanto o Chefe de Estado", diz a petição, "o senhor é o primeiro responsável pela aplicação da Justiça e pela salvaguarda dos Direitos do Homem. E o é ainda quando a Justiça se torna o reino do arbítrio e quando a lei dá lugar à violência e à morte. Continua a se-lo, enfim, quando todo um povo, apoiado pela opinião internacional, reclama a anistia." E termina: "Queira, Senhor Presidente, acreditar em nossos sentimentos devotados à causa da liberdade e do respeito aos direitos humanos".

Cuidados

Mas a Comissão Brasil pela Anistia não está se movimentando sozinha na preparação da visita presidencial. Os partidos de extrema esquerda também decidiram organizar diversas formas de protesto. Formais, no Parlamento, onde os deputados da União das Esquerdas pretendem fazer manifestações na tribuna. Mais agressivas em ambientes abertos: quarta-feira, dia 23, haverá um sim-

pósio organizado pela Organização França-América Latina, sobre o tema Brasil Político e Econômico. Por outro lado, uma conferência de imprensa sobre o mesmo assunto está prevista para os dias que precedem a chegada do Presidente.

Quanto aos movimentos de extrema esquerda, eles fixaram uma manifestação para o dia 28 — quer dizer, a data do embarque do presidente Geisel de volta ao Brasil.

Mas o fato é que qualquer manifestação durante os dois dias de estada do Presidente, está arriscada de esbarrar numa resistência muito forte de parte da polícia francesa. O Ministério do Interior, efetivamente, tomou todas as medidas necessárias a evitar protestos de rua violentos contra o hóspede da França.

Esta a razão, de resto, para que o meio de transporte mais utilizado pelo Chefe de Estado Brasileiro seja o helicóptero: os manifestantes não encontram um meio ainda de reunir seus cortejos em pleno ar. E' também por isso que a residência escolhida para hospedar o General Ernesto Geisel seja o Grande Trianon, em Versalhes, que se encontra bem longe dos ruídos e da eventual agitação de Paris.

COMUNICADOS DE PROTESTO

Le Monde 25-26/4

O Movimento Nacional Pela Paz, Independência e o Desenvolvimento, protesta contra a visita de Geisel "que vem buscar a caução da França para consolidar a posição expansionista do Brasil na América Latina.

Situação esca que se agravou depois que o Brasil assinou os acordos nucleares com a Alemanha Federal

noira corrente as violências de toda espécie, para manter a " ordem" política que ele mesmo estabeleceu.

Isso se agravou pelo fato de que as autoridades brasileiras pretendam se basear sobre os princípios cristãos para defender e manter a paz e a tranqüilidade pública. Assim o cristianismo é uma vez mais mal usado, servindo de apóio ideológico a um sistema totalitário."

(1) Nota: Ms. Riobé é membro do Comitê Brasil pela Anistia de Paris
COMUNIDADE DOMINICANA
CONVENTO SANTA MARIA

Humanité 24/4

A Comissão Francêsa de Justiça e Paz presidiada pelo Arcebispo de Reims M. Jacques Ménager, divulgou um comunicado à opinião pública, marcando a sua solidariedade com a igreja do Brasil que resiste contra a ditadura.

A Comunidade dominicana de Arsbresle organizou por ocasião da vinda do General Geisel, uma manifestação de protesto.

Esta iniciativa foi para protestar contra as torturas sofridas por um de seus confrades Tito de Alencar, torturas que o levaram ao suicídio.

Le Monde 25 e 26/4

REAÇÃO A VIAGEM DO PRESIDENTE GEISEL

O Monsenhor Riobé, bispo de Orleans(1) enviou uma carta à nossa redação (Le Monde), na qual ele afirma: " A consciência cristã se revoltou ao pensar que o governo brasileiro aceita que sejam utilizadas de ma-

As ações compreenderam diversas formas: uma delas foi o envio de uma carta ao presidente Giscard, protestando contra o convite feito a Geisel. Por outro lado, no dia 28 em Lyon os dominicanos organizaram um debate público denunciando o regime de opressão e de injustiça social que vive o povo brasileiro.

CGT

Humanité 24/4

A C.G.T. se levanta contra o convite feito pelo governo francês ao ditador brasileiro, que chega à Paris segunda-feira.

O General Geisel é responsável pelo terror que reina no Brasil, onde não existem liberdades sindicais e políticas, onde a tortura, os assassinatos foram institucionalizados de forma permanente.

O convite oficial de Giscard d'Estaing é uma ilustração da política do governo francês ao proveito das indústrias francêsas que operam no Brasil em detrimento dos verdadeiros interesses dos trabalhadores dos dois países.

E uma ofensa às nossas tradições democráticas e ao nosso povo, um insulto aos trabalhadores do Brasil vítimas do arbítrio.

A C.G.T. conclama seus afiliados a protestarem junto ao governo francês contra a presença de Geisel em Paris e pede a solidariedade dos trabalhadores francêses aos trabalhadores brasileiros que lutam contra a ditadura.

REPERCUSSÃO NA IMPRENSA FRANCESA

Témoignage Chrétien 22/4

NÃO A GEISEL

O General Geisel mantém o povo brasileiro submetido à miséria graças ao estado policial que assegura a prosperidade das firmas multinacionais no Brasil. Ele é o chefe da polícia de Washington para toda a América Latina.

Por todas estas razões uma vasta campanha de protesto está sendo organizada, reagrupando milhares de militantes que se opõem à visita do General Geisel, manifestando assim a repulsa do povo francês que não quer ser cúmplice de um tal governo, mas quer apoiar as lutas do povo brasileiro.

- A revista Témoignage Chrétien tomou ainda a iniciativa de elaborar um comunicado chamado: "Apelo dos Cristãos pela Justiça no Brasil".

Este comunicado que circula nos meios cristãos franceses está sendo assinado por inúmeras personalidades onde se pede a suspensão dos créditos ao governo brasileiro e pede a Anistia Geral e sem restrições.

Quotidien de Paris 23/4

INDIGNAÇÃO CONTRA A VISITA DE GEISEL A PARIS

É dentro de um clima de protesto que o presidente do Brasil, General Geisel virá à Paris para uma visita oficial de três dias.

Nos é impossível noticiar todas as notas de protesto que nos foram enviadas por personalidades, grupos e organismos.

Citamos apenas alguns, como a Amnesty International, Front Progressiste, P.S.U., C.G.T., C.F.D.T., F.E.N. e CIMADE.

L'Unité 23/4 à 29/4

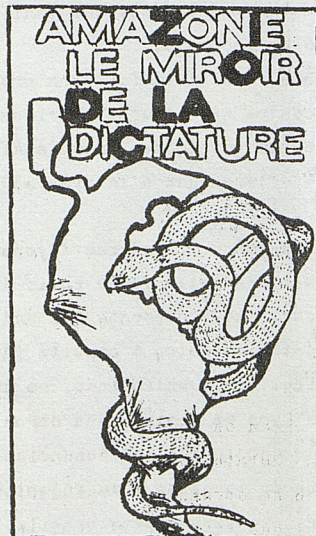
Giscard tem os amigos que ele pode ter. Depois de haver se entrecruzado com Pinochet, por intermédio de Yvon Bourges, quando do entêrrio de Franco, ele agora recebe o representante de um dos regimes mais repressivos da América Latina, um dos mais vendidos ao imperialismo norte-americano.

No Brasil o mínimo movimento de greve é reprimido. Mas apesar disso elas são numerosas. Outro dos fenômenos brasileiros", 19,4% da população ativa é vítima cada ano de um acidente de trabalho.

O tão falado milagre brasileiro está se afundando e é cada vez mais difícil de mascarar uma repartição injusta da riqueza nacional.

Uma ditadura militar com tendências hegemônicas às ordens de Kissinger, um regime repressivo que emprega a tortura e a execução sumária como método de governo, um sistema econômico em falência, onde o único objetivo é enriquecer os ricos e empobrecer os pobres, como é o caso da "rentabilização da Amazônia".

Este é o regime que Giscard d'Estaing resolveu convidar.



AMAZONIA ESPELHO DA DITADURA

Rentabilizar a Amazônia, certo, mas em benefício de quem? A Bethlehem Steel comprou 30 000 000 hectares (um pouco mais da metade da França) na região de Carajás onde se encontram as maiores reservas de ferro do mundo.

Solucionar os problemas humanos e sociais do Nordeste?

Os gênios matemáticos da política brasileira pensaram que era suficiente de adicionar dois problemas para resolvê-los. Assim a Trans-Amazônica tinha como um dos objectivos colocar os "homens sem terra às terras sem homens".

A realidade é bem outra e dramática!

Abandonados no meio da floresta os nordestinos que ainda não morreram, tratam de voltar.

De fato, o governo abandonou as pequenas e encorajou as grandes explorações agro-industriais, como é o caso do complexo bovino da Suíça Missu.

A reportagem de Maurice Fabien sobre a Amazônia, enviado especial de L'Unité ao Brasil é completada com uma entrevista do líder camponês Manuel da Conceição, concedida em Paris. (Ver entrevista no C.B. pág. 39)



LE MONDE 23.4

Durante a sessão da Assembléia Nacional de quarta-feira 21 de abril dedicada aos problemas governamentais, o deputado socialista Daniel Benoist questionou o Ministro das Relações Exteriores sobre a visita "do ditador brasileiro Geisel". Se a atitude do governo, com respeito à ditadura brasileira significa que "a sociedade liberal avançada" decidiu romper com os princípios da nossa Constituição, da carta da ONU e da Convenção européia dos direitos do homem.

O Ministro Jean Sauvagnargues respondeu que "a política estrangeira diz respeito às relações entre os Estados e não entre os regimes".

ressaltando que o Brasil, "país de futuro" é "um parceiro com quem é necessário contar", o ministro de relações exteriores se surpreendeu de que o grupo socialista por "questões de política interna" creia dever "questionar" e "criticar" a posição de "princípio" da França de "não intervir" nos negócios internos de outros países.

Por outro lado, o grupo parlamentar comunista quinta-feira dia 22 de abril, considerou "que de todos os pontos de vista o convite e a recepção feita pelo presidente da República não condizem com a dignidade de uma França democrática e com o seu interesse nacional."

Croissance de Jeunes Nations N.170
abril

É o presidente de um Brasil triste que a França recebe este mês. O ano de 1975 não foi bom. Se milagre econômico houve, ele está fazendo marcha à trás.

O crescimento econômico que era entre 10 e 11% não chegou a 5%; a produção agrícola cresceu apenas 3% enquanto o crescimento demográfico foi de 2,8%.

O aumento do desemprego é inquietante; 5 milhões de desempregados só nos estados do Nordeste.

O poder de compra dos trabalhadores caiu de 71% de 1958 à 1975.

SEMPRE A REPRESSÃO E A TORTURA

Como em 1975, 1976 continua sendo o ano da caça às bruchas. "Infiltração Comunista", "Infiltração de subversivos por todos os lados", mesmo nos meios militares.

Em janeiro último trinta e nove oficiais da Marinha passaram por um tribunal militar, dois deputados do MDB tinham seus mandatos cassados.

D. Pedro Casaldaliga, bispo de S. Luis é ameaçado de expulsão do país. D. Helder Câmara está condenado ao silêncio... O jornalista Vladimir Herzog é preso, torturado e assassinado.

A revista consagra mais de 3 páginas a uma entrevista feita por um etnólogo a um posseiro do Território de Rondônia, o qual fala dos problemas e seus enfrentamentos com os jagunços na luta pela posse da terra.

PARTIDO SOCIALISTA PEDE ANULACÃO DA VIAGEM À FRANÇA DO DITADOR BRASILEIRO

O Partido Socialista se levanta contra a visita à França do General Geisel, ditador brasileiro, que permanecerá em Paris do dia 26 ao 28 de abril à convite de Giscard D'Estaing.

O Brasil está até hoje submerso na repressão, única resposta da ditadura militar à retomada do movimento de oposição.

Prisões, torturas, assassinatos de jornalistas, militantes políticos e líderes sindicais, é grande o número de exilados e banidos.

Para milhares de brasileiros a "Liberalização" do regime é uma palavra sem sentido.

O General Geisel vem à Paris pedir ao governo e às grandes indústrias francesas para investir em seu país a fim de tentar sair da crise econômica.

Em realidade atraídos pelo baixo preço da mão de obra brasileira, indústrias como Rhône-Poulenc, Peugeot, Creusot-Loire, etc., que ao mesmo tempo em que licenciam ou ameaçam de licenciamento à milhares de trabalhadores franceses, implantam filiais no Brasil.

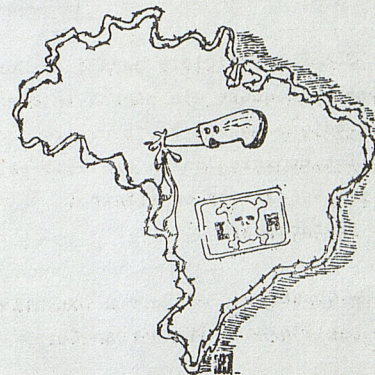
Eles esperam poder realizar taxas de lucro elevadas, graças à superexploração da classe trabalhadora brasileira, que lhes prometeo regime ditatorial brasileiro.

O Partido Socialista denuncia o apoio que é dado pelo governo de Giscard, em detrimento do povo francês e brasileiro. Ele pede ao governo francês de anular o convite feito ao General Geisel. Por outro lado o Partido Socialista renova o seu aporte à campanha que se desenvolve no Brasil pela Anistia Geral e sem restrições de todos os prisioneiros, exilados e banidos políticos.

Ele afirma sua solidariedade com a luta dos trabalhadores brasileiros pelo exercício efetivo de seus direitos políticos e sindicais.

O Partido Socialista se levanta contra todas as formas de censura que é vítima a imprensa brasileira.

Ele apoia o povo brasileiro na luta pelo reconhecimento de seus direitos democráticos e pela sua independência.



Libération 25/4

Hoje Geisel, amanhã Pinochet! A partir de segunda-feira e por três dias, Giscard d'Estaing receberá sumptuosamente, mas com discrição o General Ernesto Geisel.

"Como Nixon, Elisabeth e o Chah do Iran"-dizem os meios diplomáticos brasileiros, que esperam explorar ao máximo o tratamento preferencial que está sendo dispensado pela França.

Para Geisel trata-se de vir à Paris buscar uma caução política e financeira de Giscard para a expansão de firmas francesas no Brasil.

Os militares brasileiros têm consciência das reticências da opinião pública européia, por isso tentarão de explorar politicamente o encontro Geisel - Giscard.

Reconhecido por Paris e Londres o Brasil não aparecerá mais como guarda da Casa Branca ao sul do Panamá.

Medidas de segurança excepcionais foram postas em prática - Geisel se deslocará unicamente em helicóptero.

O Itamaraty pediu expressamente à que se impeça toda participação de brasileiros nas várias manifestações hostis à visita de Geisel.

Assim, a imprensa não lembrará que existem no exterior milhares de exilados.

Isso não impedirá a campanha pela Anistia que a pesar da repressão, ganha cada vez mais amplitude.

Le Monde 24/4

"NUMEROSOS PROTESTOS CONTRA A PROXIMA VISITA DO PRESIDENTE GEISEL"

Sob este título o jornal Le Monde consagrou quase uma página inteira da sua edição do dia 24, à publicação de vários comunicados de protesto pela vinda do ditador brasileiro.

Destacamos:

- Comunicado do Bureau Executivo do Partido Socialista Francês;

- Associação França América Latina, que foi subscrito pelos partidos Comunista, Socialista, Radicais de Esquerda, Partido Socialista Unificado, C.G.T., C.F.D.T., F.E.N. e outras organizações judiciais e progressistas.

- Comitê Brasil pela Anistia, que num longo comunicado anuncia a entrega na Embaixada do Brasil, de mais de cinco mil assinaturas pela Anistia.

- Comitê de Solidariedade Franco-Brasil.

E finalmente uma entrevista com o líder camponês Manuel da Conceição. (Ver entrevista de M. da Conceição concedida à Conjuntura Brasileira, pág.39)

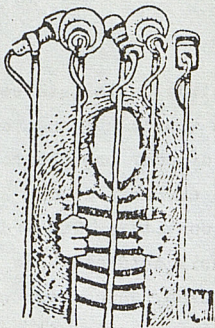
Rouge 26/4

O diário Rouge, órgão da Liga Comunista Internacional, dedicou vários espaços tratando da vinda do ditador Geisel à Paris. Assim várias organizações da esquerda francesa que não fazem parte do Programa Comum puderam exprimir-se contra a vinda do General.

O artigo do Rouge do dia 26 foi consagrado ao movimento operário brasileiro:

"A partir do segundo semestre de 1973, a retomada das lutas, sobretudo na indústria automobilística mostra uma reorganização importante do movimento operário.

A luta é contra a repressão salarial (arrôcho) e pelas liberdades democráticas, enfim a luta pela denúncia da ditadura, estão na base do movimento e a consolidação da luta operária no Brasil.



L'Humanité 26/4

O DITADOR BRASILEIRO CHEGA HOJE A PARIS

ELE VEM ASSINAR CONTRATOS E BUSCAR UMA CAUÇÃO POLITICA AO SEU REGIME DE TERROR

Esta foi a manchete de primeira página de L'Humanité, órgão oficial do Partido Comunista Francês.

"São doze anos de tortura, a ditadura brasileira semeia o arbítrio, a prisão e a morte.

Parlamento em camisa de força, partidos proibidos, censura que impede o desenvolvimento da cultura, a ditadura descarrega todo o seu peso sobre o povo brasileiro.

Para manter a classe operária oprimida e assegurar a paz social, tão necessária nos monopólios, nada se economiza: lei anti-grêve, intervenção nos sindicatos, polícia política, etc...

O expansionismo brasileiro é uma ameaça constante. Ele começou em 1965 com o envio de tropas a S. Domingos e o General Pinochet se felicita da ajuda recebida no Golpe militar e atualmente também, pois o Brasil é seu suporte financeiro.

O Brasil é o paraíso das Multacionais, enquanto mais da metade dos operários ganham apenas um salário mínimo."

Le Nouvel Observateur

26/4

O CARNAVAL TERMINOU

Durante sete anos a gente ouviu falar do Brasil:

"NOS TORTURAMOS E CERTO, MAS... QUE CRESCIMENTO ECONOMICO".

O que há de comum entre Goodyar, Toyameca, Nestlé, Georgia Pacific, Volkswagen, Mitsubishi ?

Elas cultivam frutas e criam gado no Brasil. Mas se este país é chamado "paraíso das multinacionais" não é por causa das atividades burocráticas que as firmas se alastram.

O Brasil está segundo a concepção dos militares que o governam a doze anos, "em guerra total".

Alimentados por uma ideologia tão elementar quanto eficaz, os técnicos engalonados, oriundos da Escola Superior de Guerra, convidaram os "managers" das maiores firmas ocidentais. E estas não se fizeram rogar. O Brasil lhes oferecia as condições ideais: imensas fontes inesploradas; vantagens fiscais, como não existem em país algum; uma tranquilidade exemplar nas relações com a mão de obra que é dossil; uma reserva inesgotável de desempregados, os quais são tão numerosos que é possível fazê-los trabalhar quase de graça; enfim, empresários locais satisfeitos e dispostos a venderem suas indústrias ao melhor preço e o mais rapidamente possível, antes de serem derrotados pela concorrência das possantes companhias estrangeiras.

Graças a uma política sistemática de concentração da renda e as facilidades de crédito, criou-se um mercado interno suficientemente rentável para atrair os capitais estrangeiros

Os resultados imediatos ultrapassaram as expectativas. Os capitais corriam como um rio. No mercado financeiro internacional não se recusa va nenhum crédito ao Brasil.

A máquina posta em marcha pela nova classe de tecnocratas e militares girava à plena capacidade.

No mundo inteiro os "businessmen"

e os mas-média, haviam conseguido afirmar a idéia de um milagre brasileiro.

A euforia durou apenas 7 anos.

De repente tudo é silêncio. O milagre foi só fogo de palha. A inflação é de quase 50%. Um mal estar se apossa dos estados maiores financeiros de New York, de Francfort, de Londres e de Tóquio. A dívida externa brasileira é de 22 milhões de dólares, um terço do seu produto nacional. Vai ser preciso reembolsar três milhões por ano durante 10 anos.

Para evitar a falência só há uma solução: fugir para a frente!

E preciso dizer que o milagre está estrangulando os generais.

O general Geisel subiu ao poder em 1974, e devia fazer um governo preocupado com os direitos humanos e liberal. Mas, a sua reputação não durou mais que um verão. Já nas eleições de novembro de 74, o partido de oposição (MDB), criado pela ditadura para salvar as aparências, saiu vitorioso. Logo depois desta vitória uma repressão sem precedentes se abateu sobre a população.

S. Paulo, a vitrine do "milagre" se distinguiu pelo número de mortos na tortura. Na Volkswagen, foram presos 200 trabalhadores, várias dezenas na Mercedes-Benz e Philips. L'Express 26/a 2 de maio

Há dez anos o mundo da grande indústria - à exceção dos franceses - se precipitam ao Rio. Cada qual queria tomar o seu bocado disto que se chamava então "o milagre brasileiro". Hoje o milagre se transformou numa miragem, o Brasil registra uma fabulosa dívida externa de 22 milhões de dólares, as medidas protecionistas são mais duras de mês a mês, 35% de inflação em 75.

E é justamente neste momento que a França resolveu lançar sua investida ao Brasil.

Ao país não falta evidentemente atrativos: A maior riqueza hidroelétrica do mundo depois da URSS, as jazidas de petróleo "offshore", uma superfície igual a da França, a maior jazida de ferro, na serra de Carajás, o centro industrial de S. Pau-

lo - 12 milhões de habitantes - para abastecer com meios de transporte, enfim um formidável terreno para investir.

Mas existem também os riscos!

Os representantes das raras firmas francesas no Brasil, Pechiney, C.g.e., Creusot-Loire, são unânimes em querer acalmar os mais entusiasmados: "Tudo pode acontecer", dizem eles. Tudo, de fato.

A falência, primeiro. Mas a revolução também.

Mesmo se todo o mundo acredita que esta palavra é incompatível com a mentalidade brasileira.

"A revolução é um sonho de intelectuais. O proletariado brasileiro não tem nenhuma consciência política", assegura um industrial.

Mas, o representante de uma grande firma francesa é mais séptico: "Faz algumas semanas, diz ele, os habitantes dos arredores de S. Paulo atacaram as estações de trem porque estavam cansados de viajar em vagões velhos, com atrasos contínuos e acidentes frequentes.

Incidentes deste gênero são regularmente assinalados nas capitais e cidades do interior.

Mil pessoas foram presas nestes últimos meses. Como as eleições são uma farsa ninguém pode saber o que pensa o povo.

Porém, sente-se em todos os lugares uma agitação contida.

Nenhuma ideologia contestatária, mas, uma exasperação que transvasa.

"O desespero pode, a qualquer momento, varrer a resignação", pensa um diplomata.

Duas razões importantes, apesar dos riscos, pedem a presença econômica francesa.

A primeira é a importância dos projetos que traz à Paris o general Geisel.

O projeto Tcuri, por exemplo, na bacia Amazônica. Investimento: 500 milhões de dólares, donde a metade em material importado.

A C.g.e. e Creusot-Loire têm grandes chances de assinar o projeto apesar da má vontade dos serviços públicos franceses.

O projeto Alumbras também.

Os japoneses tinham como sempre feito ofertas interessantes. Mas eles não estão mais de acordo para subscrevê-lo.

O projeto Carajás, a exploração das minas de ferro, mais a construção de uma estrada de ferro de 900 km. e de uma indústria siderúrgica marítima.

Ao todo perto de 4 milhões de dólares.

E o resto: o equipamento do metrô de Rio (Alstom) depois o de S. Paulo, e o complexo de reservas açucar de Santos, uma indústria de motores Peugeot, e uma indústria de tratores Renault, ao lado de alguns outros 20 projetos.

Le Monde 27/4

O GENERAL GEISEL ESPERA DESENVOLVER A COOPERAÇÃO ECONÔMICA FRANCO-BRASILEIRA

O General Ernesto Geisel chegou segunda-feira acompanhado de sua família e vários ministros. Ele se entrevistará com Giscard d'Estaing e o primeiro ministro Jacques Chirac.

Sua vinda à França motivou numerosos protestos contra o caráter do regime político brasileiro.

BRASIL A HORA DA DÍVIDA

O presidente brasileiro teria estudado durante 5 meses antes de se decidir a viajar. Ele espera tirar partido para a sua política interior uma vez que ele conta com o reconhecimento de seus convidados europeus.

Sua visita, porém, despertou numerosos protestos e reações de hostilidade.

O público internacional presta atenção às zonas sombrias do Brasil.

"O modelo econômico brasileiro" passa hoje por uma crise que conhece um sério fracasso. Isto liquidou com o argumento sobre o qual se basearam seus defensores: "O sucesso econômico serve para explicar tudo", assim eles pensavam justificar a repressão

COMUNICADO DO C.B.A. - PARIS

COMUNICADO

DO COMITÊ BRASIL PELA ANISTIA.
AO POVO FRANCES

O regime ditatorial instalado no Brasil pelo golpe de Estado de 64, seguidamente deixou entender sobre tudo à partir do momento em que a opinião pública internacional tomou consciência do caráter sistemático, generalizado e permanente da utilização da tortura, como método de governo, que a supressão das liberdades e garantias era necessário ao clima de "estabilidade social", sem o qual um país economicamente atrasado, como o Brasil não poderia desenvolver.

Esta idéia foi exprimida de maneira evidente por um dos próximos colaboradores, de D. Netto, então Ministro das Finanças, que disse: Nós sabemos muito bem que a progressão da tortura é prejudicial à nossa imagem externa, com relação ao crescimento econômico e ao saneamento das finanças e do sistema fiscal... Nós estamos convencidos que a expansão econômica trará ela mesma uma solução aos problemas sociais. Mas, nós temos necessidade de quatro ou cinco anos de "estabilidade social". (Le Monde 24/25 maio de 1970) É inútil dizer que a "expansão econômica" não trouxe nenhuma solução "aos problemas sociais" do Brasil.

Mais que isso, nos últimos dez anos as condições de vida das massas no Brasil se deterioraram violentamente, com um crescimento extraordinário da miséria e da exploração dos trabalhadores.

Hoje quando não se fala mais do então milagre econômico brasileiro, por que a economia entrou em recessão depois de 74, o sr. Delfin Netto, já como embaixador em Paris, procura "justificar" descaradamente as deploráveis condições de vida das massas no Brasil, escrevendo num artigo para a revista Veja (6/8/75) que: "A injustiça não reside propriamente nas desigualdades, mas no fato de que elas são produzidas pelo acidente histórico que marca o nascimento de cada homem."

Para justificar os resultados de uma política econômica baseada na superexploração dos trabalhadores de cuja execução o sr. Netto foi o principal responsável, êle recorre ao pior obscurantismo, típico da inquisição.

Sob a dominação ditatorial o Brasil se transformou num excelente campo de investimento para o capital estrangeiro. A política do arrocho salarial, responsável pela perda de 50% do valor dos salários hoje com relação a 64, permite o oferecimento de uma mão de obra à bom mercado.

Nessas condições os trabalhadores são submetidos a jornadas de trabalho de até 13 horas, sucedendo-se os acidentes de trabalho pela total impunidade das empresas que não asseguram a mínima condição de segurança para o trabalhador. Essa verdadeira guerra do trabalho transforma o Brasil no recordista mundial de acidentes de trabalho.

O agravamento das condições de vida das massas fica patente pelo número crescente de menores que são obriga-

dos a trabalhar para complementar um orçamento mínimo necessário a sobrevivência.

Cresce a mortalidade infantil nos centros industriais, morrendo 170 crianças de cada 1000 que nascem na região industrial de São Paulo.

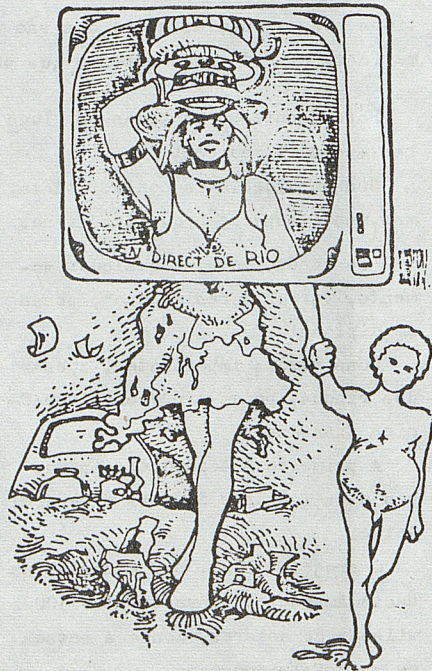
Para nós é importante destacar que depois de um período de ofensiva generalizada da ditadura, um movimento de oposição popular começa a se manifestar no Brasil. Os operários realizam greves contra o atraso de salários e as condições de trabalho.

O protesto contra os precários meios de transporte tem gerado algumas vezes depredações de estações ferroviárias e de ônibus. A luta contra as torturas, contra a censura, pela livre manifestação e de um modo geral, pelas liberdades democráticas ganha terreno, configurando uma nova situação, onde a ditadura é contestada e onde o seu projeto institucional - que consiste em pretender institucionalizar os atos de exceção, sobretudo o AI-5 - é posto em cheque.

Nesse contexto, onde as lutas pelas liberdades democráticas mobiliza a oposição popular à ditadura, surge a campanha pela Anistia Geral e sem restrições a todos os prisioneiros e perseguidos políticos, assim como para todos os banidos e exilados. À princípio uma iniciativa limitada, hoje a campanha pela anistia se desenvolve em todo o país e recebe o apoio de diferentes sectores da sociedade em oposição à ditadura. Doze mil assinaturas foram recolhidas no ano passado e entregues no Congresso Nacional. Uma nova campanha de assinaturas se desenvolve neste momento no país.

Foi com a preocupação de apoiar integralmente esta campanha, que foram sendo criados na Europa Comitês pela Anistia no Brasil, entre outros o Comitê Brasil pela Anistia de Paris.

Este Comitê criado em setembro de 75 recebeu o apoio de inúmeras personalidades francesas, de organizações jurídicas e religiosas, humanitárias,



de partidos e organizações políticas, de sindicatos, que sempre demonstraram a sua solidariedade com a luta do povo brasileiro. Ultimamente o Comitê desenvolveu uma campanha para denunciar a recente onda repressiva que atinge ao seu máximo nestes últimos meses.

Uma carta com mais de 5 000 assinaturas foi entregue à Embaixada do Brasil em Paris nestes últimos dias, em protesto contra a tortura e o assassinato dos que se opõem ao regime.

No que diz respeito à visita do ditador Geisel à Paris, à convite de Giscard D'Estaing, o Comitê Brasil pediu a todas as organizações democráticas e políticas e aos sindicatos para organizarem movimentos de protesto contra esta visita, cujo objetivo é de obter créditos para manter o povo brasileiro sob a repressão e a superexploração.

O Comitê Brasil pela Anistia tem a certeza de que a opinião pública francesa vai responder de maneira ativa ao seu chamado, no momento em que Geisel aqui se encontra e que ela manifestará sua solidariedade internacional ao movimento popular que se desenvolve no interior do Brasil e a campanha pela Anistia Geral é sem restrições a todos os prisioneiros políticos, exilados e banidos.

NÃO a ajuda financeira à
DITADURA BRASILEIRA !
VIVA a amizade do Povo Brasileiro
e do Povo Francês!



consequencias
sociais

comitês anistia da europa

COMUNICADO

Este é um comunicado que foi divulgado pela imprensa e assinado por todos os Comitês pela Anistia no Brasil que existem na Europa:

Por ocasião da vinda à França do General Geisel, os Comitês abaixo assinados que desenvolvem atividades para obter a Anistia Geral no Brasil, já há alguns meses, têm os seguintes objetivos:

1) A solidariedade e o apoio incondicionais à campanha pela Anistia que se desenvolve no Brasil;

2) A organização de um amplo movimento internacional em favor da Anistia Geral no Brasil para todos os prisioneiros políticos e para todos os banidos e exilados;

3) A denúncia do caráter absolutamente arbitrário das prisões, torturas e assassinatos políticos e a denúncia das manobras do dito "retorno à democracia", manejadas pela ditadura e que visam enganar a opinião pública ao mesmo tempo em que a repressão se intensifica brutalmente contra toda manifestação de oposição ao regime;

Exprimem o seu mais enérgico protesto contra a presença na França do General Geisel, representante de um dos regimes mais repressivos do mundo.

- Comitê Brasil pela Anistia Paris/ França
- Comitê Belga pela Anistia no Brasil- Bélgica
- Brasilie Comite VOOR Amnestie Amsterdam/ Hollande
- Comitê Pró Anistia Geral dos Presos Políticos no Brasil - Lisboa/Portugal
- Associação pela Anistia Geral no Brasil - Genève/ Suisse

AGEP - CFDT ARGÉLIA

COMUNICADO DA AGEP- CFDT DA ARGÉLIA

À propósito da visita à França do General Geisel, ditador do Brasil a A.G.E.P. :

I - Denúncia o regime brasileiro que por um lado deixa as firmas internacionais - em particular as francesas, saquear as riquezas do país, e por outro lado, utiliza sistematicamente a tortura contra a oposição interna e até mesmo à serviço de outros facismos sul-americanos, como Chile, Paraguai, Uruguai e Argentina.

II- Pedimos à nossos aderentes e simpatizantes de manifestar sua solidariedade com a luta revolucionária do Povo Brasileiro em particular

- Assinando o pedido de Anistia Geral aos prisioneiros políticos e exilados brasileiros.

- Dando seu auxílio financeiro às organizações em luta contra a ditadura.

A A.G.E.P. pede que toda solidariedade seja enviada ao Comitê Brasil pela Anistia em Paris.

DOS PINTORES ANTI-FACISTAS

No momento em que Geisel chefe da ditadura militar brasileira visita oficialmente a França, nós tomamos conhecimento que se organizará na Galeria Artcurial uma exposição sobre a Arte brasileira do século XX.

Esta exposição é apoiada pela embaixada brasileira e patrocinada pela TV Globo, porta voz do imperialismo americano no Brasil e principal instrumento de colonização da cultura brasileira.

Nós artistas franceses, solidários com a luta do povo brasileiro, pela liberdade de expressão, manifestamos nossa reprovação diante da utilização da criação artística como instrumento de prestígio da ditadura militar.

Nós nos pronunciamos contra o aproveitamento das obras artísticas, muitas das quais, pertencem à artistas que são obrigados a viver no exílio, em razão da constante censura e repressão no Brasil.

Nós conclamamos os artistas franceses a manifestar sua solidariedade com o povo brasileiro, participando às diferentes manifestações de protesto, organizadas por ocasião da visita do General Geisel à Paris.

**PLEA LIBERDADE DE EXPRESSÃO
CONTRA A CENSURA
SOLIDARIEDADE COM A LUTA DO
POVO BRASILEIRO!**

Brigada Internacional de Pintores
Anti Fascistas
Comitê da Jovem Pintura
Coletivo de Pintores Anti Fascistas

Nota: Artistas e pintores franceses tentaram distribuir este comunicado na exposição da Galeria Articular, mas foram impedidos por um compacto bloco de policiais, que está de maneira permanente em frente à Galeria.

No dia seguinte, no entanto, este mesmo grupo de artistas logrou penetrar no recinto da exposição e colocou este comunicado entre as páginas dos prospectos ilustrativos da exposição. Alguns exemplares foram mesmo colocados sobre as esculturas.

Este fato provocou a irritação dos funcionários da embaixada brasileira ao ponto de fazer apelo à polícia para expulsar os manifestantes.

A imprensa brasileira presenciou os acontecimentos.



Propagande
extérieure

Rélique
intérieure

ATOS PÚBLICOS DE PROTESTO

21/4

A Associação dos Estudantes Latino-Americanos na França (A.E.L.A.F) organizou um ato público na Cidade Universitária, para denunciar o Expansionismo brasileiro na América Latina e para protestar contra a visita de Geisel à Paris.

O ato contou com o apoio dos Comitês: Chile, Bolívia e Argentina e reuniu mais de 300 pessoas.

22/4

" Geisel responsável pelo terror e as torturas no Brasil e na América Latina, é convidado de honra e estará em Paris em fins de abril."

Esta foi a palavra de ordem lançada pela Comissão de Solidariedade França Brasil, ao convocar o comício-debate na Faculdade de Jussieu.

Os temas abordados no debate foram entre outros: O Fim do "Milagre Econômico", a desnacionalização do Petróleo, a Retomada das lutas populares e do movimento estudantil.

22/4

Os Militares no Poder! Quais as lições que a esquerda deve tirar!

- Em abril Geisel vem em visita oficial à França. Seu objetivo é de obter créditos para a grande burguesia brasileira ligada aos interesses americanos.

- Em março os militares tomam o poder na Argentina para impedir o crescimento das lutas populares.

- O Chile ainda sob o Regime de Terror de Pinochet!

- Estes acontecimentos não nos podem deixar indiferentes, pois o imperialismo francês tem interesses na América Latina.

Estes foram os pontos centrais do comício convocado pelo Partido Socialista Unificado para mostrar seu protesto contra a vinda de Geisel.

O comício-debate que contou com a participação de militantes da esquerda latino-americana foi assistido por um grande número de pessoas.

3 HORAS DE VERDADE SOBRE O BRASIL

Em resposta ao comunicado do Comitê de Paris pela Anistia, a Associação França - América - Latina organizou um ato de informação sobre a situação no Brasil.

O ato que foi realizado numa das salas do Hotel Moderne, na Praça da República

O ato foi presidido por Guy Aurenche, Presidente da seção francesa do Movimento Internacional de Juristas Católicos e do Comitê Brasil pela Anistia

Na abertura do ato foi dada a leitura ao comunicado do Comitê Brasil pela Anistia ao povo francês. Em seguida foram apresentados 3 relatórios

para discussão:

I- A repressão política e sindical no Brasil, por Jean Bourhis, S. Confederal da C.F.D.T. (Confederação Francesa do Trabalho).

II- A situação econômica e os investimentos franceses no Brasil, por Dominique Lahalle, secretário Geral de França América Latina.

III- A política expansionista do Brasil na América Latina, por Antoine Blanca, membro do Comitê Diretor do Partido Socialista Francês.

O ato que contou com a presença da imprensa francesa e estrangeira e de organizações solidárias à luta do povo brasileiro, foi chamado e apoiado por: Partido Comunista, Partido Socialista, Movimento dos Radicais de Esquerda, Partido Socialista Unificado, Frente Progressista, C.G.T., C.F.D.T. Associação Francesa de Juristas Democráticos, Seção Francesa dos Juristas Católicos e CIMADE.

ARGENTINOS SOLIDÁRIOS

Ao final foi lida a nota enviada pelo C.A.I.S. (Centro Argentino de Informação e Solidariedade) renovando o seu apoio e solidariedade com o povo brasileiro na luta contra a política sub-imperialista do Brasil na América Latina.

UMA SEMANA DE SOLIDARIEDADE COM
O BRASIL.

Sob a iniciativa do Comitê Brasil pela Anistia realiza-se neste momento nas faculdades de Letras e Ciências de Ciências, na Faculdade de Vincennes e Nanterre, uma semana de debates sobre a realidade brasileira.

Filmes e debates se sucedem. A coordenação dos estudantes franceses em luta contra a reforma do segundo Ciclo aprovou uma moção de protesto contra a visita de Geisel.

Um comunicado comum foi tirado onde se denuncia a superexploração dos trabalhadores brasileiros ao lado dos importantes lucros que obtêm as firmas multinacionais francesas.

Várias dezenas de milhares deste comunicado, bem como folhetos, convocando para o grande comício do dia 28 na Mutualité foram distribuídos pelos estudantes franceses.



la résistance populaire

Os desenhos que serviram para ilustrar a matéria "a viagem de Geisel à França" foram tirados da brochura "Le Brésil des Travailleurs", publicada pela CFDT para denunciar a vida do ditador à Paris.

cb

MILHARES DE PESSOAS DIZEM NÃO A GEISEL

Atendendo ao apêlo lançado pelo Comitê de Paris pela Anistia, o Comitê de Apêlo à luta do Povo brasileiro, o Partido Socialista Unificado, a Organização Comunista Operária e Camponêsa, a Organização Comunista Revolucionária, a Liga Comunista Revolucionária, o Partido Comunista Revolucionário M.L., convocaram um grande comício público na grande sala do palácio de esportes da Mutualité.

No início do ato que contou com a presença de milhares de pessoas, foi lido o Comunicado do Comitê Brasil pela Anistia ao Povo Francês e os temas abordados foram:

- O imperialismo francês no Brasil;
- A repressão ao movimento de massas na América Latina;
- O sub-imperialismo brasileiro na América Latina.

O DISCURSO

Reproduzimos alguns trechos do discurso central do ato:

"O chefe da ditadura militar brasileira procura se apresentar nesta viagem à França, como o representante de um país capitalista que teve crescimento econômico, entre 1969 e 1974 de 10% ao ano. O fato de que a este período de crescimento tenha se seguido a crise em que esta mergulha a economia brasileira hoje e a existência de uma contestação política crescente à ditadura militar, não impede ao ditador Geisel de pretender mostrar o Brasil como uma "potência emergente", que deve ser reconhecida como aliado privilegiado do capitalismo mundial nesta região conturbada que é a América Latina. Já há poucas semanas atrás o sr. Kissinger esteve no Brasil para reconhecer a "obra" construída pela ditadura depois do golpe de 1º de abril de 1964 e para consolidar o papel do Brasil como base segura do capitalismo nesta região do mundo. Efetivamente, a "obra" construída pela ditadura no Brasil significou

uma vitória extraordinária do capitalismo mundial: o imenso Brasil se transformou, sob o império da ditadura, num excelente investimento, onde a paz capitalista instaurada permite lucros elevados.

A opinião pública internacional, os democratas e revolucionários de todo o mundo conhecem bem as condições que permitiram o êxito recente do capitalismo no Brasil. A superexploração dos trabalhadores foi a condição principal para superar a crise que atravessava o capitalismo brasileiro no começo dos anos 60. Camaradas

Hoje podemos falar da existência no Brasil de um movimento de oposição popular e da resistência que radicaliza as suas reivindicações, que assume as lutas por liberdades democráticas e dessa forma acumula forças na luta contra a ditadura e o imperialismo. E real a polarização entre, de um lado, esse movimento de oposição popular e de resistência, e de outro, a ditadura.

Mas, nós não podemos falar ainda de um movimento de massas que expresse e cristalice essa polarização. A oposição popular e a resistência à ditadura ainda se caracterizam por manifestações descontínuas, pela desigualdade de objetivos e pela ausência de uma coordenação das lutas. Isto torna a oposição popular e a resistência vulneráveis, obstaculizando o desenvolvimento de uma acumulação de forças capaz de sustentar uma luta consequente e sem tréguas contra a ditadura militar!"



ULTIMO DIA DO DITADOR EM PARIS

(com base na imprensa francesa de hoje, 28/4/76)

A saída da segunda entrevista do ditador Geisel com Giscard, este rendeu homenagem ao "dinizismo brasileiro" declarando: "nós nos alegramos com a colaboração que se estabelece entre nossos países em prol de uma nova ordem econômica mundial". O ditador por sua vez manifestou-se "bastante satisfeito" com o resultado das conversações.

Em seguida, o ditador Geisel se dirigiu ao Hotel de Ville onde seria recepcionado pelo Conselho de Paris. No caminho, imenso aparato policial foi posto em funcionamento: dezenas de ônibus e centenas de policiais ostensivamente armados e munidos de walkie talkies. Mereceu destaque o próprio Serviço de Segurança do ditador, composto de policiais brasileiros, que agressivamente impediam até a simples agitação de uma bandeirola. O trânsito foi desviado em largo perímetro provocando monumentais engarrafamentos em todo centro de Paris. Foi interrompida até mesmo a circulação normal do metrô durante certo tempo.

No Conselho de Paris, os representantes comunistas e socialistas se recusaram a receber o ditador. Uma delegação do PS de cerca de 40 militantes tentou organizar uma manifestação. Estavam presentes Georges Sarre, membro do Secretariado Político, Georges Mingotaud e Christian Pierre, membros do Comitê Diretor, Michel Salle, presidente do grupo socialista no Conselho de Paris, e outros conselheiros de Paris. Aos gritos de "ABAIXO A DITADURA" e "FORA GEISEL", abriram uma faixa com os dizeres "GEISEL VERDUGO DO POVO BRASILEIRO". Foram imediatamente espancados pela polícia, tendo sido Michel Salle atirado ao solo. Importante cordão policial, manteve-os cercados por uma hora, o que não impediu que continuassem a explicar aos presentes o significado da vinda à França do "torturador brasileiro" e das ligações do imperialismo americano com o fascismo no Brasil. A Federação de Paris do PS protestou de imediato assinalando: "É a primeira vez que as forças policiais atacam de forma tão violenta os representantes eleitos." Também Gaston Deferre, presidente do grupo Socialista na Assembléia Nacional, protestou na sessão da tarde contra tais práticas policiais.

Neste mesmo dia, centenas de militantes do "Movimento da Juventude Comunista da França" manifestaram também, ocupando a Fundação Franco-Brasileira (Casa do Brasil) na Cité Internationale Universitaire. Após permanecer duas horas no pavilhão, percorreram a "Cité" aos gritos de "SOLIDARIEDADE COM OS COMUNISTAS E PATRIOTAS BRASILEIROS" e "GEISEL ASSASSINO, GISCARD CUMPLICE". Num panfleto que distribuíram, expressam "sua mais viva condenação à esta recepção vergonhosa, contrária a amizade entre os povos da França e do Brasil, contrária as grandes tradições internacionalistas da classe operária, do povo e da juventude do nosso país". Assinalam também "sua inteira solidariedade com a justa luta do povo e da juventude do Brasil contra o fascismo e pela liberdade".

Ainda no dia 28 de abril tomou-se conhecimento dos protestos dos bispos D. Huygue de Arras e D. L'Heureux de Perpignan. O primeiro dirigiu carta ao ditador Geisel onde protesta contra a "prática habitual dos direitos da pessoa humana e o emprego da tortura como meio de governo". O segundo acusa "o chefe de um poder militar que crê poder utilizar a religião para confortar a sua política, contrária aos direitos do homem e às regras elementares de um real desenvolvimento".

economia

Três frentes de luta

VEJA, 24 DE MARÇO, 1976

A nota da presidência da República, distribuída quarta-feira passada em Brasília, após a reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), anunciava uma batalha em três frentes para enfrentar os perigos de 1976: conter a inflação, controlar o déficit da balança comercial do Produto Interno Bruto (PIB), com a preservação de certa expansão do emprego. Uma tarefa sem dúvida difícil para um ano cujos dois primeiros meses trouxeram uma vigorosa inflação e um déficit comercial muito elevado. A tal ponto que, poucos dias antes da reunião do Conselho, as autoridades monetárias, de certa forma surpresas com a extensão dos problemas, exibiam posições divergentes quanto aos métodos e procedimentos a serem adotados para enfrentar as situações críticas. Compreensivelmente, essas diferenças de opinião parecem, na verdade, refletir os acidentes surgidos na rota econômica para concretização dos resultados pretendidos. Em conversas reservadas, surgia com insistência a hipótese de se envolver a economia num amplo processo de recessão para dominar a inflação e manter sob controle as contas externas do país. Em visível oposição a tal proposta, os técnicos da Secretaria do Planejamento da presidência da República recomendavam uma ação enérgica contra a alta dos preços, sem perder de vista o objetivo de expansão do PIB com uma taxa positiva.

Neologismo — Na véspera da reunião do CDE, o ministro da Fazenda, Mário

Henrique Simonsen, enriquecia o vocabulário econômico com uma nova expressão — a "desexcitação" da taxa de crescimento do emprego. O ministro preconizava assim uma queda na criação de empregos pela economia, como meio de minimizar as pressões inflacionárias e diminuir, substancialmente, a diferença entre exportações e importações. As medidas de restrição ao crédito já adotadas visam, argumentou Simonsen, a "esfriar a economia" — ou seja, reduzir o ritmo de expansão das atividades produtivas, o que importaria numa taxa mínima de crescimento do PIB. Fora do governo, o ex-ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões, em entrevista à *Gazeta Mercantil*, de São Paulo, na quinta-feira passada, se opunha à aplicação desse remédio. Para compensar o impacto da contenção do crédito posta em prática pelo governo sobre o ritmo dos negócios, Bulhões sugeria que os recursos do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) fossem aplicados na compra de ações preferenciais das empresas. Desse modo, elas seriam dotadas do capital necessário para prosseguir funcionando satisfatoriamente, apesar da redução nos meios de pagamentos (depósitos a vista mais dinheiro em poder do público) e liberação das taxas de juros.

Dois, cinco ou dez — De qualquer forma, medidas capazes de limitar a geração de novos empregos tenderiam a provocar o desemprego em proporções

pouco saudáveis na área industrial. Já no ano passado, mesmo com a economia se expandindo em nível superior ao crescimento demográfico, o emprego industrial aumentou menos do que a força de trabalho urbano, que cresce em torno de 5% ao ano. Um cálculo feito com base na Pesquisa Mensal da Indústria de Transformação, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que o nível de emprego desse setor em São Paulo se elevou em menos de 2% no ano passado. Assim, a diferença entre o aumento da força de trabalho urbana e o emprego industrial permite supor que, já desde o ano passado, um contingente apreciável de pessoas teve dificuldades em encontrar oportunidades de trabalho. Certamente, tendo em vista essa realidade, o Conselho de Desenvolvimento Econômico considerou o problema da ocupação entre suas prioridades sócio-econômicas. Da mesma maneira, o governo procura atribuir ênfase a outro aspecto da política social — a redistribuição da renda. Há, porém, certos limites para avançar nesse terreno, como aliás, reconhecem o ministro do Trabalho Arnaldo Prieto, em depoimento, na quinta-feira passada, na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre política salarial. Prieto admitiu que é impossível ao trabalhador viver com o mínimo e, por isso, gostaria de propor ao presidente Ernesto Geisel multiplicar o valor do salário por dois, cinco ou dez — "mas", completou ele, "as condições atuais da economia não permitem".

Gradualismo consagrado — Em face do resultado da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o governo consagrou a orientação gradualista de combate à inflação. Inevitavelmente, uma estratégia rígida de administração do balanço de pagamentos terminaria determinando cortes substanciais no esquema de investimentos programado pelo próprio governo. O que poderia atingir até mesmo programas como o de expansão siderúrgica, contemplado, na quarta-feira passada, com recursos adicionais para este ano no montante de 5,5 bilhões de cruzeiros.

De fato, enquanto a balança comercial e a inflação continuam a concentrar as preocupações do governo, a produção industrial marcha bem, de acordo com os indicadores disponíveis. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), por exemplo, realizou empréstimos à indústria, inclusive pequenas e médias empresas, no valor de 2,735 bilhões de cruzeiros em janeiro/fevereiro contra 1,8 bilhão de cruzeiros do bimestre do ano passado. Isoladamente, a Agência Especial de Financiamento In-

dustrial (Finame), como órgão vinculado ao BNDE, desembolsou recursos no montante de 900 milhões de cruzeiros contra 553 milhões. Dados como esses evidenciam a decisão do empresariado de continuar investindo. Tal expectativa, porém, poderia ser afetada, com queda no número de consultas ao banco, na medida em que, conforme admitem técnicos do BNDE, se forme na economia um quadro recessivo.

Questão de prazo — Quanto ao setor da construção civil, ele atravessa, segundo afirma o diretor do Banco Nacional de Habitação Luis Sande de Oliveira, uma ótima fase, em condições de contribuir para compensar a perda de velocidade de outros setores de atividades econômicas, em função das medidas de controle da inflação adotadas pelas autoridades. Na opinião de Sande, talvez o governo seja induzido a não se contentar simplesmente com o atual bom desempenho da construção civil e "decida destinar-lhe um papel ainda mais preponderante na presente conjuntura econômica".

Os principais problemas residiriam,

portanto, na área financeira e monetária. Ainda na quinta-feira passada, os banqueiros cariocas saíram insatisfeitos de suas reuniões com o presidente do Banco Central, Paulo H. Pereira Lira. Não obtiveram a liberação das taxas de juros para os bancos comerciais nem conseguiram vislumbrar a mínima esperança de retorno ao sistema de refinanciamento compensatório. Como consequência do arrocho de crédito, o custo do dinheiro interno (empréstimos de financeiras e bancos de investimentos) oscilou entre 38% e 40% ao ano na semana passada. Mais uma vez a alternativa de tomada de empréstimos externos (com juros de 32% ao ano) se torna uma saída para as empresas estimulada pelo governo, com um olho permanentemente apontado na entrada de capitais estrangeiros para cobertura do déficit em conta corrente (mercadorias mais serviços). Embora o país disponha de excelentes projetos para a aplicação de recursos externos, os banqueiros estrangeiros parecem desejosos — como afirma Genival de Almeida Santos, diretor do Banco Nacional — em obter uma redução no prazo dos empréstimos feitos ao país.

INFLAÇÃO: O MAIOR EM UM SÓ MES DIFICULDADES PARA EMPRESTIMOS

ESP-12-3-76

O índice de custo de vida no Rio de Janeiro subiu 5,2% em fevereiro, sendo o maior aumento aferido pela Fundação Getúlio Vargas em um só mês nos últimos 7 anos. A elevação geral dos preços para o consumidor no primeiro bimestre do ano foi de 9,6%, enquanto no mesmo período do ano passado o aumento registrado era de 4,6% e, no decorrer de janeiro e fevereiro de 1974, 6,4%, segundo os levantamentos oficiais.

A inflação, medida pelo conceito de disponibilidade interna (produtos em circulação no mercado doméstico) do índice geral de preços, registrou incremento de 4,2% em fevereiro, índice somente ultrapassado, nos últimos sete anos, pela alta de 4,5% de março de 1974, período em que o governo começou a adotar os aumentos correlativos em consequência da contenção de preços imposta pelas autoridades na administração anterior.

VEJA, 17 DE MARÇO, 1976

Contrastes — Um dado relativamente novo da questão é que os banqueiros estrangeiros estão preocupados com o volume da dívida brasileira, orçada em 22 bilhões de dólares em dezembro passado. Apesar da afirmação do presidente do Banco Central, de que o governo tem o controle da dívida, o banqueiro americano James Greene, vice-presidente do Manufactures Hanover Trust Company, na qualidade de um dos maiores credores de Brasil, provocou uma certa agitação ao chegar ao Rio, na quarta-feira, dizendo que os banqueiros se sentem "contra a parede" ante o crescente endividamento brasileiro. Na realidade, os grandes bancos, como o Hanover, experimentaram cada vez maior dificuldade em repassar a bancos menores algumas parcelas dos financiamentos ao Brasil.

Por causa dessas dificuldades, o fluxo de recursos externos para a economia brasileira tende a ser bem mais lento que nos últimos anos. É uma outra importante fonte de divisas são tradicionalmente as exportações, que não atravessam seus melhores dias. O açúcar, depois de alcançar cifras recordes nos últimos anos, afundou desastrosamente neste início do ano.

VEJA, 17 DE MARÇO, 1976

DISCRIMINAÇÃO	VARIACÃO PERCENTUAL		
	FEVEREIRO	JAN E FEV	ÚLTIMOS 12 MESES
	Geral	5,2	9,6
Alimentação	6,7	11,5	35,6
Vestuário	0,8	2,4	15,5
Habitação	4,1	7,8	58,4
Artigos de residência	4,7	7,3	24,3
Assist. méd., saúde e higiene	3,8	6,2	35,9
Serviços pessoais	5,9	14,0	39,3
Serviços Públicos	2,3	4,7	36,1

VEJA, 17 DE MARÇO, 1976

	JANEIRO		FEVEREIRO		SALDO NO BIMESTRE
	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	
	1973	315	370	402	
1974	436	776	455	806	- 691
1975	722	812	571	1 108	- 627
1976	504	993	500	848	- 737

A MAIOR DESVALORIZAÇÃO DO DOLAR INFLAÇÃO: 13,1% DEFICIT: US\$ 700

13-4-76

BRASÍLIA (O GLOBO) — Com o novo reajuste da taxa cambial promovido ontem pelo Banco Central, de 3,389 por cento, a cotação do dólar ultrapassou a marca de dez cruzeiros; a partir de hoje, a moeda americana será negociada pela Carteira de Câmbio do Banco do Brasil a Cr\$ 10,22 para compra e Cr\$ 10,27 para venda.

Esse foi o quinto reajuste cambial de 1976 e o segundo maior desde a implantação, no Brasil, da política de minidesvalorizações cambiais. O maior de todos os reajustes — 3,5 por cento — ocorreu há 14 dias. A desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar, este ano, eleva-se agora a ... 13,304 por cento.

VEJA, 7 DE ABRIL, 1976

Foi a maior desvalorização do cruzeiro desde 1968: 3,5%, perfazendo um total de 9,5% desde o começo

do ano. Como não poderia deixar de ser, a decisão do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, na semana passada, provocou ondas que se espalharam por toda a economia. Alegrou os exportadores, preocupou os importadores e alarmou empresas com dívidas no estrangeiro. No câmbio negro, que se agita nas últimas semanas diante das ameaças de se criar um dólar-turista e reprimir a sangria de divisas no setor do turismo, a resposta à brusca desvalorização do cruzeiro foi imediata: o dólar caiu instantaneamente de 13,70 para 13,10 cruzeiros, confirmando a tese de alguns economistas de que a moeda brasileira estaria supervalorizada.

VEJA, 14 DE ABRIL, 1976

Vencidos os três primeiros meses do ano, o governo continua às voltas com sérios problemas — como reduzir o impacto das pressões inflacionárias e do déficit nas contas externas do país sobre o conjunto da economia. De fato, enquanto a balança comercial fechou o trimestre com o sinal vermelho de cerca de 700 milhões de dólares, o custo de vida na cidade do Rio de Janeiro chegava a 13,1% e o índice geral de preços (a inflação) atingia 10,4%, segundo dados apurados pela Fundação Getúlio Vargas. É verdade que, já em março, a balança comercial e o custo de vida, que subiu 3,2%, desenvolveram uma curva

menos crítica do que nos dois meses anteriores.

De qualquer modo, porém, as dificuldades persistem. Para tentar superá-las, o governo armou novas linhas de resistência com medidas aprovadas na quarta-feira da semana passada pelo Conselho Monetário Nacional. Essas providências abrangem o aumento do recolhimento compulsório, agora em 33%, dos depósitos à vista dos bancos comerciais, junto ao Banco do Brasil, uma maior taxa de desconto para duplicatas e a regulamentação do open market (veja a página 93). Globalmente, as decisões do Conselho Monetário Nacional pretendem manter dentro de uma faixa estreita a liquidez da economia, pois a fartura de crédito tenderia a alimentar a inflação e a ampliar o déficit na balança comercial.

Setor externo — Tudo, porém, parece indicar que, face ao comportamento da balança comercial no trimestre, a primeira previsão de um déficit de 800 milhões de dólares neste exercício terá de ser revista. Aliás, essa revisão começou a ser feita pelo presidente do Banco do Brasil, Angelo Calmon de Sá, em conferência realizada na semana passada

em Chicago. Segundo ele, as importações vão ser superiores às exportações em 1 bilhão de dólares. Desta maneira, o problema reside em saber se o país conseguirá mobilizar recursos externos no montante necessário para cobrir a brecha na balança comercial e de serviços. Surpreendentemente, os empréstimos em moeda externa foram até agora superiores à média mensal do ano passado. Entretanto, há limites para que o país possa mobilizar, como em anos anteriores, 4,5 bilhões de dólares em empréstimos externos. Uma indicação dessas limitações está claramente demonstrada num relatório do Departamento de Comércio dos Estados Unidos: desde 1975, as empresas multinacionais americanas têm reduzido expressivamente o ritmo de investimentos fora do país.

Assim, parece que o governo não tem mesmo condições de resolver num prazo curto o espinhoso problema do desequilíbrio no balanço de pagamentos. E é por isso que, à margem de providências imediatistas como as da semana passada, alguns técnicos e empresários começam a se perguntar até que ponto será possível manter a face atual do modelo brasileiro de desenvolvimento sem recorrer a cirurgias mais delicadas.

Receio da recessão

O GLOBO
14-4-76

O presidente da ADECIF (Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento), José Luiz Moreira de Souza, mostrou-se ontem receoso de que as medidas recentemente adotadas pelo Governo possam levar a economia à recessão.

— O Governo está partindo da suposição de que há uma inflação puramente de demanda. No meu entender, o peso da inflação de custos está sendo maior no momento do que a demanda. Isto significa que se o diagnóstico das autoridades não for correto, poderemos ter problemas com estas medidas. É o mesmo que uma pessoa que começa a passar mal com problemas circulatórios. Os sintomas iniciais do enfarte e do derrame são exatamente iguais, mas os remédios são inversos para os dois casos.

— A dosagem das medidas de caráter monetário deixou o mercado um pouco perplexo. É de se supor que o Governo afastou-se, pelo menos a curto prazo, da política gradualista de combate à inflação.

DIRIGENTE INDUSTRIAL - MARÇO DE 1976

EDITORIAL

Henry Maksoud

A vulnerabilidade de nosso sistema industrial

A nova ofensiva do Governo brasileiro para substituir importações vem associada a algumas modificações profundas, tanto conceituais quanto práticas, no arcabouço do nosso modelo industrial. Suas repercussões serão sensíveis para o conjunto do parque industrial do país e afetarão mais especificamente algumas áreas de base desse complexo. É interessante observar que, a exemplo do que ocorreu quando do primeiro grande esforço nacional para implantar no país um processo de desenvolvimento industrial, o atual surge também na esteira de uma crise conjuntural criada no exterior. Na década de 40 o impulso brasileiro para implantar sua própria máquina de produção, pelo menos em alguns setores fundamentais, foi conseqüência direta da deflagração da II Guerra Mundial, dos percalços de produção enfrentados pelos países industrializados da época e, sobretudo, da total desorganização dos sistemas internacionais de transporte. Tendo de contar apenas com recursos próprios, o país, essencialmente agrícola, encontrou as fórmulas para ensaiar os primeiros passos de um esforço de industrialização que daí para a frente acusaria altos e baixos mas jamais se estancaria.

A nova etapa para substituir importações tem, provavelmente, na crise energética e no conseqüente desequilíbrio do balanço de pagamentos do país sua principal mola propulsora. A crise poderá afinal mostrar-se salutar se, em decorrência dela, encontrarmos os meios para ampliar a independência do nosso parque industrial, integrar os seus vários setores e mudar a escala de alguns de seus empreendimentos de base.

As mudanças estruturais a que aludimos são conseqüência dessa decisão. De um parque industrial voltado prioritariamente para os processos de ponta e que assim alcançou seus resultados mais expressivos — nos setores automobilístico e eletroeletrônico, entre outros —, deveremos evoluir para um modelo mais chegado às indústrias de base, indispensável para assegurar o

estancamento de importações maciças nas áreas siderúrgica, petroquímica e, sobretudo, de bens de capital.

A decisão de favorecer a implantação das "indústrias que criam indústrias", ao invés das indústrias mais diretamente voltadas para o consumo, trará, como afirmamos, profundas modificações no perfil das atividades industriais do país, além de determinar algumas dificuldades imediatas que, paradoxalmente, numa primeira etapa, farão aumentar o volume de importações, especialmente de equipamentos. Sensível a este aspecto, ciente da necessidade de romper o círculo vicioso, ainda que à custa de uma sangria imediata, o Governo criou, com alguma flexibilidade, os instrumentos que asseguram o fluxo, em condições privilegiadas, desses equipamentos que são indispensáveis à implantação dos projetos industriais voltados para os setores básicos. No esforço dirigido para a auto-suficiência, que envolve o sacrifício característico de todo o processo de reconversão, existem, todavia, armadilhas, que cumpre ao Governo evitar. Não pretendemos apenas a implantação de um parque industrial de base no país, isto é, fisicamente aqui localizado; o que pretendemos é um parque industrial basicamente nacionalizado, porém genuinamente ligado aos interesses privados nacionais, com as decisões controladas no país e não no exterior. Serão efetivamente suficientes os mecanismos de controle das empresas multinacionais para assegurar este objetivo? O processo de substituição das importações não é um fim em si mesmo, mas um meio para assegurar auto-suficiência e independência econômica — até onde isso é possível no mundo de hoje — e capacitar assim o país a gerir os seus próprios destinos.

Se, no afã de desenvolver aqui um parque industrial de base, fizermos exageradas concessões às empresas estrangeiras, minando a base privada nacional do processo industrial, romperemos um círculo vicioso para criar outro, mas com o mesmo resultado final: a contínua dependência do país das crises que vêm de fora. ●

CRISE INSOLVENCIA ESTIZAÇÃO

Visão, 5 de abril de 1976

"O que está acontecendo atualmente na economia brasileira não é simplesmente um esforço para enfrentar as conseqüências diretas e indiretas do abalo trazido à economia mundial pela crise de energia. O que está ocorrendo no Brasil é a mais importante mudança estrutural — sem alteração do modelo econômico, ou seja, a filosofia de economia de mercado — das últimas décadas."

Essa declaração foi feita pelo ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, João Paulo dos Reis Velloso, falando no dia 10 de março último no Seminário sobre Negócios com o Brasil, promovido pelo jornal londrino *Financial Times* no Rio. Mais adiante ele afirmou: "O objetivo dessa mudança é construir para o país uma estrutura econômica de um lado ajustada às novas circunstâncias do quadro mundial e, principalmente, à crise do petróleo e de outro lado tirar maior proveito das oportunidades de desenvolvimento proporcionadas pela utilização de novos e importantes recursos naturais do país."

Essa "mudança estrutural" mencionada pelo ministro em seu pronunciamento, e que o país procura implantar através de um conjunto de programas, tem como metas prioritárias e imediatas no campo econômico, segundo diversas autoridades governamentais brasileiras, a redução do déficit no balanço de pagamentos e, mais recentemente, o controle do crescente surto inflacionário que se verifica no corrente ano.

Deixando de lado a questão relativa à incompatibilidade entre a política de redução do déficit no balanço de pagamentos e o controle do surto inflacionário, é negável que não se pode almejar uma situação de maior equilíbrio no balanço de pagamentos sem a implementação de sólidos programas de substituição das importações, de um lado, e o incremento das exportações, de outro. Substituir importações para que, diversificando a produção interna de bens, o país ga-

nhe maior autonomia e rompa a presente perigosa rigidez da economia nacional, adquirindo, novamente, o dinamismo imprescindível ao crescimento econômico. Exportar, em ritmo sempre crescente, não apenas para melhorar a escala de produção e a produtividade internas, mas também para assegurar ao país a indispensável capacidade de importar seus insumos estratégicos, bem como de responder por sua dívida externa, afastando o risco de insolvência que presentemente o ameaça.

Os dois esforços estratégicos mencionados podem levar o país a dois cursos bastante distintos:

- Substituir importações e exportar em ritmo crescente, reforçando o capitalismo de Estado.
- Substituir importações e exportar em ritmo crescente, reforçando a economia de mercado.

A esse respeito, o presidente da Associação dos Diretores de Empresas de Crédito, Investimento e Financiamento — ADECI, José Luiz Moreira de Sousa, ao saudar o ministro Reis Velloso em jantar com as classes produtoras realizado no mês de fevereiro último no Rio, foi claro ao dizer: "Um país como o nosso, de proporções continentais, deve sempre buscar celeremente a economia capitalista de escala, que tem no Estado a alavanca propulsora e não executora...". E adiante prosseguiu: "Devemos aprender no exemplo dos países que ajudaram a formar, preservar e defender os sistemas empresariais como mecanismos de suas relações comerciais externas e forças iminentes do desenvolvimento econômico interno, com indiscutíveis funções sociais".

Infelizmente, a crise que a economia nacional vem atravessando, a pressa, bem como, e principalmente, a presente atmosfera estatizante podem fazer com que os esforços para substituir importações e exportar em ritmo crescente reforcem ainda mais o capitalismo de Estado.

Substituição de importações

Uma elevada parcela da capacidade nacional de investimento está sendo mobilizada para atender às necessidades dos programas de substituição das importações. O próprio Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, em seu Plano de ação para o quadriênio 1976-79 (tabelas anexas), destacou nada menos que 200 bilhões de cruzeiros para investimentos em diversos setores da economia, com o objetivo explícito de dar apoio à expansão da oferta interna de insumos

básicos e de bens de capital e de aumentar a capacidade nacional de geração e absorção de tecnologia, tendo levado em conta, nas diretrizes para aplicação de recursos, o desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Mas como se estão desenvolvendo esses programas e como, até aqui, tem sido mobilizada a iniciativa privada nacional?

A resposta é simples. Os programas se desenvolvem lentamente e já apresentam consideráveis atrasos em seus setores mais fundamentais e estratégicos, fazendo que se ateeveja um longo período de dificuldades para a economia nacional, ao contrário do que propalam várias fontes governamentais: a mobilização da iniciativa privada nacional é débil, quando não inexistente.

(...)

A simples análise do que está de fato ocorrendo em cada um desses programas, altamente estratégicos para o futuro da economia nacional, leva inevitavelmente a que se conclua que, como decorrência dos esforços para substituir importações e incrementar exportações, o Estado aprofunda seu domínio sobre setores estratégicos e produtores de bens duráveis através da proliferação, em ritmo crescente, de empresas estatais. Mais grave que isso. Viola-se a Constituição e enfraquece-se, pela presença constante do Estado, o sistema da economia de mercado, característica básica de uma sociedade livre.

O que deveria ser feito

É notório que o país sabe criar, como já o fez no passado, grandes e vigorosos segmentos de ação da iniciativa privada. Como já foi mencionado por esta revista em artigo da edição anterior, não parece possível que a nação se tenha esquecido, em tão curto prazo, das vitoriosas experiências do GEIA e do Geicon, através das quais, em curtíssimo prazo — três a quatro anos —, pôde o país contar com um parque industrial, principalmente no setor de autopeças, genuinamente nacional e essencialmente privado. Por que não repetir nos dias de hoje a experiência já consagrada?

A débil mobilização que agora se verifica, ao contrário do que ocorreu nos tempos do GEIA e do Geicon, não desequilibra suficientemente a balança em favor do setor privado, pois não é feita com base na oferta de estímulos originais e encorajadores, que fazem sempre com que os homens de negócios se sintam suficientemente atraídos a lançar-se aos empreendi-

mentos de que o país necessita. Não criando suficientes estímulos, não atraindo de forma clara e objetiva os empreendedores nacionais, o Governo sente-se "no dever" de, através da ação de seus vários órgãos e empresas, preencher os falaciosos "espaços vazios" de que tanto se fala.

O esforço nacional de incremento das exportações, por exemplo, precisa ser coordenado, inclusive pela ação de *trading companies* que, como já se verificou em outros países, mormente no Japão, são altamente eficientes. F. válido que o Governo, através da ação de suas próprias *trading companies*, participe do esforço, ate mesmo para acelerar o processo ou para negociar com áreas, como a dos países socialistas, que só se dispõem a negociar de Governo para Governo. O que de forma alguma é válido é que o Governo quase monopolize o setor: que a ação da antiga Braspetro ou da recém-criada Interbrás alicie, como já o fez, a presença da iniciativa privada; ou ainda que tudo seja facilitado e permitido para as *trading companies* estatais, em contrapartida às dificuldades e restrições impostas às empresas privadas (exigência de capital elevado, proibição de estocagem, etc.).

Mais uma vez e em mais outro setor da economia a história se repete. No setor das *trading companies* a tendência estatizante se faz presente, em detrimento da iniciativa privada e da própria economia nacional.

Fazendo a suposição — com base no que diz a Constituição e no que declaram vários dirigentes governamentais — de que o sistema econômico vigente no país é o da economia de mercado, em relação aos aspectos até aqui abordados, é necessário:

- Que os esforços nacionais de substituição das importações e incremento das exportações sejam conduzidos, preponderantemente, visando ao reforço e solidificação da iniciativa privada nacional.
- Que o Governo, por seus principais órgãos e empresas, desestatize de fato, isto é, venda para o setor privado, a curto prazo, o que for possível.
- Que o Governo não entre em novos setores e ou empreendimentos, a não ser como pioneiro e catalisador e com a intenção explícita e desta prefixada de devolvê-los ao controle do setor privado. Somente assim, desmobilizando seus recursos, poderá o Governo partir para investimentos em novos setores prioritários, fazendo crescer em importância sua ação pioneira e catalisadora.

■ Que seja organizada a indispensável retaguarda dos programas supramencionados e que se ofereçam estímulos efetivos e sólidos aos empreendedores nacionais, de forma a torná-los atraídos a participar nas atividades estratégicas para a economia nacional.

A Ineficiência de esforços

Comentaram-se até aqui, neste artigo, vários aspectos concernentes aos esforços nacionais visando a redução do déficit no balanço de pagamentos, mormente aqueles relativos aos programas de substituição das importações e incremento das exportações.

Para completar o quadro, falta analisar as medidas, por assim dizer, inibidoras das importações.

O mecanismo de depósito compulsório, imposto aos importadores pelas autoridades monetárias, já apresenta deformações que põem em séria dúvida sua validade e eficácia como força capaz de conter em níveis suportáveis as importações nacionais.

Assim, observa-se que, para superar o entrave que representam aqueles depósitos, algumas das seguintes ações já se encontram em franca utilização por parte de importadores nacionais e ou exportadores estrangeiros operando com o Brasil:

- "Desconto" dos certificados de depósito, em face da inexistência de seletividade do crédito.
- Substituição do superfaturamento pelo subfaturamento nas transações entre matrizes e filiais das multinacionais em operação no Brasil.
- "Incentivos" às exportações por parte dos países industrializados e desenvolvidos, reduzindo o preço das mercadorias e permitindo que os eventuais importadores absorvam o custo dos depósitos compulsórios.

É importante que sejam mencionados, também, os inegáveis efeitos dos depósitos compulsórios sobre o atual surto inflacionário, ante a imprevisibilidade de nossa pauta de importações, bem como ante a elevada incidência e participação de insumos importados em quase toda produção agrícola ou industrial do país.

É evidente que existe no campo da política econômica uma vasta gama de recursos inibidores alternativos, como taxas múltiplas de câmbio, controle físico das importações e até mesmo desvalorização radical da moeda nacional, que certamente trariam as vantagens de desestímulo ou inibição das importações, sem as desvantagens tão flagrantemente do estímulo ao atual surto inflacionário.

FIESP CRITICA DUALISMO DA POLITICA ECONOMICA COMANDOS DESCONTINUOS

JB-25-3-76

São Paulo — O presidente do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Sr Laerte Setúbal, criticou "o dualismo existente na atual política econômica do país, pois as indústrias são proibidas de importar, mas ao mesmo tempo não se cuida de estabelecer uma política de substituição de importações."

Algumas das perguntas que os empresários desejam resposta são as seguintes: O Governo pretende criar outras medidas visando o combate à inflação? As últimas medidas poderão descapitalizar as empresas? O que o Governo fará para corrigir a falta de crédito?

— O Governo deveria pensar em termos de futuro. Sei que o pensamento atual é o de acabar com as dívidas do país, equilibrando a balança comercial. Lembro, também, que é importante a substituição de importações", afirmou.

GRANDE PROBLEMA

Para o empresário Laerte Setúbal, "o grande problema que as empresas nacionais enfrentam está na capacidade de investimento com recursos próprios. Vejo nisso, o grande drama para o melhor desenvolvimento da indústria".

— A única saída seria voltarmos para o mercado de capitais. Ai está a grande fonte, ainda não explorada como deveria. No mercado de capitais, possibilidades de novos investimentos poderiam ser geradas".

O Sr Laerte Setúbal adiantou que hoje será solicitada ao Ministro da Fazenda "uma definição, ou melhor, uma amostra do que está sendo feito para a proteção da sistemática dos incentivos fiscais. Esses incentivos estão sendo condenados nos Estados Unidos".

— Queremos saber, também, detalhes sobre possíveis mudanças na política cambial. Queremos saber, ainda, se o Governo pretende mesmo criar o dólar-importação, o dólar-exportação e o dólar-turismo?, concluiu o Sr Laerte Setúbal.

COMANDOS DESCONTINUOS

ED.-J.B.-30-3-76

Sucederam-se, nos últimos dias, os episódios em que não apenas os empresários mas, ainda, toda a opinião pública, tomaram conhecimento de manobras descontínuas ou erráticas do Governo na área econômica.

Descontinuidades e desencontros vêm-se sucedendo na área econômica há bastante tempo. Primeiro, tais fatos somente eram perceptíveis para as pessoas que, por dever de ofício ou por tratarem de interesses públicos ou privados, entram na intimidade da política econômica. Muitas das divergências e discrepâncias entre órgãos ou porta-vozes do Governo na área econômica assumiram, assim, um ar político, e pureceram fruto da imaginação ou do interesse em perturbar a ordem desejável na condução dos negócios do país.

Hoje, tais fatos se traduzem em medidas contraditórias e em visíveis efeitos indesejáveis: mais inflação, mais incertezas, menor taxa de crescimento do Produto, difícil capitalização pelo Partido do Governo das preferências do eleitorado. E ninguém mais parece desconhecer ou tentar ignorar o que sucede.

A INDÚSTRIA DE BASE

Em novembro do ano passado, numa conversa com um grupo de jornalistas, na cidade de Sacramento, MG, o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, afirmava, a propósito das constantes reivindicações do empresariado nacional sobre os mais diferentes aspectos da política econômica: "O governo existe para ser pressionado". Com isso queria dizer que, se não se pode negar ao empresariado o direito de fazer as reivindicações que lhe parecem justas, cabe ao governo decidir se elas são legítimas e procedentes.

Para Claudio Bardella, 37 anos, presidente da ABDIB e vice-presidente executivo do grupo Bardella "os instrumentos criados pelo Governo Geisel, como a Embramec, por exemplo, e o elenco de medidas postas em prática em dezembro último, que beneficiam a indústria de base, são uma prova de que as reivindicações da ABDIB eram legítimas".

Embora reconheça que o atual governo "sempre estimulou a indústria de bens de capital", Bardella acha que não. Para ele, só a garantia de encomendas e a vinculação do mercado à indústria nacional, além das restrições às importações, configurariam, aí sim, uma política industrial nos moldes, por exemplo, da que foi implantada na França, em 1961, ou no Japão, nos anos 50. "Hoje", diz Bardella, "a França é o segundo país do mundo — os Estados Unidos são o primeiro — em tecnologia de ponta. Isso porque há catorze anos o governo garantiu o desenvolvimento da indústria local, ao lhe vincular o mercado interno, além de oferecer juros subsidiados. E os franceses partiram praticamente do ponto em que estamos."

Apesar da veemência com que critica as indústrias siderúrgicas, Bardella reconhece que não tem faltado ao setor e à sua própria empresa o apoio do governo, através, principalmente, do BNDE. Foi com empréstimos do BNDE que a Bardella instalou sua nova fábrica, em Cumbica, SP, em 1965. E, exceção feita à compra da Sack, o BNDE participou, com financiamentos, no total de 80 milhões de cruzeiros, de todas as demais associações realizadas pela empresa: com a Barefame, de Portugal, para fundar a BSI — Indústrias Mecânicas S.A. e a Barefame Instalações Mecânicas Ltda.; e com a Prensas Schuller. "Sem o apoio do BNDE, não teríamos chegado onde chegamos", diz ele. "Mesmo porque, infelizmente, não temos no Brasil o apoio que autênticos banqueiros — e não meros repassadores de dinheiro — dão, em outros países, aos projetos economicamente viáveis."

Quanto à mudança no modelo de desenvolvimento, por ele defendida em meados do ano passado, Bardella acha que, embora conjunturalmente, por causa da pressão do balanço de pagamentos, o modelo realmente mudou. Ele argumenta que, nos anos 60, o desenvolvimento do país se deveu, em grande parte, ao crescimento da indústria de bens de consumo, porque a meta do governo era substituir as importações de bens de consumo. "Agora", acrescenta, "a música mudou, e não

podemos continuar dançando samba, se o ritmo é de valsa."

O pesado déficit da balança comercial impõe nova substituição de importações, só que, desta vez, de bens de capital, cujas importações, em 1975, devem ter passado dos 4 bilhões de dólares, superando os gastos com petróleo, estimados em 3,5 bilhões. Para tanto, segundo Bardella, é preciso não só conter as importações, como fortalecer o mercado interno, através da política de redistribuição da renda. "Mesmo porque as proteções concedidas à indústria de base acarretarão, numa primeira etapa, um aumento dos custos dos equipamentos e produtos, que, em parte, terão que ser transferidos para o consumidor final."

As medidas de apoio à indústria nacional de bens de capital não deixam de configurar, sob outro ângulo, na opinião de Bardella, uma modificação no modelo de desenvolvimento, ainda muito dependente das importações e das iniciativas do capital estrangeiro. "Até aqui", diz ele, "sempre se entendeu que era mais fácil acelerar o processo de industrialização do país convidando capitais estrangeiros para ocupar os espaços vazios existentes em nossa economia. Mas nem sempre o mais fácil é o melhor."

Bardella cita um estudo realizado pela ABDIB, em defesa de seu raciocínio. Com base no II PND, a ABDIB calculou que, em 1975, a participação da indústria nacional na demanda interna de bens de capital sob encomenda seria de 63%.

Contudo, ao ser atualizado recentemente, o estudo mostrou que esse índice só será alcançado em 1977

O que não deixa de ser desolador, segundo ele, quando se sabe que, hoje, a indústria de bens de capital está qualificada para executar projetos básicos em quase todos os setores (à exceção do nuclear), podendo participar, em média, com 80% dos equipamentos, conforme levantamentos realizados recentemente pela ABDIB, em todos os setores ligados à indústria de base

Se o modelo de desenvolvimento criticado por Bardella inibiu o crescimento da indústria de bens de capital, problema que o atual governo

EXAME, março 1976

está procurando superar, é preciso considerar ainda, segundo ele, que nem todos os "vazios" foram preenchidos e que dificilmente as respostas aos novos estímulos serão tão rápidas quanto seria desejável.

Em parte, isso se deve ao fato de que o setor de componentes e peças para bens de capital não será diretamente atingido pelas medidas que estão sendo tomadas pelo governo.

A nova correção só beneficiaria os projetos encaminhados ao BNDE até 31 de dezembro de 1975. Mesmo assim, somente em dezembro, o Banco aprovou empréstimos no valor de 6 bilhões de cruzeiros, para um total de 21 bilhões durante todo o ano de 1975. Segundo Bardella, esses investimentos deverão aumentar a capacidade instalada das indústrias de bens de capital de 1 para 2 bilhões de dólares, nos próximos três anos.

Para a indústria de bens de capital, o importante é a garantia de encomendas, num prazo maior. O próprio BNDE reconheceu, recentemente, que a descontinuidade na demanda de bens de capital aumenta o risco de qualquer projeto de vulto do setor. E essa garantia depende, em grande parte, de projetos que estão sob a responsabilidade direta do governo ou de empresas paraestatais. Para Bardella, dentre todos os projetos da área oficial que poderão gerar grandes encomendas para o setor, "só o 3.º estágio do Plano Siderúrgico Nacional (PSN) poderia, a rigor, ser citado". E, assim mesmo, segundo ele, com ressalvas. "Se os japoneses ficarem com 80% das encomendas do 2.º estágio do PSN, e as discussões do acordo sobre a maior participação da indústria nacional no 3.º estágio foram adiadas, a pedido das usinas estatais, é bem possível que nossa participação no 3.º estágio não vá além dos 20%."

Ao mencionar apenas o 3.º estágio do PSN, Bardella deixa de referir-se a uma participação expressiva das empresas do setor, pelo menos em termos acionários, na Nuclep (Nuclebrás Equipamentos Nucleares S.A.), subsidiária da Nuclebrás. E o faz com um argumento poderoso: "Participar? Com que dinheiro?" Além disso, ele acha que não tem sentido criar uma empresa mista, com capital de 160 milhões de dólares, quando, pelos seus cálculos, o setor privado faria exatamente o mesmo com 40 milhões de dólares. Isso porque, diz Bardella, a Nuclep vai partir do zero, enquanto as indústrias de base pré-qualificadas teriam apenas que investir em equipamentos.

"A especialização é o caminho para promover o desenvolvimento tecnológico"

Desenvolver tecnologia própria é um dos pontos cruciais para a consolidação da indústria de base. "Não basta crescer a níveis elevados, como estamos crescendo (16% ao ano, em média, nos últimos qua-

tro anos)", diz Bardella. É preciso dominar a tecnologia de ponta, mesmo porque, daqui a uns vinte anos, os países desenvolvidos vão deslocar seus centros de produção para os países subdesenvolvidos e exportar apenas tecnologia." Portanto, conclui, "quem não fizer agora um esforço para desenvolver tecnologia própria estará condenado a uma eterna dependência".

Para evitar essa dependência, Bardella defende uma ação integrada entre o governo e os empresários. Ao governo caberia criar os instrumentos legais para impedir que se façam contratos de licença ou assistência técnica sem transferência de tecnologia, bem como facilitar o acesso a patentes e sistemas estrangeiros. E instituir um critério de distribuição de cartas-patentes às indústrias, com o objetivo de forçar a especialização.

No que se refere ao acesso a patentes e sistemas estrangeiros e aos contratos de assistência e licenciamento, o governo já tomou as primeiras providências. Desde julho de 1975, o INPI só registra contratos que impliquem, efetivamente, em transferência de tecnologia. E montou um banco de patentes, que colocou à disposição das empresas nacionais (ver EXAME n.º 93).

Restaria apenas, da parte do governo, institucionalizar a especialização, em função da especialidade comprovada, capacidade instalada, tradição e condições de desenvolver tecnologia de projetos, de cada empresa. Para Carlos Villares, vice-presidente da ABDIB e superintendente da Divisão Equipamentos das Indústrias Villares, essa é a "única forma de evitar concorrências ruins no setor". Ao que Bardella acrescenta: "Só a especialização pode garantir o apuro tecnológico e a certeza de encomendas — os dois fatores que, a médio e longo prazos, representarão auto-suficiência tecnológica e escala econômica".

Que papel caberia ao empresário? "É simples: o empresário precisa ousar, nada mais", responde Bardella. "Para começar, é preciso que nos livremos do atávico complexo de inferioridade que sempre marcou nossas negociações com os estrangeiros." E explica: "Temos que nos conscientizar de que, se nos interessa fazer um contrato de assistência ou licenciamento, porque eles têm tecnologia a oferecer, nós, em contrapartida, temos o mercado. É razoável, portanto, que esses contratos se façam em termos de pura troca: eles nos dão tecnologia e nós damos o que eles querem — lucros. E, se levam o lucro embora, o que é natural, nada mais natural, também, que deixem a tecnologia".

Citando o grupo como exemplo ("há outros, talvez melhores"), ele explica que todas as negociações que faz com empresas estrangeiras, desde que assumiu o cargo de diretor-superintendente, tiveram origem em contratos de assistência técnica. "O importante é que, em todas essas associações, a Bardella detém o controle acionário."

AGRICULTURA DECRESCEU 2% EM 75

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Produto agrícola	Produção obtida 1974 (T)	Estimativa da produção — 1975 (*) (T)	
		Esperada	Obtida
Abacaxi (1000 frutos)	—	343.594	—
Algodão	1.958.758	1.755.424	—
— Algodão arbóreo	460.269	421.070	—
— Algodão herbáceo	1.498.489	1.334.354	—
Amendoim	438.943	—	—
1.a safra	344.528	—	440.615
2.a safra	94.415	—	329.884
Arroz	6.482.920	7.537.589	110.731
Banana (1000 cachos)	348.719	353.415	—
Batata inglesa	1.672.508	—	—
1.a safra	1.208.705	—	1.668.874
2.a safra	463.803	—	1.111.013
Cacau	164.616	224.173	557.861
Cana-de-açúcar	96.412.043	88.411.712	—
Cebola	341.371	348.806	—
Coco da Bahia (1000 frutos)	507.685	478.359	—
Feijão	2.238.012	2.271.421	—
1.a safra	1.052.774	—	1.158.726
2.a safra	1.185.238	1.112.695	—
Fumo	304.095	287.542	—
Guaraná (plantado)	—	180	—
Juta	31.554	—	41.426
Laranja (1000 frutos)	31.160.642	31.671.818	—
Malva	29.471	—	51.500
Mamona	573.135	352.577	—
Mandioca	24.714.631	26.682.699	—
Milho	16.284.713	16.414.794	—
Pimenta de reino	27.876	—	28.136
Rami	—	—	23.500
Sisal	293.021	313.170	—
Soja	7.876.209	—	9.717.353
Tomate	1.034.956	800.671	—
Inclusive São Paulo	2.858.530	2.090.990	—
Trigo	563.510	—	386.724
Uva	—	—	—

(*) Dados preliminares sujeitos a retificação.

ESP-24-2-76

A lavoura brasileira apresentou um crescimento negativo de 2% em 1975, de acordo com dados divulgados ontem pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A taxa global de crescimento da agricultura, no entanto, foi positiva (3,4%), em decorrência do alto índice de expansão alcançado pela produção animal, que foi de 14%.

Os dados divulgados pelo IBGE não estão acompanhados de comentários, mas a principal justificativa apresentada pelos técnicos para a diminuição da produção agrícola foram as chuvas e as geadas de julho do ano passado. O café não está incluído na relação.

Dos 26 produtos relacionados, apenas seis apresentaram crescimento de produção: arroz, cacau, mandioca, soja, juta e malva; oito tiveram safras menores: algodão, cana-de-açúcar, feijão, mamona, trigo, tomate, fumo e coco da Bahia; e nove apresentaram índices equivalentes aos de 1974: batata inglesa, laranja, milho, pimenta do reino, sisal, uva, cebola, amendoim e banana. Para o guaraná, o abacaxi e o rami não existem dados comparativos.

É o seguinte o quadro divulgado pelo IBGE (o traço significa que a previsão foi confirmada).

INCRA ERRA NA AMAZONIA

LUCIO FLAVIO PINTO

A decisão do INCRA de vender grandes áreas na Amazonia, no limite máximo de 500 mil hectares, poderá agravar ainda mais a já distorcida estrutura fundiária da região, tornando cada vez mais difícil o acesso à terra de pequenos proprietários rurais ou a regularização das posses existentes.

O Ministério da Agricultura decidiu finalmente, na semana passada, institucionalizar modificações no processo de colonização da Amazonia, que vêm sendo propostas desde 1973, para dar prioridade à grande empresa rural, favorecendo em consequência as propriedades extensas. Até então o INCRA só podia licitar áreas de até dois mil hectares (nas faixas de fronteira) e três hectares, mas graças a três instruções especiais ele poderá agora vender glebas de até 66 mil hectares para projetos agropecuários, de até 72 mil para empreendimentos florestais e 500

mil para empresas colonizadoras ou cooperativas de produtores.

A decisão é tomada no momento em que os membros da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, chega à conclusão de que é necessário implantar uma política de colonização da Amazonia "baseada essencialmente na empresa familiar, criando empregos produtivos e evitando o surgimento de grandes latifúndios oficialmente incentivados".

A preocupação dos bispos, religiosos e técnicos que integram a comissão, e mesmo de alguns funcionários governamentais que fizeram palestras durante os três dias de reunião no Rio, é procedente. O surgimento da empresa rural na Amazonia não está ocorrendo com a substituição das formas latifundiárias, de exploração da terra, mas — o que é surpreendente — com absorção dos minifúndios. Os latifúndios apenas mudam de donos ou de forma de exploração (como no Acre, onde as dimensões da propriedade são mantidas e apenas o seringa da lugar à fazenda), enquanto desaparece a pequena propriedade das áreas

já ocupadas economicamente e mais valorizadas.

Isso significa que a penetração do capitalismo em áreas pioneiras da Amazonia não está provocando a modernização das relações de trabalho (e só em pequena escala das relações de produção). Esse paradoxo é explicado pelo desejo dos empresários de ter lucros mais rápidos e imediatos com os menores investimentos possíveis e à ação dos intermediários, especuladores e grileiros. Eles compram grandes propriedades em áreas prestes a valorizar-se (sobretudo por onde passará uma estrada) ou expulsam os ocupantes de pequenas glebas, anexando-as e formando assim uma propriedade mais expressiva, sem precisar participar do processo produtivo (daí o surgimento de grandes desmatamentos sem a presença de rebanhos significativos ou proporcionais à área devastada).

A ocupação histórica da Amazonia já tinha produzido muitas distorções fundiárias, que continuaram se agravando com a colonização atual. Assim, o recadastramento feito pelo INCRA em 1972 verificou que os 72,6 mil imóveis rurais existentes na região ocupavam 40 mil

ESP-30-3-76

hões de hectares (quase 20 por cento de toda a extensão da região, sem excluir rios e áreas inaproveitáveis), dos quais 23,3 milhões poderiam ter aproveitado total, mas só 13,4 eram realmente explorados.

No Pará, que tem as terras mais cobradas, os resultados da colonização tornaram-se bastante expressivos. Entre 1960 e 1972 os minifúndios diminuíram proporcionalmente, mas o surgimento das empresas rurais segundo as dimensões estabelecidas pelo Estatuto da Terra realizou-se em condições fundiárias: enquanto os 28 mil minifúndios ocupavam uma área de quase 1,2 milhão de hectares, as 689 empresas rurais estendiam-se por quase 1,3 milhão de hectares. Os seis latifúndios por dimensão possuíam a mesma área e os 12.200 latifúndios por exploração se assentavam sobre 17,4 milhões de hectares; dos quais apenas 30 por cento estavam sendo explorados (mas não se sabe como).

A concentração fundiária tem sido estimulada fortemente pela política de incentivos fiscais aplicada pela Sudam, que favoreceu a instalação de 332 fazendas com uma dimensão mé-

dia de 50 mil hectares (a maior delas tem 600 mil hectares), mas a colonização oficial dirigida, feita pelo INCRA, teria a finalidade de equilibrar um pouco essa distorção. Na medida em que o INCRA vai substituindo o colono pela empresa, contribui ainda mais para agravar a situação, já tensa.

As metas definidas no plano fundiário elaborado no ano passado são grandiosas e inquietantes. O INCRA pretende instalar 62 mil novos imóveis rurais na Amazônia numa área de 70 milhões de hectares (quase o dobro da ocupação de 300 anos), que provavelmente em grande parte será ocupada por empresas. Quais os efeitos desse plano? Talvez nem o INCRA

saiba, mas alguns deles podem ser previstos:

1) a discriminação das terras não conseguirá acompanhar o ritmo da ocupação, como tem ocorrido até agora, complicando ainda mais a legitimação das posses e favorecendo o surgimento de conflitos, especulação e grilagem;

2) o pequeno proprietário instalado às proximidades das grandes propriedades continuará sendo absorvido por elas e transformando-se em "peão", sem que surjam novas oportunidades de trabalho. Em 1972 o recadastramento já verificava essa situação: dos 40 mil imóveis existentes no Pará, só quatro mil tinham trabalhadores assalariados e, dos 100 mil

assalariados, apenas 17 mil eram trabalhadores permanentes.

3) ampliar ainda mais o desmatamento: só o plano fundiário prevê a derrubada de 35 milhões de hectares de floresta.

4) o governo continuará desprezando a experiência acumulada de ocupação da Amazônia e o nativo que a ocupou primeiro. As comunidades agrícolas das margens dos rios permanecerão de fora dos planos oficiais, que só prevêem investimentos para as áreas atravessadas por estradas

Todo esse esforço pode também não ser compensado por um aumento da produção de alimentos além da estirpamento pecuária. Em 1960 os imó-

veis dedicados à agricultura somavam mais de 66 mil, ocupando uma área de 2,2 milhões de hectares, havia 4.700 fazendas numa área de 1,2 milhão de hectares. Em 1972 as fazendas subiram para 14 mil, ocupando mais de 6 milhões de hectares. E os estabelecimentos agrícolas reduziram-se a 22 mil.

O abandono das culturas alimentares tem custado muito à Amazônia: há três anos a região precisa utilizar mais da metade do que consegue com suas exportações apenas para comprar nove produtos alimentares. E sua balança comercial, em dez anos, apresenta um "déficit" acumulado de um bilhão de cruzeiros.

"ESTÃO ASSUTANDO A GALINHA DOS OVOS DE OURO"

O GLOBO - 28-3-76

As agências do Banco do Brasil só estão financiando máquinas agrícolas com recursos próprios... O maravilhoso PDPL — (Plano de Desenvolvimento da Pecuária Leiteira) foi paralisado, por falta de recursos. O preço interno do café está caindo, quando sobe no mercado externo. Um quilo de açúcar, a despeito de ser mais difícil de produzir do que um quilo de feijão ou de arroz, está custando para o consumidor — subsidiado pelo confisco aos produtores — a metade do preço. A taxa do dólar está tornando os produtos brasileiros — em geral, os mais baratos do mundo — "gravosos", com aviltamento do preço interno, como esta acontecendo, por exemplo, com o milho, que já baixou Cr\$ 20,00 no interior. Tudo isso em nome da contenção da taxa inflacionária. Mas a agricultura brasileira sofre. Exemplo desse sofrimento é, por exemplo, o caso da estrada Teresópolis—Friburgo — que somente neste Governo está sendo asfaltada — localizada a uma hora e meia de 8,5 milhões de bocas e onde centenas de caminhões, vindos do Barracão dos Mendes ou dos Almeidas, carregados de hortigranjeiros, atolam com poucas horas de chuva...

Ano passado, em plena crise cambial, importou-se alho, cebola, leite em pó e até arroz, quando agora estamos com nossa produção desses gêneros sofrendo a concorrência do "dumping".

Depois de 40 por cento de inflação (30 no ano passado e 10 este ano), o leite, que teve sua última correção de preço em janeiro de 1975, recebeu agora um "aumento de antecipação" de 5 por cento, ou seja, de Cr\$ 0,06 e mesmo assim a partir de 16 de abril próximo. E isto, dentro da mais grave seca conhecida pela pecuária leiteira responsável pelo abastecimento do Rio.

Tudo isso vem chamando a atenção de todos aqueles que se preocupam com a agricultura brasileira. Todos nós sabemos que a salvação está na agropecuária, que vem alimentando 110 milhões de brasileiros, e, ainda, nos portos, dando ao País o oxigênio nesta hora grave, porque cerca de 80 por cento das divisas conquistadas, ou são de produtos agrícolas ou de manufaturados com base em produtos agrícolas, como solúvel, calçados, tecidos, "corned-beef", manteiga de cacau, óleo de soja ou de amendoim, cera de carnaúba ou melão.

Produzimos tão barato que não raro este ou aquele produto tem sua exportação proibida ou limitada. Produzimos tão competitivamente que ainda têm margem para o confisco cambial, como no caso do café, do cacau ou do açúcar. Então, os produtores têm o direito de exigir uma política que não venha a comprometer os ideais da Revolução de Março — fortalecer ao máximo a agricultura brasileira, por todos os motivos econômicos, sociais e agora, em véspera de eleições municipais, onde o agricultor pesa, por questões políticas.

Mas parece que as vozes que clamam pela agricultura estão sendo abafadas pelos mecanismos da luta contra a inflação. Mas os homens do campo não são os culpados: com um saco de milho não se pode pagar uma refeição num restaurante de classe média. E para pagar um copo de uísque, há que se vender TREZENTOS copos de leite. Para pagar um copo de suco de laranja a Cr\$ 5,00, é preciso vender DEZESSETE copos de leite... Sinceramente, não acreditamos em combate à alta de preços via redução na oferta de alimentos. Estamos temerosos: estão assustando a galinha dos ovos de ouro.

PAULINELLI: RACIONALIZAR A PRODUÇÃO

ESP-21-3-76

O ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, anunciou ontem que o governo deverá adotar medidas econômicas para anular os efeitos da elevação do preço do petróleo sobre os fatores de produção agrícola. "O governo pretende ganhar tempo para corrigir as distorções do chamado período aureo" — disse, referindo-se aos anos 1968/73 —, "quando se produzia sempre mais e a qualquer custo, uma vez que a atividade era altamente lucrativa".

Falando aos dirigentes das unidades de pesquisa da Embrapa, Paulinelli disse que é necessário buscar correções definitivas: "Programas especiais, incentivos e subsídios são medidas temporárias, porque paliativas. O setor agropecuario

precisa adquirir características de competição. Daí, a grande necessidade de racionalizarmos a produção".

O ministro acrescentou que "o aumento da produtividade agropecuária nacional representa um gargalo que precisa urgentemente ser aberto, tendo-se em conta que melhores rendimentos não se conquistam ao sabor da sorte nem na expectativa de bom clima. O governo está ciente de que há necessidade de se criar tecnologia nacional para o campo e, principalmente, que ela seja acessível ao produtor. Por isso, estamos investindo tanto na pesquisa agropecuária".

"É fundamental que o produtor confie na pesquisa, na nova tecnologia, uma vez que é ele quem deve ser o objetivo principal da atividade de investigação agropecuária. E através da agropecuária que o

País tem absolutas condições de superar a atual crise e, por isso, todo o apoio ao produtor é imprescindível para o sucesso da política do governo", disse o ministro.

PREÇOS MÍNIMOS PARA EXPORTAÇÕES GRAVOSAS

ESP-11-3-76

O governo federal vai estabelecer um preço mínimo de exportação para os produtos primários agrícolas e, dessa forma, pagará a diferença ao produtor nacional quando a cotação nos mercados externos for inferior ao preço mínimo. A medida deverá ser anunciada nos

próximos dias.

A pauta de exportação brasileira tem, no momento, pelo menos sete produtos gravosos (cujos preços externos não remuneram o produtor). Trata-se da soja em grão, farelo de soja, milho em grão, amendoim em grão, sisal e arroz. O caso da soja é o que mais preocupa as autoridades governamentais, porque a colheita começa a ser intensificada nos principais centros produtores e não se vislumbra perspectiva de alta nos preços externos, atualmente muito baixos.

política nacional **A MENSAGEM MAGALHÃES: CONTER OS RADICALISMOS**

(FRECHO)

E já que se trata de um ano eleitoral, valha dizer que o Governo, plenamente consciente de seus deveres e cabalmente aparelhado para tanto, assegurará a paz e a ordem, o pleno exercício do direito legítimo do voto democrático, sem pressões nem coações, como já o fez no passado. Não permitirá, porém, a quem quer que seja, busque tirar partido da con-

juntura política, naturalmente ardorosa e vibratil, para a prática de contestação à Revolução, expressa esta no regime constitucional e legal a cujo abrigo vivemos todos — dele gostemos ou não —, o próprio regime que garante a propaganda eleitoral dos candidatos e dos partidos, a mobilização do eleitorado e a votação livre.

O senador Magalhães Pinto, defendeu, no discurso de reabertura das atividades do Congresso Nacional, o diálogo e a luta contra a radicalização, para que o País alcance a meta democrática, "uma constante insubstituível, porque somente onde há Estado moldado pelas normas do Direito, as ameaças à paz social são efetivamente

de conjuradas". Para o presidente do Congresso, "os passos decisivos de nossa História foram conduzidos pelo equilíbrio que marcou, invariavelmente, os instantes críticos da vida nacional, particularmente aqueles que assinalaram as grandes transições de nossa realidade política e social".

REAÇÕES A MENSAGEM

Visão, 22 de março de 1976

A mensagem que o presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional, no dia da reabertura solene dos trabalhos parlamentares de 1976, provavelmente terá sido a que suscitou, nos últimos anos, as mais contraditórias e diversificadas impressões nos meios políticos. Os jornais divulgaram, generalizadamente, manifestações de rotina, favoráveis dos representantes da Arena e desfavoráveis dos membros da oposição. Não se levantou, porém, o véu que encobre as reações negativas de expressivos líderes do partido do Governo, notadamente os que procedem da extinta UDN.

Tais setores governistas do Congresso receberam mal o conteúdo po-

lítico da mensagem presidencial e, obviamente impedidos de declará-lo publicamente, nem por isso deixaram de emitir, com discrição, opiniões que por obra e graça de assessores já chegaram ao conhecimento do general Ernesto Geisel. "Jamais aplaudirei a violência desnecessária", confidenciou a Fábio Mendes, chefe da sucursal de Visão em Brasília, um antigo udenista da Arena, referindo-se à dureza das palavras presidenciais de advertência contra qualquer tentativa de alterar-se um status jurídico e constitucional no qual se acopla o AI-5. Outros parlamentares arenistas — coincidentemente do mesmo grupo originário da UDN — referiram-se à irrealidade do bipartidarismo reafirmado na mensagem presidencial e à impossibilidade de ambos os partidos atraírem os jovens sem

que disponham de condições ou instrumentos para conquistá-los.

Quaisquer que sejam as considerações em torno das perspectivas que a mensagem presidencial abre para o futuro, todas elas estarão irremediavelmente comprometidas se ignorarem o fato de que a segurança ainda é uma prioridade neste país.

Dai o comentário do habitualmente realista presidente da Câmara de Deputados, Célio Borja, de que a mensagem de Geisel foi meramente retrospectiva e intencionalmente fechada a quaisquer especulações futuras. "Contudo, qualquer observador está autorizado a vaticinar que o AI-5, por exemplo, não será tão cedo extirpado do regime constitucional e legal a cujo abrigo vivemos todos — dele gostemos ou não."

O DIÁLOGO DO MDB E DO ARENA

VEJA, 24 DE MARÇO, 1976

Banida dos conselhos partidários e governamentais desde agosto do ano passado, quando o presidente Ernesto Geisel formulou uma grave previsão das dificuldades econômicas a serem enfrentadas pelo país e recompôs a estratégia política do governo, a distensão, desde aquela época, foi tida como morta e sepultada. Inesperadamente, ela ressurgiria na terça-feira da semana passada, num longo discurso do senador arenista baiano Luiz Viana Filho, que a citou nada menos que vinte vezes e a definiu como "uma idéia em marcha", apesar de tudo.

Viana, aparentemente, não exprimia uma posição isolada. Já no dia seguinte, o líder do MDB, André Franco Montoro, replicava com um igualmente longo discurso, também repleto de boa vontade, onde a oposição oferecia 25 vezes aos ouvidos governamentais a palavra diálogo. E logo depois o líder da Arena, Petrônio Portella, daria ao MDB a oportunidade de ouvir quinze vezes a grata palavra democracia — uma surpresa para quem dele se acostumou a receber implacáveis e enérgicas respostas às propostas de desarmamento político anteriormente formuladas.

Os discursos no Senado foram segui-

dos por declarações gerais de não-belligerância. No final da semana, Portella reconhecia a D'Alembert Jaccoud, da sucursal de VEJA em Brasília, que "o debate foi muito bom, e assim deve continuar". E no Rio, almoçando com o Clube dos Repórteres Políticos. Montoro, igualmente armado de espírito conciliador, assinalava: "As origens desse comportamento da oposição podem ser encontradas na conduta muito menos restritiva que o governo passou a adotar".

Radar avariado — Mas a temporada de discursos surpreendentes e conciliadores não se esgotaria no sóbrio plenário do Senado em Brasília. Pois na sexta-feira, parainfando uma turma de 630 advogados formados pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, de São Paulo, o ministro da Justiça, Armando Falcão, acentuaria o "sentimento legalista" que impulsionou a revolução de 1964 e, para sua definitiva implantação, advogaria: "Não será essa uma situação simplesmente imposta pela força. Decorrerá, na verdade, de um ordenamento jurídico geral, que vincula o próprio Estado e lhe restringe a ação em diferentes esferas, sem tolhê-lo, contudo, no desempenho do dever de preservar, acima de toda contingência, a paz e a tranquilidade da nação".

"Um consenso" — Como Montoro, Portella pareceu também mais preocupado com questões administrativas, econômicas e financeiras. Assim, coube ao se-

gador Luiz Viana Filho, já refeito de uma malograda tentativa de conquista da presidência da Arena, no ano passado, mostrar que os políticos não estão completamente desinteressados do exercício de sua especialidade. No seu discurso a um plenário atento, que teve o bom senso de não interrompê-lo com apartes improvisados, ele não se permitiu nenhum desvio: do início ao fim, falou do aperfeiçoamento das instituições políticas, um alvo a ser atingido sem a necessidade de grandes esforços da imaginação criadora dos congressistas.

Como se fosse um boticário homeopata, Viana revelou profunda crença na eficácia de medicamentos naturais e corriqueiros, como, por exemplo, as eleições. "Para mim", afirmou, "são tão importantes que não me furtaria a dizer que para chegarmos à almejada democracia não precisaremos mais do que deixar que a vida política, poderia dizer eleitoral, do país, se desenvolva progressivamente." Mais contido, o líder Petrônio Portella declarou que o aperfeiçoamento democrático exige das lideranças políticas "um consenso" na defesa "de medidas que a realidade impõe, contra ilusões e preconceitos".

Não se trata de um conceito de aceitação pacífica — mas partindo da liderança arenista, pode ser recebido como um saudável progresso a admissão de que também os comandantes oposicionistas devem participar da busca de soluções para os problemas institucionais.

PAULO EGYDIO: PARALISAR A DISTENSAO É SUICÍDIO

Visão, 5 de abril de 1976

VISÃO — Bem, governador, no que diz respeito à necessidade do debate, estamos plenamente de acordo...

Paulo Egydio — Mas a verdade é que, quando se começou a falar em distensão, uma boa parcela da classe empresarial, que prega o liberalismo econômico, se colocou contra qualquer perspectiva de abertura política. Quando eu era ministro, tive uma experiência muito significativa, a propósito do problema das falências que na época eram motivo de preocupação geral. A certa altura, pressionado de todos os lados, declarei: "Chega de privatizar lucros e estatizar prejuízos!". A falência é essencial, como elemento de purificação do sistema capitalista. O risco é essencial. Mas baixaram todas as classes empresariais deste país em cima de mim e houve uma violenta pressão em cima do presidente. Depois que viram que não conseguiriam derrubar-me, resolveram fazer-me uma visita de solidariedade e chegaram afirmando que tinham certeza de que havia um equívoco em tudo aquilo. Ao que respondi: "Não, não houve equívoco. O que é lamentável é que vocês não entendam que no risco reside a essên-

cia da livre empresa. O que vocês estão pretendendo fazer é eliminar o fator de risco, eliminar a competição, o debate".

VISÃO — Quanto ao diagnóstico de nossa fragilidade política, é perfeito. O que, porém, parece um tanto inadequado é a terapia que se pretende aplicar para combater esse mal. Pretendemos viver num regime democrático e sabemos que democracia não é um conceito estático; a democracia se aprimora no próprio processo; é fazendo democracia que se tem uma democracia melhor. Então, a partir do instante em que, em nome de nossa fragilidade política, se eliminam o debate, a procura do consenso, a prática da democracia, não estaremos contribuindo exatamente para agravar essa fragilidade?

Paulo Egydio — Não necessariamente, porque o processo não deve ser utópico. É um processo pragmático. Não podemos esquecer-nos de que existem forças atuando no Brasil no sentido de, por meio da exploração de nossos problemas sociais mais agudos, mobilizar a opinião pública para nos levar para um regime totalitário de esquerda, comunista. Foi o que aconteceu doze anos atrás. O problema tem que ser considerado

com certo realismo. Você não pode pretender que uma nação em desenvolvimento, carente de instituições sólidas, permanentes, tenha um grau de liberdade que possa levá-la à libertinagem, a colocar em risco a própria via para o aperfeiçoamento da democracia que queremos.

VISÃO — Mas a eliminação de qualquer perspectiva de abertura política não seria um tanto perigosa também?

Paulo Egydio — Mais do que isso. Seria suicídio. E lembrem-se de que, quando saí em defesa da distensão política, fui criticado por todos os lados, todos achando que o suicida era eu, especialmente muitos empresários. Que tipo de apoio eu tive de minha classe, de classe empresarial, quando defendi, de peito aberto, a distensão política? Quando levantei a tese do Poder Moderador, apresentada como uma sugestão ao debate, de novo as críticas vieram de todos os lados. Insisto: a distensão política é o caminho inevitável para se manter este país num regime de liberdades que terão que se aperfeiçoar à medida que nossas instituições se aperfeiçoem, e é indispensável para que se mantenha o regime da livre empresa no país.

GEISEL: ARENA TEM QUE GANHAR

ESP-20-3-76

O presidente Ernesto Geisel afastou ontem, categoricamente, a tese de que as próximas eleições municipais terão significado apenas local, para declarar que, ao contrário, elas 'terão grande importância para o futuro político do País'. E acrescentou: "É indispensável que a Arena vença essas eleições, porque mais tarde eu vou precisar dizer que a Arena dispõe da maioria dos votos dos eleitores do País. Não importa dizermos que vencemos neste ou naquele município. Importa que digamos que obtivemos a maioria dos votos, que a soma dos nossos votos foi maior que os votos obtidos pela oposição somados aos votos brancos, nulos e às abstenções".

Geisel fez esse pronunciamento em Marechal Cândido Rondon, cidade no Oeste paranaense, ao receber um grupo de líderes arenistas. O presidente salientou que o interesse na vitória da Arena não é pessoal, mas "do País e da Revolução". Falou da importância das críticas da oposição, mas indicou que ela muitas vezes usa informações falsas e critérios demagógicos. A Arena, porém, assegurou, está em condições de mostrar fatos concretos, através dos quais o "povo reconhece-rá que o País cresceu".

CRITICA A GEISEL

ESP-25-3-76

BRASÍLIA — Registre-se entre os elementos mais conscientes e liberais da Arena uma preocupação maior, nos últimos dias, decorrente de interpretações que lhes parecem errôneas a respeito do pronunciamento feito pelo general Geisel na cidade de Marechal Rondon, no Paraná, na última semana. Homens como Teotônio Vilela, Magalhães Pinto e o próprio Celso Borja, ainda que não saibam exatamente como, julgam da maior importância alertar o

governo para o perigo de um raciocínio que se dilunde nos setores políticos, de imprevisíveis consequências e efeitos, nas palavras do presidente: acham que o aprimoramento do regime não poderá ficar na dependência de uma vitória mágica da Arena, nas eleições municipais de novembro.

Nenhum deles viu, no texto publicado na imprensa relativo à observação do chefe do governo, tal subordinação absoluta. Mas o que ocorre nos gabinetes do Congresso é precisamente isso. Seria importante, assim, que o Palácio do Planalto esclarecesse a questão e fizesse interromper desde já o que lhes parece uma faca de dois gumes, capaz de cortar até mesmo quem a porta.

Diz Teotônio Vilela, por exemplo, que, a aceitar a formulação subordinada, breve estariam ingressando na era do Estado partidário, ou seja, tudo passaria a girar em torno de um só partido — no caso o seu próprio. Até como arenista, ele protesta contra a colocação. Não aceita a equação de que apenas uma Arena forte poderá ensinar um regime democrático. Seria um consenso, ao meio mexicano, pois a existência de mais de um partido forte é que lhe parece da essência da democracia. Assim, mesmo não desejando, acentua que uma hipotética vitória do MDB em nada deveria alterar as intenções e as metas normalizadoras. Pelo contrário, no seu ponto de vista, o evento seria até benéfico para a institucionalização.

CASSAÇÕES

A NOTA ESP-30-3-76

É a seguinte, a nota do Ministério da Justiça:

"O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, assinou decreto cassando os mandatos eletivos dos Deputados federais Nadir Rossetti e Amaury Muller e suspendendo-lhes os direitos políticos por 10 anos.

Como é notório, ambos os ex-parlamentares proferiram violentos discursos em comício realizado na cidade de Palmeira das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, contendo graves ofensas ao Governo, às Forças Armadas e à Revolução, em franca contestação ao regime vigente".

BONIFÁCIO: CONTER A BOLA DE NEVE

JB-30-3-76

Brasília — "Evidentemente foi um retrocesso, mas é no MDB, cuja maioria clama pelo aperfeiçoamento democrático, que se localiza um grupo que compromete todo o esforço pela normalidade. Os atos de cassação são tomados com base no AI-5 e na Constituição e o Presidente naturalmente terá aplicado a sanção contra aqueles que contestaram a Revolução."

Estas declarações foram feitas pelo líder da Maioria, Deputado José Bonifácio, logo depois de terminada uma reunião de mais de uma hora com os seus vi-

AS FRASES FATAIS

ESP-30-3-76

A versão mais precisa dos acontecimentos de Palmeira das Missões, contida no release distribuído pelo Diretório Regional do MDB do Rio Grande do Sul, dedica sua primeira parte a trecho do discurso que causou a cassação do mandato do Sr Nadir Rossetti:

"Quem está com o povo não precisa ter medo. O

BORJA CENSURA

ESP 31-3-76

Nada parecia indicar, às primeiras horas da manhã, que o dia seguinte às cassações dos dois deputados gaúchos fosse tirar o Congresso da sua rotina. Apesar de inscritos no "pinga-fogo" da Câmara, vários deputados do grupo "autêntico" não atenderam ao chamado, preferindo aguardar um contato com Ulysses Guimarães, que chegou pela manhã a Brasília. Aguardando o presidente do MDB, vários deputados ficaram conversando no gabinete do líder da bancada.

Na sua sala ficaram alguns deputados e um deles, José Carlos Teixeira, de Sergipe, chegou a defender a autoisolamento do MDB, "em respeito ao

O DISCURSO DE LYSANEA

"Mais doloroso e grave do que as cassações é que com elas estamos nos acostumando, como estamos nos acostumando à falta de liberdade, à censura, ao desaparecimento de brasileiros, sua tortura e sua morte presumida" — afirmou o deputado Lysaneas Maciel, do MDB fluminense, no primeiro pronunciamento feito ontem na Câmara sobre as cassações dos dois deputados gaúchos. Esse discurso foi censurado pela Mesa e distribuído a imprensa pelo próprio deputado.

O deputado Lysaneas Maciel, que não foi apertado porque pronunciou seu discurso durante o "pinga-fogo", advertiu que "se a oposição não lutar, a pretensão de falta de condições de modificar o contexto social e político, a curto prazo

ce-líderes na Câmara dos Deputados, "para fazer uma análise da situação e fixar uma estratégia que a Maioria seguirá em plenário para defender o Governo." Afirmou que um grupo de

MDB, como está com o povo, não deve recuar, pois a conduta do MDB dói muito no calcanhar da Arena. Um recuo seria rumo mais triste a ser tomado pela Oposição agora". Reiterando críticas ao Deputado Nelson Marchezan, a quem qualificou de "demagogo simpático e pelego", o ex-deputado acrescentou não se surpreender com o "raptó" do projeto do Deputado Antônio Bresolim, "porque, há pouco, a Arena já tinha tido o mesmo procedimento com o projeto do Deputado Amauri Muller, que reajustava

eleitorado e à própria dignidade pessoal de cada um de nós".

Houve ainda pela manhã sugestões diversas como formas de protesto: greve de 48 horas, sete dias de luto e criação do "Dia Opositorista do Protesto". De prático, porém, ocorreram apenas sete discursos na sessão do Congresso, sendo cinco do MDB.

No início da tarde, porém, um discurso do deputado Lysaneas Maciel, do MDB fluminense, durante o "pinga-fogo" da Câmara, faria o Congresso viver horas de tumulto, tensão e medo. Lysaneas, que falou por cessão do deputado Jerônimo Santana, teve seu discurso censurado por Célio Borja, assim como J. G. de Araujo Jorge e Frederico Brandão, mas distribuiu cópias aos jornalistas.

estará fortalecendo a implantação de um regime fascista".

Para Lysaneas, "absorvendo o esquema proposto pelo Sistema, o MDB torna-se culpável de assistir ao emprego arbitrário da força bruta, à pressão institucionalizada".

"O regime retira dos deputados opositoristas a coragem de criticar membros das Forças Armadas, espalhados em todos os órgãos da administração pública e privada. E, se não o fazemos — acentuou Lysaneas — é porque temos medo. Por medo ainda, contemplamos mudos o assalto consentido de nossas riquezas naturais, a exploração inflingida aos trabalhadores, o enriquecimento progressivo dos ricos e a corrupção que hoje é uma constante em quase todos os escalões".

Ao acusar diretamente o MDB, que "em suas omissões, está praticamente convalidando toda uma geração a viver com

parlamentares do MDB tenta comprometer o processo em que se engaja o Governo, "pensando que o Governo está fraco".

— Foi um desrespeito ao Presidente da República

pensões". Voltou a criticar a Revolução — "regime duro para o povo, mas aberto para o poder econômico" — destacando que "sem consulta ao Poder Legislativo, foram abertas as portas para o trust internacional na exploração do petróleo". Pediu a todos que "se mantenham firmes na luta contra os que governam para si e para o capital estrangeiro" e adiantou que "a queda do regime é coisa certa, se não por podre, pela corrupção".

A segunda parte do re-

elementos que aceitam o convívio de atitudes totalitárias", Lysaneas afirmou: "Hoje, premiados pelas circunstâncias em que nos encontramos — simulacros de parlamentares — existimos apenas para homologar aquilo que nos manda o poder estabelecido".

E fez uma advertência: "Mas como o mundo tem mudado, o Brasil mudará também. Tenho repetido que, por minha formação, pretiro que esta mudança se faça pelo consenso pacífico entre brasileiros de diversas tendências. Mas tenho fundados receios em relação aos homens: quando se completam no poder, não têm que prestar contas de suas atitudes".

"Pretende-se dentro desse clima de pressão, de violência e arbitrio — afirmou Lysaneas — reduzir a situação política do país à expressão de um partido hegemônico, de que cogita o governo militar, e uma oposição manipulável e comprometida a um ponto insuportável de subserviência e medo".

Segundo o deputado opositorista, "na dramática conjuntura em que vivemos, estes atos deixam claro e evidente que o Sistema, após a utilização por mais de 12 anos de um mecanismo repressor mais bárbaro da história deste país, confessa, às vésperas das eleições, que a força é a única maneira de se manter no poder, como também sua incompetência

aquele comício, embora se tenha realizado num município pequeno. Era uma bola de neve que podia crescer e tinha de ser contida — acrescentou.

leise é a seguinte:

No Brasil "não somos governados pela vontade do povo, e sim pela força das armas", declarou o Deputado federal Amauri Muller, pedindo aos visitantes "uma homenagem a todos aqueles que foram banidos do território brasileiro pela Revolução, principalmente Leonel Brizola: estamos num regime de golpe, não de Revolução, dominados pela aristocracia fardada". E completou: "Chegou a hora de pôr um fim à ditadura".

no combate à subversão e à corrupção".

Para Lysaneas, "a repressão e as cassações em defesa da 'ordem', hoje não mais convencem a ninguém". E indagou: "Ou será que nós pensamos que esta 'ordem' é a construção social de um grupo e, se cada maioria se julgar no direito de 'suprimir' a contestação a sua 'ordem', o problema político jamais encontrará solução?"

"Sabemos — disse Lysaneas — que a paz política está sendo adulterada em favor de determinados grupos. Não é difícil perceber quais as intenções obscuras atrás de cada investida repressora. Estamos quase inermes diante destes grupos que manipulam o poder. E sabemos que estes grupos podem cassar, podem torturar, podem até matar, mas não podem afastar dois elementos inarredáveis da história política de qualquer povo: o tempo e a história".

"Os explorados, os oprimidos e os injustiçados — concluiu Lysaneas — ao se envolverem na luta pela própria libertação e desenvolvimento, estarão em confronto com expressões muito concretas de poder. Portanto, os cassados de hoje, os cassados de amanhã, têm que se conscientizar de que os esforços próprios, de seu partido no sentido de uma melhor justiça social, são uma discussão sobre as diversas facetas do poder".

"O Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, assinou decreto cassando o mandato eletivo do Deputado federal Lysaneas Maciel e suspendendo-lhe os direitos políticos por 10 anos.

Na sessão da Câmara dos Deputados, realizada no dia 30 de março recém-findo, o citado ex-parlamentar — cuja atuação, dentro e fora do Congresso, sempre se caracterizou pela contestação à Revolução — proferiu violento discurso, repetindo graves ofensas ao Governo ao regime vigente."

ESP 1-4-76

A NOTA DO MDB

J.B.
8-4-76

Ato de força vem se tornando rotina do Governo.

Manifestações de reduzida dimensão local, distorcidas do seu real sentido, são transformadas em perigoso caso nacional; a revolta de um bravo deputado é tomada como ofensa às instituições; tudo para justificar o renovado uso do arbitrio, o desrespeito ostensivo à vontade popular.

A prática reiterada do arbitrio torna o Governo temido; quando mais importante para ele é ser respeitado. A institucionalização do temor gera o inconformismo, etapa que antecede a dos protestos violentos, que o MDB, em virtude de sua pregação pacifista e conciliadora, vem absorvendo e canalizando para o voto — único instrumento vá-

lido das democracias para a condenação popular das injustiças, dos ultrajes à dignidade humana, da corrupção e da incompetência.

O MDB concita o Governo a não mais retardar a concretização do compromisso de honra da Revolução para com o povo — há 12 anos, uma promessa sempre adiada — de reintegrá-los nos parâmetros de um estado de direito, brasileiro, moderno e realizador, alicerçado nos princípios da justiça social e inspirado na Carta Universal dos Direitos do Homem, que o Brasil subscreveu enaltecendo os nossos padrões de civilização.

Para atingir esse ideal, que é uma profunda e sentida aspiração nacional, impõe-se a revogação do AI-5, sem prejuízo dos instrumentos democráticos imprescindíveis à defesa do Estado, das instituições e

dos direitos da pessoa humana. Nele o MDB identifica a fonte permanente das crises que nos angustiam. Destruindo a ordem jurídica, institui o Governo dos homens e não o da lei, fazendo do Executivo o superpoder que avilta e anula os demais. Mantendo a imprensa sob censura, impede a crítica livre e as denúncias responsáveis. Ampara o absolutismo policial, truculento, desumano e irresponsável, e denigre a projeção internacional do Brasil.

Em suma: o AI-5 deforma permanentemente a consciência democrática do nosso povo que, sob a sua égide, é compelido a viver, numa atmosfera de força, intolerância, ameaças e medo.

O MDB apresentará ao Congresso o seu projeto de emenda constitucional, capaz de restabelecer a normalização da vida política

do país. Neste sentido, está disposto a discutir qualquer proposta de caráter democrático.

Na oportunidade, o MDB renova o seu protesto contra a cassação dos mandatos dos valorosos companheiros Amaury Muller, Nadyr Rossetti e Lysaneas Maciel, vítimas de violência que não apenas os atingiu, mas ao Poder Legislativo que eles integravam, ao Movimento Democrático Brasileiro a que pertenciam e aos Estados que representavam, frustrando a decisão de quase 250 mil cidadãos, exatamente dos centros mais politizados do país. Ratificando a sua solidariedade a todos quantos, no curso da nossa luta, foram injustamente proscritos, expressa também a sua homenagem de respeito aos que deram o sacrifício da vida ou foram vilipendiados nos seus direitos humanos.

DIVERGENCIAS-MDB

J.B. 8-4-76

Aplaudida pelos moderados e apertadas aceita pelos autênticos, a nota do MDB foi considerada "excelente e que agradou a todos", pelo Senador Marcos Freire (PE). O Senador Gilvan Rocha (SE) acha que o destaque da reunião é a decisão de seu Partido de apresentar uma emenda constitucional para a revogação do Artigo 182, que incorpora os atos excepcionais à Constituição.

Com a emenda — diz o Senador — o MDB pretende verificar quais são realmente os liberais. O Deputado Fernando Lira, do grupo autêntico, não quis opinar sobre a nota. Comentou apenas que, passada a reunião, todos os parlamentares ficaram desobrigados de qualquer compromisso e poderão fazer o pronunciamento que desejarem. Desde a cassação do Sr Lysaneas Maciel haviam chegado ao consenso de aguardar o encontro para a tomada de uma posição global.

A nota oficial do MDB teve dois autores e um importante colaborador. Ela foi coordenada pelo Deputado Tancredo Neves, com base

num rascunho feito pelo Senador Roberto Saturnino Braga. Mas a intervenção do Deputado estadual Pedro Simon, presidente do Diretório Regional da Oposição no Rio Grande do Sul, evitou que os Autênticos, descontentes com o teor e a forma do documento aprovado pela maioria do Partido, lançassem uma proclamação paralela.

Para os Autênticos, o tempero de que a nota carecia seriam propostas como a realização de concentrações populares para defesa do mandato popular — uma idéia que já surgira em janeiro, no gabinete do Senador Marcos Freire, quando foi cassado o Deputado Marcelo Gato, a denúncia de violações dos Direitos Humanos e, principalmente, uma emenda revogando o Artigo 182 da Constituição, que assegura a vigência do AI-5.

Uma a uma, essas exigências foram caindo.

BORJA: RETOMAR O DIÁLOGO

J.B. 8-4-76

O Presidente da Câmara dos Deputados, Sr Cello Borja, afirmou ontem que considerou "altamente positiva" a idéia de entendimento político a favor do

povo brasileiro contida na nota divulgada pelo Diretório Nacional do MDB. "Vencemos uma etapa da vida política com essa nota" — declarou.

FRANCELINO: NÃO HÁ CRISE

GLOBO-14-4-76

BRASILIA (O GLOBO) — Fontes do Palácio do Planalto negaram ontem as declarações do deputado Cantídio Sampaio, vice-líder da Arena, de que haverá novas cassações de mandatos parlamentares, e disseram que todo o esforço do Governo, no momento, é para dar por encerrado o último episódio político.

Segundo as fontes, a maior prova dessa disposição do Governo foi a atitude do presidente da Arena, deputado Francelino Pereira, que anteontem, depois de uma hora de reunião com o presidente Geisel, desenvolveu um raciocínio "quase didático" para afirmar que não houve crise institucional, mas apenas um clima de tensão política resolvido dentro do Congresso.

As fontes disseram que os últimos acontecimentos políticos têm uma explicação muito simples: no momento em que, individualmente, deputados do MDB pronunciaram discursos considerados contestatórios à revolução foram punidos por atos revolucionários, que continuarão sendo aplicados sempre que o Governo considerar necessário.

A nota do MDB, porém, embora tivesse trechos considerados próximos da contestação, não chegou a fugir dos limites partidários, caracterizando-se, pois, como ação legítima de oposição. A resposta, então, coube a quem de direito, o partido do Governo.

A resposta, acrescentaram as fontes, foi considerada satisfatória pelo Governo e, por si só, encerrou essa fase dos acontecimentos. Portanto, afirmaram que não há lógica na informação de que, devido à nota do MDB, mais parlamentares serão punidos por atos excepcionais.

DILERMANDO: HÁ TRANQUILIDADE

GLOBO-14-4-76

SÃO PAULO (O GLOBO) — O comandante do II Exército, general Dilermando Gomes Monteiro, disse ontem que no momento o desenvolvimento brasileiro sobrepuja o fator segurança, porque o País atravessa absoluta tranquilidade em todas as áreas, e que as Forças Armadas trabalham para a segurança das classes produtoras para que elas forneçam os bens de que o Brasil necessita. As afirmações do general foram feitas em entrevista coletiva, ontem à noite, durante visita à Federação e Centro do Comércio.

Depois de receber, à tarde, em seu gabinete no QG do Ibirapuera, toda a diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp, encabeçada pelo seu presidente, Theobaldo de Nigris, o general Dilermando chegou à sede da Federação do Comércio, às 18 horas, para retribuir a visita que os empresários comerciais lhe fizeram, ao assumir o comando do II Exército.

O DISCURSO DE GEISEL NA V MILITAR

JB-1-4-76

A minha vinda hoje aqui representa, para mim, uma satisfação toda especial, pela oportunidade que me dá de conviver com os prezados companheiros do Exército. Junto a eles, os representantes da nossa Marinha e da Aeronáutica.

E' muito mais do que isso. E' porque, de fato, não existe ambiente mais apropriado para comemorar a nossa Revolução de 64, do que na área de um quartel do nosso Exército. De fato, as Forças Armadas — e dentro delas cabe, sem dúvida, papel relevante ao Exército — tiveram um papel primordial nesta Revolução de 64, tomando a iniciativa de combater um quadro de anarquia e de devastação, que se estendia por todo o território nacional.

Foram estas Forças, também, que souberam se sobrepor à intriga, à incompreensão, à calúnia e à injúria, e permitiram — torno a repetir — esta estabilidade em que há 12 anos vivemos. E são hoje estas Forças coesas, cultivando os ideais da nossa Revolução, desempenhando integralmente

suas funções constitucionais, que permitem ao Governo, vantajosamente e em larga escala, empreender no presente uma evolução. Evolução sem dúvida gradual, no sentido do aperfeiçoamento de nossas instituições sociais e políticas, com base no desenvolvimento econômico que, apesar da grave crise internacional, estamos continuando.

São estes, pois, os motivos de realce e de extraordinário relevo que me movem nesta vinda hoje aqui. Sem dúvida, os contatos que tive e a minha presença aqui constituem um extraordinário alento, para quem, como eu, arca com uma responsabilidade excepcional, na conduta da Nação brasileira. E que procura, honestamente e honradamente, encontrar a trilha e o caminho que nós devemos seguir, difícil, sem dúvida. E' um caminho instável de paixões e de ambições desvairadas. E' um caminho turbado pela intriga, turbado pelas notícias malfazejas, pelos enredos de toda ordem, e que nós temos de destruir, para encontrar a verdadeira rota que devemos seguir.

Mas este alento que hoje colho aqui ainda é maior por sabê-lo inte-

grado no dever profissional. Por saber que, acima de tudo e inexoravelmente, estão os senhores empenhados no cumprimento do dever, como verdadeiros soldados da Pátria.

O DISCURSO DE FROTA

JB-1-4-76

A presença do Presidente da República, neste ambiente de caserna, que lhe é tão familiar, empresta singular brilho a esta solenidade simples de soldado, e certamente desperta-lhe, como experimentado chefe militar, emoções profundas e lembranças felizes. Nele V Exa sentirá o calor da nossa fraterna e leal solidariedade, a qual não lhe tem faltado, e não lhe faltará, nos momentos difíceis de condução do país para os seus verdadeiros destinos de prosperidade e grandeza.

A profissão das Armas, Sr Presidente, é um duro e nobre ofício — e ninguém melhor do que V Exa sabe disto — que encontra sua recompensa maior na sensação do dever bem cumprido. O soldado brasileiro, imbuído dos mais puros ideais da Revolução Democrática, outra coisa não aspira senão bem servir à Nação, consciente de suas graves responsabilidades perante a pátria. Por isto mesmo, não prevalecerão as tentativas daqueles que, conhecendo-o mal, pretendem desviá-lo do caminho do dever.

"MARCHA DA FAMILIA COM DEUS PELA LIBERDADE" VOLTA A SE MANIFESTAR

Na solenidade comemorativa do 12.º aniversário da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o antigo presidente

do Conselho das Entidades Democráticas de São Paulo, André de Faria Pereira Filho, apontou a necessidade de se reorganizarem, como força

atuante, aqueles que continuam a crer na democracia, pois "agora começamos a ouvir de novo o tropel dos insatisfeitos

e, mais do que tudo, dos totalitários que não nos perdoam por termos evitado a comunicação brasileira".

MILITARES

NOVAS PROMOÇÕES NAS FFAA

JB-2-4-76

Brasília — O Presidente Ernesto Geisel baixou decreto de promoções a oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Das 44 vagas, coube ao Exército 22, sendo promovidos a General-de-Exército os Generais-de-Divisão Ayrton Pereira Tourinho, Ariel Pacca da Fonseca e Fernando Belfort Bethlem.

Na Marinha foram preenchidas oito vagas com os Contra-Almirantes Ibsen de Gusmão Camara e Fernando Carvalho Chagas promovidos a Vice-Almirantes. Finalmente, no Ministério da Aeronáutica, os Majores-Brigadeiros Mário Paglioli de Lucena e o Engenheiro Hugo de Miranda e Silva a Tenentes-Brigadeiros.

FAB DEFINE

NOVA ESTRATEGIA

ESP-16-3-76

Em aula proferida na Escola de Alto Comando da Aeronáutica, o brigadeiro Deoclécio falou na necessidade da criação pela FAB de uma aviação estratégica (aviões bombardeiros), dentro dos recursos destinados ao setor, e da necessidade de se instalar uma infraestrutura de operações em pontos estratégicos para os aviões F-5, "porque a sua eficiência

estará reduzida se eles não puderem se deslocar para qualquer ponto do País". Para ele, sem a criação de uma elasticidade de apoio, a FAB não poderá ter mobilidade.

— "Mostrar a força para evitar o seu emprego", — acentuou o chefe do Estado Maior da Aeronáutica — para defender uma estratégia geral que permita a FAB o uso pleno de seu poder, "senão de pronto, pelo menos, em tempo o mais curto possível". Para isso, segundo ele, duas condições pre-

cisam ser alcançadas: um estado de prontidão, constituído por núcleos operacionais de grande eficiência, abrangendo todos os setores, notadamente o da aviação estratégica, e uma capacidade de mobilização rápida garantida por um plano de mobilização que tire partido das atividades aeroespaciais unificadas.

42 SUPERSONICOS PARA A FAB

ESP-3-76

A "Northrop Corporation" concluiu em fevereiro a entrega de 42 jatos supersônicos F-5E e F-5B (de adestramento) adquiridos pela Força Aérea Brasileira, em 1973, e que começaram a chegar ao Brasil no primeiro trimestre do ano passado. Com isso, o Brasil é o primeiro país do Continente a montar uma estrutura de defesa aérea capaz de cobrir efetivamente todo o seu território, sustentada por uma rede de radares e sensores remotos de alta precisão.

A compra dos aparelhos da "Northrop" foi a maior operação até agora realizada pela FAB: 120 milhões de dólares.

POLICIA FALCÃO:

A SUBVERSÃO FINGE-SE DE MORTA

ESP-3-76

Discurso proferido pelo ministro Armando Falcão na abertura da Conferência Nacional dos Secretários de Segurança dos Estados.

Diante do fracasso do terrorismo rural e urbano, que a Revolução com vigor fez morder o pó da derrota, a subversão retrocedeu aparentemente e mudou de tática. Não abandonou a inspiração totalitária, em nada deixou de continuar a ser o que era e o que é. Mas retraiu-se, encolheu-se, passou a fingir de morta, obedecendo a novas ordens e seguindo outras maquinações, que se manipulam em territórios estrangeiros.

E' fato notório que o índice de criminalidade aumenta no mundo inteiro, inclusive em países fortes e desenvolvidos.

Parece que a riqueza não vacina os povos contra a delinquência alarmante, ou pelo menos não fornece meios adequadamente eficazes para evitar o seu agravamento constante.

PROPOSTA

A subordinação hierárquica, administrativa e funcional das polícias militares às Secretarias de Segurança, realizada após a reformulação da legislação federal sobre essa corporação, foi pedida ao ministro da Justiça pelos secretários reunidos na Primeira Conferência Nacional de Secretários da Segurança Pública. A proposta foi a única que teve votação secreta de todo o tema e foi divulgada ontem, por constar no relatório geral de nove temas entregue ao ministro Armando Falcão durante o encerramento da 1.ª CON-SESP.

Essa proposta faz parte do tema: "Dicotomia Polícia Civil, versus Polícia Militar". Ao discutir os secretários ressaltaram que a atual legislação federal possibilita distorções nas estruturas organizacionais dos

REESTRUTURAÇÃO DA POLÍCIA

CS-13-3-76

Estados, dificultando o relacionamento. Como, por exemplo, a atribuição do "status" de secretário de Estado a comandantes de Polícia Militar. Em alguns Estados o comandante da PM chega a despachar diretamente com o governador do Estado.

A criação do Conselho Federal de Polícia Civil também foi pedida. Ele deverá funcionar junto ao gabinete do ministro da Justiça e sua função será consultiva quanto a normas, estrutura, organização, equipamento etc. e deverá ser coordenador quanto a alocação de meios e recursos de origem federal. Entenderam os participantes da CONSESP que as polícias civis dos Estados não possuem órgão concêntrico e nem a legislação federal o determina.

O tema número 2 visava a organização, estrutura e in-

tercambio entre as polícias, tratando do reaparelhamento do DPF e das organizações policiais dos Estados; criação de um sistema central federal, de recepção e transmissão de informações de interesse policial, por comutação de dados; prisão cautelar e polícias municipais nas cidades com mais de 100 mil habitantes.

A Prisão Cautelar, que já encontrou opositores na Ordem dos Advogados do Brasil foi aprovada na Conferência, que teve as seguintes considerações: "considerando que são incontestes as dificuldades com que se deparam as autoridades policiais no que tange a manutenção de indiciados à disposição das mesmas até o término das investigações necessárias à instrução do inquérito policial; considerando que os prazos que deflucem do in-

quérito até, pelo menos a decretação da prisão preventiva, quando tem lugar, são de tal ordem que não somente prejudicam posteriormente o próprio processo penal mas também e, principalmente, deixam livres criminosos que põem em risco a própria segurança social das comunidades e das investigações policiais, tornando ineficaz aquela medida, e que a adoção da medida de prisão cautelar, decretada pela autoridade policial, constituiu-se numa imposição natural face a necessidade de se dar ao organismo policial condições legais ao pleno exercício de suas funções em benefício da segurança e da ordem pública, objetivando propiciar êxito as investigações policiais".

'MOBILIZAÇÃO SOCIAL' FRENTE A CRISE

esp.
375776

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Antonio Jorge Correa, revelou ontem, na aula inaugural do ano letivo da Escola Superior de Guerra, que já foi proposta ao presidente da República a criação, no próximo ano, de um curso de mobilização geral que prevê "a adoção de medidas de emergência para atender a graves situações ligadas à segurança nacional".

Entre as finalidades do curso está a de habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria em órgãos responsáveis pelo preparo da mobilização.

Espero que o nosso tema-mensagem — "influência da ESG no pensamento político e estratégico das elites brasileiras" — destaque a nossa responsabilidade para com o Brasil, senhores estagiários, como elite esclarecida e patriótica e como membros e futuros diplomatas deste Instituto de altos estudos políticos e estratégicos ligados à segurança nacional.

As idéias que inspiraram a criação da ESG

A consciência de que era mister criar uma elite preparada para a missão de interpretar as legítimas aspirações e autênticos interesses nacionais, de formular através de um método científico a política e estratégia nacionais, com um critério que transbordasse dos limites de defesa nacional, cujo sentido era restritivo, levaram o nosso governo a pensar, inicialmente, na criação de um curso de altos estudos, frequentado apenas por oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica (decreto de outubro de 1948 do governo do presidente marechal Eurico Dutra). Tal critério logo evoluiu para o da criação de "um Instituto de altos estudos, voltado para o planejamento e a direção da segurança nacional (lei de 20 de agosto de 1949)".

Em vez da escola puramente militar, destinada apenas ao estudo das questões referentes ao emprego das grandes unidades estratégicas e à direção da guerra, como queria o decreto de 1948, surgiu, em 1949, este Instituto de altos estudos, funcionando, ao mesmo tempo, como centro permanente de

pesquisas, destinado a preparar, para o exercício de funções de direção e de planejamento da segurança nacional, oficiais das Forças Armadas e civis que se houvessem destacado em seus campos.

Prevalecia na missão da ESG, constantes da lei de sua criação, a ideia expandida por Pandiá Calógeras na sua conferência pronunciada em São Paulo, em 1927, quando disse:

"Uma única política é possível e aconselhável a bem do País: compreensão mútua entre civis e militares; cordialidade na colaboração; ingerência esclarecida, altruísta e competente, em grau crescente, por parte dos homens públicos estranhos à farda".

Esta compreensão mútua, esta cordialidade na colaboração, tão desejada por Calógeras, buscava se efetivar 29 anos depois, na criação da ESG, com "a finalidade de preparar civis de notável competência e atuação relevante e oficiais das Forças Armadas de comprovada experiência e aptidão, para o exercício das funções de direção e planejamento da segurança nacional" (regulamento da ESG de 1949).

Entre as idéias que inspiraram os integrantes do primeiro grupo encarregado de apresentar o projeto de regulamento para a recém-nascida ESG, destacam-se as seguintes:

— surgimento do conceito mais abrangente de segurança em substituição ao de defesa;

— consciência de que o Brasil possuía já os requisitos para chegar a grande potência;

— crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e de execução;

— necessidade de elaboração de um método de formulação da política nacional.

Estes pontos, entre outros, vistos na perspectiva dos 27 anos que nos separam da época em que foram formulados pela comissão chefiada pelo general Cordeiro de Farias, logo depois nomeado primeiro comandante da ESG, revelam-nos a admirável clarividência e o acerto do grupo pioneiro que implantou este notável Instituto de altos estudos.

Construção da ESG no preparo da assessoria dos altos escalões de planejamento governamental, contribuição ao pensamento das elites em geral.

Ao longo de sua evolução, neste último quarto de século, sem se distanciar das idéias inspiradoras

do grupo pioneiro, tão nitidas, tão claras, tão objetivas, que resistiram às discussões, debates e confrontos que representaram a sua atividade incessante, a ESG aperfeiçoou um método de formulação de política nacional. Este método, adotado pelo governo da Revolução a partir de 1964, se fundamenta na aceitação do princípio de que "segurança e desenvolvimento são fatores de mútua causalidade" (conceito do presidente Castello Branco).

Criou-se, nesta casa de estudos e de pesquisas, a doutrina de segurança nacional brasileira que o eminente general Augusto Fragozo, comandante da ESG durante quatro proveltosos anos, sintetizou no trinômio "objetivos nacionais", "poder nacional" e "estratégia nacional", expressões máximas da mecânica de formulação da política e da ação estratégica do Estado.

Alcançou-se uma "metodologia de formulação da política nacional", pela qual foi possível chegar-se ao conceito estratégico nacional, documento básico de desencadeamento ordenado de todas as ações políticas e estratégicas nos quatro campos do poder.

Conscientes desses princípios fundamentais, versando na metodologia, exercitados no sistema de planejamento da segurança nacional para os mais altos níveis governamentais e Estados-Maiores combinados, os egressos da ESG transformaram-se nos assessores indispensáveis aos órgãos da mais elevada assessoria do governo. Encontramos, oriundos de diversos cursos desta escola, na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, no Serviço Nacional de Informações no Estado-Maior das Forças Armadas, nos Ministérios e em outros órgãos da assessoria direta ou indireta do exmo. sr. presidente da República. Formam, hoje, o cerne da elite nacional, com um efetivo de 1.294 civis e 1.621 militares, globalizando-se os diplomados dos cursos superior, de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, de Informações e de Mobilização.

A sabedoria brasileira em fazer bem as coisas importantes inspirou-nos, no momento da organização da ESG, na forma de encontrarmos um aproximado ideal entre militares e civis de alta capacidade intelectual e moral para, juntos, pensarem nos altos problemas da segurança nacional; entre os civis não nos cingimos apenas

a funcionários, isto é, a pessoas vinculadas ao serviço público. A ESG, com uma política sem similar, chamou para os seus quadros empresários, economistas, médicos, engenheiros, advogados, administradores, agrônomos, enfim, especialistas de curso superior e de reconhecido saber de várias origens. Ampliou, também o campo de seus conhecimentos, prolongando-se por todos os Estados, por meio da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Esta já conseguiu levar a sua mensagem a um universo de mais de 25.000 elementos da elite nacional. Proporcionando maior difusão geográfica aos seus ensinamentos, a par de compensar, em parte, o desejo de milhares de brasileiros, de todos os rincões, ansiosos por cursarem a ESG e que não o alcançam por força do limitado número de vagas anuais disponíveis, ou por impossibilidade pessoal de se deslocarem de seus Estados para o Rio de Janeiro, por período de quase um ano.

A ESG e a Revolução de 1964

Ao implantar-se o regime revolucionário no Brasil, em 31 de março de 1964, a ESG contava já com quase quinze anos de existência. Durante estes três lustros muito estudou, pesquisou e formulou em termos de política de segurança nacional e política de desenvolvimento. Assim os chefes revolucionários de 1964, muitos dentre eles antigos fundadores e membros do corpo permanente deste Instituto, encontraram à sua disposição, para aplicar, uma doutrina e um método de formulação de política de segurança, cuja transposição, para o campo mais amplo da política nacional e para o da política de desenvolvimento, não foi difícil.

O primeiro governo revolucionário, tendo à frente a figura invulgar do presidente Castello Branco, antigo chefe do Departamento de Estudos desta Casa, soube aproveitar-se do magnífico método de formulação da política nacional adotado por este Instituto em seus experimentos teóricos doutrinários. Estendeu a todos os setores do governo o método de análise e avaliação dos fatores políticos, econômicos, psico-sociais e militares, assim como difundiu a técnica de planejamento, ambos aqui exercitados.

Os efeitos benéficos da difusão, pelos egressos da ESG, da metodo-

logia e do hábito de planejamento; levados a todos os recantos do País onde ocupam posições de destaque nos governos federal e estadual e nas grandes empresas produziram, sem dúvida, uma admirável unidade de vistas e convergência de objetivos, com o que a maior parte de nossa elite aprendeu a analisar e a compreender os problemas magnos da nacionalidade.

Permitiram que o Brasil desse "este salto para grande", entrando decididamente no caminho de potência. Já há quem nos considere o 9.º país do mundo.

Anualmente o EMFA baixa diretrizes para a Escola Superior de Guerra, com a finalidade de estabelecer os elementos básicos necessários ao planejamento das atividades curriculares para o ano seguinte.

Dessas diretrizes para o corrente ano, quero destacar que a ESG deve ser um laboratório objetivo de ideias e de doutrina no que tange à segurança nacional no que se refere ao desenvolvimento. Cabe-lhes receber, constatar e utilizar as informações necessárias aos seus estudos, fornecidas pelos órgãos credenciados da alta administração.

Tais pesquisas devem ser conduzidas a nível dos órgãos de assessoria direta do presidente da República, cabendo salientar que devem ser orientadas no sentido da estreita vinculação entre os processos da segurança e do desenvolvimento, ambos integrados nas suas áreas peculiares e entre si.

No intuito de receber a experiência de seus estagiários nas respectivas áreas de atividades e de conhecimentos, produzir subsídios para estudos e consultas, reunir dados e informações atualizadas e enriquecer o seu acervo didático-cultural, a ESG determinará, além da elaboração de relatórios de trabalhos coletivos, a elaboração de trabalhos individuais, que poderão

ser em forma de monografias.

A ESG, como laboratório de ideias visando constante aperfeiçoamento e fortalecimento da segurança nacional, realizará trabalhos compreendendo, no seu contexto, temas de atualidade do interesse do EMFA, e de outros órgãos de assessoria direta da Presidência da República. Esses temas deverão ser desenvolvidos nas conferências, palestras, viagens, monografias, nos estudos e trabalhos em grupo abrangendo o campo de estudo indispensável à obtenção das informações necessárias e ao fornecimento de subsídios aos órgãos de assessoria presidencial. Assim, por determinação do EMFA, a ESG deverá desenvolver, além dos temas de sua livre iniciativa, mais os seguintes:

— O problema energético mundial, suas repercussões para o Brasil tanto no campo da segurança quanto no campo de desenvolvimento, soluções a curto, médio e longo prazos, considerando:

— O petróleo na atual crise mundial; perspectivas, levando-se em conta a nova política dos contratos de serviço com cláusulas de risco;

— O carvão e o xisto betuminoso; a carbóquímica, perspectivas;

— A energia nuclear; acordos celebrados; perspectivas;

— Outras fontes de energia, suas possibilidades;

— O preparo da expressão militar do poder nacional, medidas a serem tomadas a curto, médio e longo prazos sob os aspectos operacional, logístico e de mobilização militares.

— Nova ordem mundial — aspectos econômicos — repercussões no Brasil — panorama econômico brasileiro. A política interna e externa do Brasil no campo econômico — repercussões da atuação e da importância das empresas multinacionais nessa política.

— Guerra psicológica no con-

texto atual da guerra revolucionária — repercussões no Brasil. Operações psicológicas — contra-informações.

— A comunicação social no quadro da atual problemática brasileira — censura e liberdade de expressão — repercussões no desenvolvimento e na segurança nacionais.

— Responsabilidades sociais do Estado quanto à educação, saúde e habitação, repercussões, particularmente nos campos psico-social e econômico, dos problemas que se localizam nessas áreas.

— Os partidos políticos brasileiros na atual conjuntura nacional. Papel dos partidos no aprimoramento das instituições, da cultura e do desenvolvimento político da Nação.

Dentre as atribuições dadas à ESG para o corrente ano está também a de tomar todas as medidas necessárias — desde as de ordem material até as de montagem dos currículos e preparo do corpo docente — para o funcionamento pleno, no ano vindouro, do curso de Mobilização Nacional. Além, esse curso já funcionou, como curso piloto, de 1957 a 1959. Em face da evolução da conjuntura nacional, sua criação foi novamente proposta ao Exmo. sr. presidente da República, devendo desenvolver-se, inicialmente nesta escola, como o foi o curso piloto.

A mobilização nacional, poderoso instrumento de que dispõe o governo, em situações de emergência, abrangendo um conjunto de atividades empreendidas pelo Estado, visando, compulsoria e aceleradamente, transferir meios existentes e promover a produção oportuna de meios adicionais, para atender a graves situações ligadas à segurança nacional. É um recurso extremo que, envolvendo uma gama de medidas de acentuado vigor em todos os campos, interfere na estrutura sócio-econômica e chega a modificar normas jurídico-ad-

ministrativas tradicionais, quando assim o exigirem os superiores interesses da Nação.

Este conceito retrata a mobilização nacional na sua fase de execução. Mas, para que o Estado tenha condições de empreender esse conjunto de atividades, será necessário prepará-las desde os tempos normais, por meio de metódico planejamento de ações específicas. Estas são consubstanciadas no entendimento do preparo da mobilização, o qual se realiza para abreviar e facilitar a fase da execução.

O Curso de Mobilização Nacional proposto terá como finalidade:

— Habilitar civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoria, em órgãos que tenham atribuições no preparo da mobilização; colaborar na formulação e corporificação de uma doutrina de mobilização nacional; e realizar estudos sobre o preparo e execução da mobilização nacional e sobre o funcionamento de um sistema de mobilização.

O Curso de Mobilização Nacional terá, em síntese, importante papel na fundamentação e corporificação de uma doutrina de mobilização nacional, que possa ser mantida atualizada, viva e dinâmica, dentro dos mais altos interesses da segurança nacional. Quando o Curso de Mobilização Nacional tomar impulso próprio, tornar-se-á independente, como a importância de seu campo de atuação requer.

Não será a primeira vez que a escola assim procederá; já tivemos aqui o exemplo do Curso de Informações. Este, ao adquirir foros próprios pelo surgimento de uma mentalidade de informações, deu origem à Escola Nacional de Informações, que está funcionando com pleno êxito, com base na doutrina e na experiência adquiridas neste Instituto de altos estudos.

operários ESP-23-3-76
ATRASO DE SALARIO
PROVOCA DEPREDACÃO

Irritados com o atraso do pagamento, vários operários da Cetenco destruíram parcialmente, ontem de manhã, os guichês da empresa localizados na área da Cosipa. Segundo os trabalhadores, o pagamento devia ter sido feito quarta-feira de Cinzas, mas a empreiteira foi adiando a data, sob o pretexto de falta de segurança para transporte do dinheiro de São Paulo para Cubatão.

Cerca de 300 homens trabalham no local e, como quase todos são carpinteiros, não tiveram dificuldade em, com seus martelos, derrubar portas e janelas. A depredação só foi contida quando chegou uma guarnição da Polícia Militar.

Todavia, não foi efetuada nenhuma prisão e ninguém ficou preso. Os diretores da Cetenco, por sua vez, prometeram que o pagamento seria feito hoje, inadivavelmente. De qualquer forma, a guarnição policial da cidade está de sobreaviso e designou cinco homens para o canteiro de obras. Conforme explicou um soldado da PM, "os trabalhadores estão muito revoltados e, se o promessa da empresa não for cumprida, vai ser o diabo".

Salário atrasado ESP-23-3-76
obra para

Cento e oitenta operários da firma HD Mercado, empreiteira que constrói o estádio Wille Davids, contratada pela Prefeitura de Maringá, ficaram dois dias sem trabalhar em sinal de protesto pelo atraso nos salários referentes ao mês de fevereiro. Hoje, provavelmente, reiniciarão suas atividades, pois a empresa prometeu pagar suas dívidas. No último fim de semana, quando estiveram parados, não chegou a haver nenhum tumulto: os operários apenas permaneceram no canteiro de obras, sem trabalhar.

Segundo alguns deles que preferiram não se identificar, os atrasos no pagamento de salários vêm ocorrendo há cerca de três meses, sem que se saiba o motivo. Desta vez, os salários estão atrasados em doze dias, um prazo que não é considerado muito longo, mas os operários afirmaram que já enfrentavam serios problemas, pois alguns deles já não tinham dinheiro para comprar comida, pagar aluguel, prestações e outros compromissos.

Procurada no canteiro de obras, a HD Mercado negou-se a prestar qualquer informação, nem mesmo sobre os montantes devidos aos trabalhadores ou a quem competia pagar

construção ESP-23-3-76
quer 50%

Os trabalhadores na indústria da construção civil do Estado de São Paulo resolveram pleitear 50% de reajuste salarial a seus empregadores, numa campanha que está sendo orientada pela respectiva federação estadual. Atualmente, de acordo com a política salarial do governo, os reajustes estão sendo concedidos na base de 36 por cento.

Pagamento ESP-2-4-76
em atraso
dá tumulto

São Paulo — Com três meses de salários em atraso, 100 operários da Conservadora. Boa Esperança Ltda. revoltaram-se ontem, ao final da tarde, provocando tumulto diante da sede da firma Serveng-Civilisan S.A., em Santo Amaro, onde trabalhavam na abertura de valetas.

Antes, cruzaram os braços por cinco dias, sem obter o pagamento e só ontem decidiram iniciar o movimento à porta da Serveng, na Av das Nações Unidas. Com temor de que o prédio fosse invadido, os diretores da empresa chamaram a polícia para conter os trabalhadores, alertando-se também a tropa de choque do DOPS.

construção ESP-7-3-76
quer 50%

Os trabalhadores na indústria da construção civil do Estado de São Paulo resolveram pleitear 50% de reajuste salarial a seus empregadores, numa campanha que está sendo orientada pela respectiva federação estadual. Atualmente, de acordo com a política salarial do governo, os reajustes estão sendo concedidos na base de 36 por cento.

O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil do Estado de São Paulo, Marcelino Marques, informa que a data-base das categorias profissionais envolvidas é 1.º de maio, mas que "não há interesse em que o dissídio venha a ser julgado antes de 15 de maio, para não haver maiores prejuízos". Explica o dirigente sindical que, no ano passado, os trabalhadores representados por sua federação perderam 1,5 por cento, pois o processo foi julgado pelo TRT antes de 15 de maio; mas, posteriormente os índices oficiais elevaram-se um pouco.

São 80 mil os operários interessados nessa campanha salarial, nos setores de construção civil propriamente dita, fabricação de ladrilhos, construção de estradas, olarias e produtos de cimento. Os sindicatos de trabalhadores envolvidos são 36, com 11 sindicatos patronais.

EM NOME DOS METALÚRGICOS

A campanha salarial dos 400 mil metalúrgicos do interior paulista (V. Movimento nº 38 - "Os Metalúrgicos Paulistas em Campanha") está praticamente encerrada. A primeira tentativa de acordo amigável entre patrões e empregados foi realizada no dia 11 deste mês, na Delegacia Regional do Trabalho. Na oportunidade, o advogado dos empregadores, Benjamin Monteiro, negou-se a atender às duas pautas de reivindicações dos sindicatos. Uma delas era encaminhada pela Federação dos Metalúrgicos do Estado, representando 34 sindicatos do interior. E a outra pelo Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema, que solicitava um acordo em separado. A segunda tentativa de conciliação foi realizada no dia 17, no Tribunal Regional do Trabalho. No início da audiência deste dia o presidente do Tribunal, Homero Diniz Gonçalves disse: "Está aberta a sessão e tanto os sindicatos de patrões como os de empregados estão aqui para uma conversa franca, de espírito desarmado, para o acordo". Em seguida, os representantes da Federação e de São Bernardo apresentaram suas reivindicações e o advogado patronal entregou à secretaria do Tribunal, um documento contestando as exigências dos empregados. O presidente do TRT voltou a falar: "tive a satisfação de ver como se expressaram os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e o presidente da Federação, Argeu Egidio dos Santos. Neste momento estou também com o espírito desarmado para tentar uma solução aqui nesta audiência. A conciliação não está tão fácil, mas também não está tão difícil. Seria preferível um acordo. Agora, um acordo é muito sério. É preciso haver acordo. Os patrões e empregados devem sair daqui de mãos dadas. Sei que a responsabilidade dos empregados é grande, e também a dos patrões. É preciso distribuir a justiça". Mas o empenho do juiz presidente, sublinhando a necessidade de conciliação, não deu resultados. Foi então formalizado o processo de dissídio coletivo. Quando se formaliza esse processo, marca-se o dia do julgamento do dissídio, em que os juizes examinarão as reivindicações dos empregados, as contestações dos empregadores e, segundo as leis em vigor, decidirão as questões.

• • • No processo dos metalúrgicos ocorreu que, entre a última tentativa de conciliação e o dia do julgamento, a Federação fez um acordo com os patrões em nome dos 34 sindicatos que representava, abdicando de várias reivindicações.

O acordo homologado foi o seguinte: 1) Reajustamento de conformidade com o fator salarial que foi decretado para o mês de abril. Não será descontada a diferença de 2% resultante do acordo do ano passado, em que o reajuste foi de 44% (índice do mês de março), enquanto o índice oficial de abril (data base da categoria) ficou em 42%. A reivindicação inicial da Federação era um reajuste de 63%, assim divididos: 46% de reajuste propriamente dito e 17% para recuperar parte do poder aquisitivo perdido pela categoria desde 1965. 2) O fator de reajustamento salarial aplica-se também aos empregados admitidos após 2.4.75, de tal maneira que o salário destes não ultrapasse o dos empregados que tenham mais de 1 ano de firma, exercendo a mesma função. 3) Fica assegurado aos metalúrgicos o piso salarial de Cr\$ 792, para os empregados maiores; o piso atual é de Cr\$ 542,60 e a Federação pretendia, antes do acordo, elevá-lo para Cr\$ 1.200,00. 4) Fornecimento obrigatório de comprovante de pagamento, com discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados, contendo a identificação da empresa. 5) Pagamento a partir de 2.4.76, com prazo e duração de 1 ano. Este item não representa propriamente uma conquista para a categoria. Inicialmente, a Federação pretendia uma antecipação salarial após 6 meses de vigência da norma coletiva. 6) Desconto de Cr\$ 20 dos empregados associados ou não, por ocasião do pagamento do primeiro salário reajustado, em favor das entidades sindicais; este item foi o único que o Tribunal não estendeu para a entidade de São Bernardo, que pretendia um desconto de Cr\$ 15 e somente com autorização expressa do empregado.

As reivindicações abandonadas integralmente pela Federação em favor deste acordo foram as seguintes (1): a) Pagamento em dobro das férias; isto é, ao entrar em férias o empregado receberia um salário extra para que

pudesse realmente desfrutá-las, sem ficar imobilizado, preso às despesas habituais. b) Reconhecimento do Delegado de Empresa designado pela Diretoria do Sindicato com as garantias do artigo 543 da CLT; visava estabelecer elos de ligação entre as entidades e os seus representados. c) Reconhecimento dos atestados fornecidos pelos Departamentos Médico-Odontológico dos Sindicatos, que não têm validade junto às empresas, embora o INPS esteja destinando às entidades parte da responsabilidade pela assistência aos seus contribuintes. d) Garantia de estabilidade para a gestante até 6 meses após o parto. e) Estabilidade para o trabalhador acidentado. f) Estabilidade para o empregado convocado para prestar o serviço militar até a sua liberação. g) Adicional de 5% aos salários dos empregados a cada 5 anos. h) Estabelecimento de jornada de trabalho compatível com horário escolar do empregado estudante. Este item foi incorporado ao acordo como recomendação aos empregadores. i) Pagamento das horas extras em dobro. A Federação se dizia frontalmente contra as horas extras e, pelo seu encarecimento, pretendia eliminá-las. Além de outras desvantagens, a hora extra reduz o mercado de trabalho. j) Concessão gratuita de fichas de Identificação Funcional aos empregados; também ficou como recomendação. l) Uso do Correio Interno e dos Quadros de Aviso da empresa pelos sindicatos; recomendação. m) Extensão do Salário Família à esposa ou companheira e elevação da quota de 5% sobre o salário mínimo para 10%. n) Multa de 3% per capita calculado sobre o piso salarial, pelo não cumprimento das cláusulas do acordo ou sentença normativa que vier a ser decretada, recolhida em favor do trabalhador.

Há, portanto, uma grande diferença entre as reivindicações dos trabalhadores encaminhadas pela Federação e as que foram asseguradas por esta entidade no acordo. A justificativa apresentada pela Federação para renunciar a maioria das exigências é que a de que os patrões se comprometeram a não descontar os 2% que pagaram a mais no ano passado. Entretanto, dizia-se no Tribunal que o desconto de Cr\$ 20,00 de cada empregado, associado ou não, em favor dos sindicatos, teria sido o motivo determinante. Isto porque se os empregadores não concordassem com esta reivindicação e recorressem ao TST, a contribuição cairia de imediato, desfalcando substancialmente a receita dos sindicatos. O juiz do Tribunal, Antonio Lamarca, declarou-se surpreso com o entendimento a que chegaram patrões e empregados, acrescentando que o acordo feito pela Federação concedeu aos trabalhadores muito menos do que o Tribunal costumemente dá em julgamento de dissídios coletivos. O juiz disse que se as reivindicações de São Bernardo tivessem sido encampadas pela Federação, seriam facilmente aprovadas pelo Tribunal.

Agora, embora concordando com que os benefícios do acordo fossem estendidos aos empregados da sua região, o Sindicato de São Bernardo e Diadema recorrerá, isoladamente, ao Tribunal Superior do Trabalho, através do seu advogado, Almir Pazzianotto, para tentar a aprovação das outras reivindicações constantes da sua pauta. Entre elas destaca-se a do Salário do Substituto. — A todo empregado transferido ou promovido para lugar de outro, dispensado sem justa causa, será pago um salário pelo menos igual ao do demitido. Visa diminuir a rotatividade da mão de obra e evitar o achatamento do nível salarial, pois a não existência de estabilidade leva o empregador a prática de dispensar empregados cujos salários já são considerados altos, para contratar ou promover outros para a mesma função com salários inferiores. Esta reivindicação já foi conseguida pelo advogado Pazzianotto para vários outros sindicatos e, recentemente, o TST transformou-a em pré-julgado.

• • • A estabilidade da gestante, já conseguida para vários sindicatos de outras categorias, e o pagamento de horas extras que excedam duas horas diárias, em bases superiores a 20%, são as outras reivindicações que o sindicato de São Bernardo levará ao TST.

(1) As reivindicações dos itens h, j e l, embora incorporadas ao acordo, não têm validade em julgamento, porque estão como recomendação aos empregadores.

prieto: impossível cumprir lei do salário mínimo

ESP-19-3-76

"A lei está fora da realidade", disse ontem o ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho, ao ouvir dos deputados que compõem a comissão parlamentar de inquerito sobre salários as críticas ao não cumprimento da legislação que estabelece os fatores mínimos de subsistência do trabalhador. Segundo o ministro, "a lei está limitada pela realidade e o dia-a-dia impede sua obediência". Arnaldo Prieto reconheceu, ainda, a desvalorização do salário mínimo de 1959 até agora (de Cr\$ 1.135,00 para Cr\$ 532,80, a preços atuais) e, entre outras justificativas, lembrou que a lei data de 1913 e que hoje as condições da economia brasileira não permitem sua execução.

Aeroviários

ESP-26-3-76

Os aeroviários da VASP, empregados na Divisão de Manutenção de Aeronaves, terão mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho, com representantes da empresa, às 16 horas do dia 5 de março. A reunião foi designada pelo delegado regional do Trabalho, procurador Vinicius Ferraz Torres, ao receber petição, ontem, do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo, solicitando aquela província, tendo em vista alterações ilegais no contrato de trabalho.

De acordo com o exposto pelos trabalhadores, até há cerca de um ano eles trabalhavam seis dias, descansando 24 horas; no entanto, de lá para cá, com a entrada de novos engenheiros na ad-

ministração, passaram eles a trabalhar 12 dias seguidos, com dois de descanso, o que não apenas contraria a Consolidação das Leis do Trabalho, como também fere as normas da Higiene do Trabalho e a regulamentação da profissão.

Diversas vezes o sindicato tentou, sem êxito, um entendimento direto com a empresa, motivo pelo qual está recorrendo à DRT, pedindo a reconsideração dos novos critérios de trabalho.

Outro problema a ser tratado refere-se à inclusão do valor das horas extras habituais nas férias, "13.º salário" e repouso remunerado, matéria já objeto de pré-julgados no Tribunal Superior do Trabalho.

PEDIDO 13.º PARA PROFESSORES

ESP-26-3-76

Os professores da rede de ensino oficial do Estado de São Paulo estão pedindo o 13.º salário a que têm direito os demais trabalhadores regidos pela CLT. Essa e outras reivindicações foram encaminhadas pelo presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), Rubens Bernardo, ao secretário da Administração, Adhemar de Barros Filho, em encontro mantido ontem na Secretaria.

As principais solicitações dos professores do Estado, além do 13.º salário, incluem contagem de tempo de serviço em dias corridos dos contratados em caráter temporário; contagem de tempo recíproca para os funcionários que trabalharam nos regimes da CLT em empresas particulares; regulamentação dos regimes especiais de trabalho dos professores; cessação do duplo desconto efetuado nos vencimentos dos professores de escolas de 1.º grau pelo IPESP e pelo IAMSPE.

LEI VETA SINDICALIZAÇÃO PARA EMPREGADA DOMÉSTICA

7-4-76

BRASILIA (O GLOBO) — O secretário de Relações do Trabalho, Aluísio Simões Campos, afirmou ontem que a empregada doméstica "não pode ser sindicalizada e não está enquadrada na CLT devido à natureza do trabalho que exerce, em ambiente familiar sem fins lucrativos".

A declaração foi feita a propósito do projeto do deputado Francisco Amaral (MDB-SP) que permite a vinculação das domésticas ao Sindicato dos Empregados de Hotel e Similares. O projeto pretende ainda alterar a lei para permitir que as domésticas se organizem em sindicatos.

Auxiliar da PUC reclama do salário

JB-30-3-76

Com aulas suspensas durante toda a semana passada, os 60 auxiliares de ensino e pesquisa do Centro Técnico Científico da PUC ameaçam entrar com ação trabalhista contra a Universidade, caso não encontrem solução na reunião que marcaram para hoje. Reclamam contra redução de carga horária (de 44 para 22 horas semanais) e de baixo aumento salarial.

Sob o argumento de que exercem todas as funções de professor mas só têm os direitos de aluno, os auxiliares de ensino — alunos de pós-graduação da PUC — reivindicam, também, seu enquadramento no corpo docente, promoção por antiguidade, definição de suas atribuições e participação nos colégios universitários.

Abaixo transcrevemos uma CONVOCAÇÃO da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos e da Comissão Universitária da USP para um encontro nacional de estudantes, onde será discutido o programa de lutas democráticas e para a reorganização do movimento estudantil formulado na reunião de Campinas em janeiro de 76

estudantes

CONVOCAÇÃO

Ampliando os debates iniciados na reunião de Campinas em janeiro de 76, convocada com o objetivo de discutir a instalação de uma CPI sobre Direitos Humanos, a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos Humanos da UNICAMP e a Comissão Universitária da USP vem propor aos demais colegas do país o prosseguimento das discussões ali travadas.

A reunião de Campinas resultou efetivamente numa ampliação da proposição da CPI dos Direitos Humanos, reorientando as atividades para uma idéia mais ampla, de campanha nacional por Liberdades Democráticas. Nesse sentido a reunião, conforme divulgação anterior, teve como resultado uma Semana de Defesa das Liberdades Democráticas que prepararia um encontro nacional com base no seguinte programa.

- Luta contra o 477, o AI-5 e toda a legislação repressiva;
- Pelo fim das prisões, torturas e assassinatos políticos;
- Pela anistia geral a todos os presos e exilados políticos;
- Pela criação de um amplo organismo nacional de defesa dos Direitos Humanos e das Liberdades Democráticas;
- Pela CPI dos Direitos Humanos;

- 32
- f) Pela liberdade de organização, manifestação e expressão;
g) Pela restituição das mais amplas Liberdades Democráticas.

Entendeu-se que a Semana e todas as demais lutas democráticas devem ter um desenvolvimento de cunho nacional, em direção a uma maior centralização e coordenação a nível nacional, garantindo a cada região relativa autonomia e flexibilidade. No entanto, nota-se que a preparação da Semana e também as demais formas de encaminhamento conjunto das atividades estudantis do país ainda carecem de maior discussão e organização.

Nesse sentido, faz-se necessário um posicionamento mais consistente com relação ao papel das lutas democráticas e as formas de organização e manifestação estudantis. Experiências recentes como a resposta do ME em relação ao assassinato do jornalista e professor V. Herzog demonstraram que efetivamente caminhamos a manifestações mais amplas e profundas em repúdio à situação política do país. Dentro desse quadro de retomada das lutas e consequente reorganização do ME existem proposições para a realização de Semanas, Encontros, reuniões e outras formas, que carecem de um maior aprofundamento na discussão do eixo político que deve nortear essas atividades.

Além do mais deve ser reequacionado no atual momento, o papel das atividades e organizações estudantis por área, como o caso dos Seminários e Encontros de Engenharia, Economia, Física, etc..

Soma-se a estas questões a necessidade de efetivarmos discussões a respeito das próximas eleições e sua influência no conjunto da população, em particular junto aos estudantes.

Para tanto, conclamamos que estas questões sejam vivamente debatidas, na USP - CIDADE UNIVERSITÁRIA, São Paulo, no dia 3 de abril de 76, na pauta que foi proposta por representantes estudantis do RGS, PR, SP, MG, Grd Rio, BA, PE, Brasília, presentes nas reuniões das Comissões Organizadoras dos Encontros Estudantis - COSE (Engenharia), COEE (Economia) - no Rio de Janeiro, março de 76. A pauta proposta é a seguinte:

- 1) Balanço regional das atividades e lutas estudantis (este item deve vir preparado por escrito);
- 2) Discussão e preparação da Semana de Luta por Liberdades Democráticas e/ou outras lutas nacionais;
- 3) Discussão e preparação do Encontro Nacional de Estudantes;
- 4) Formas orgânicas para se encaminhar os itens acima e a reconstrução do ME a nível mais geral (regional e nacional).

Na discussão e decisão de tais pontos, todos os estudantes têm voz e deve ser garantida sua participação.

CRITÉRIO DE VOTAÇÃO

Em relação ao critério de votação desta reunião, existem os seguintes posicionamentos:

- 1) COMISSÕES ORGANIZADORAS DE ENCONTROS DE ESTUDANTES (COs): As COs -COSE e COEE- em reunião no Rio, março de 76, visando maior organicidade e garantia de que as decisões sejam as mais representativas possíveis, propõem a seguinte forma:
Princípio básico: Cada delegação estudantil por escola possuirá UM voto baseado no seguinte critério:
 - a) quem detém o voto é o CA ou DA;
 - b) onde existir essa forma de organização (CA ou DA), o voto deverá ser retirado em ampla reunião com os alunos da escola;
 - c) nas escolas em que os respectivos CAs ou DAs por circunstâncias não forem representativos ou não se interessarem pelas discussões, vale o mesmo critério do item b);
 - d) tem direito a UM voto os DCEs e organizações análogas a nível de Universidade, tais como: Comissão Universitária-USP, Comissão Permanente-UNICAMP, Comissão Universitária-UFRJ, etc.;
 - e) os casos dúbios serão resolvidos pelos votantes claramente enquadrados nos 4 primeiros itens.
- 2) COMISSÃO PERMANENTE - UNICAMP: Aceita integralmente os critérios de votação propostos na reunião das COs no Rio, conforme a exposição acima.
- 3) COMISSÃO UNIVERSITÁRIA - USP: Propõe que o critério de votação seja decidido na própria plenária da reunião, no momento de sua abertura.

São Paulo, março de 1976

COMISSÃO UNIVERSITÁRIA - USP

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS - UNICAMP

AVANÇAR O MOVIMENTO ESTUDANTIL

A reforma curricular baixada pelos doutos mandatários da escola não prometia grandes melhoras - agora trata-se de conferir. E do resto o elenco de professores não mudou.

Frente a isto, será necessária a organização dos estudantes para reforçar o Centro Acadêmico. A começar pela convocação do Conselho de Representantes de Classe. Além disso, é necessário que o maior nº de estudantes participe das atividades dos departamentos e que prestigie suas iniciativas. Mas, principalmente, é preciso que os estudantes se organizem em defesa de seus interesses através do CA, cuja instância máxima são os próprios estudantes, isto é, as Assembléias Gerais. Na Universidade, esta era a única forma que este regime encontrou para implantar sua política educacional, e reduzir o ensino a seu estado presente, acrítico e distante dos interesses da maior parte da população.

Como de um lado, não se pode aceitar passivamente a situação em que se encontra o país, e que a maioria da população vem reprimando sempre que pode, na forma que encontra votando, apadrecendo e também fazendo greve-também, por outro lado, não podemos nos conformar com a Universidade que nos oferece.

Aliás, as coisas não se desligam. A transformação da Universidade que temos implica em transformações na própria sociedade. Mas isso não é tarefa exclusiva do ME.

São os trabalhadores, produtores de toda riqueza nacional, aquelas capazes de dirigir consequentemente as transformações urgentes da sociedade brasileira. Mas os trabalhadores, como outros setores sociais, inclusive os estudantes e professores, encontram-se no mesmo barco: a luta pelo próprio direito de reivindicar, isto é, a luta pelas Liberdades Democráticas. Isto significa hoje para nós, lutar pela livre organização e manifestação dos estudantes, isto é, lutar pela reconstrução de suas entidades massivas, a começar pelo DCE, comparecendo à Assembléia Universitária de 26/03, onde será fixada a data para suas eleições, e fortalecendo o CAVC em nossa escola.

PELO FORTALECIMENTO DO CAVC, LIVRE E INDEPENDENTE !

PELA RECONSTRUÇÃO DO DCE-USP !

POR MELHORES CONDIÇÕES DE ESTUDO

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS !

Trechos do Editorial do Jornal ALTERNATIVA da USP.- março/76 FORMAR A COMISSÃO REORGANIZADORA DA UNE

O Encontro Nacional de Estudantes (ENE) que está sendo convocado para o dia 19/03 pode ter somente um objetivo político: o de reorganizar a União Nacional dos Estudantes, em cima da plataforma que responde às lutas atuais do M.E..

A resistência à implantação da PEG e não apenas às suas medidas isoladas e aos limites repressivos impostos pelo regime burguês sobre o ME deve ser colocada como um objetivo de luta que organize os estudantes de modo constante.

E lutando CONTRA A PEG E PELAS ENTIDADES LIVRES E REPRESENTATIVAS que se avançará na reorganização das entidades.

Mas cabe hoje organizar os estudantes a nível nacional. Cabe propor no ENE a formação da COMISSÃO REORGANIZADORA DA UNE, sustentando nacionalmente nas entidades os objetivos de luta contra a PEG e contra a repressão à livre organização dos estudantes.

E se propomos hoje uma Comissão e não já de imediato a UNE porque a unificação dos estudantes em torno da plataforma de combate à intervenção do regime burguês na Universidade precisa ser localizada no bojo das lutas e não fora delas. E se a organização está em função das lutas, a proposta de Comissão Reorganizadora-se apoia sobre a realidade de um movimento que ainda trava lutas contra aspectos isolados da PEG, dando aí a medida da própria força do regime burguês em mantê-lo nesse nível.

A tarefa da Comissão Reorganizadora deve ser portanto a de unificar os estudantes organizados nas entidades, buscando colocar os objetivos de luta que superem o quadro de um movimento que questiona apenas medidas isoladas da PEG e, nesse sentido defender a livre expressão e organização dos estudantes.

CONTRA A PENETRAÇÃO DA POLÍTICA BURGUESA NO M. E.

Mas a reorganização do ME em escala nacional na perspectiva de luta dos trabalhadores somente se realizará, pela superação das bandeiras políticas da oposição burguesa (MDB) que estão presentes nas suas lutas atuais. Como é o caso da corrente que ao invés de colocar para o Encontro Nacional a tarefa de combater a intervenção burguesa na Universidade, advogam as palavras de ordem da oposição burguesa para o ME, e que somente a esta interessa: "liberdades democráticas".

De fato, foi em torno das liberdades democráticas que a greve contra as prisões políticas foi desenvolvida e organizada pelo "protesto clerical" da missa. Foi em torno desta bandeira que o ME, "sereno e ordeiro", foi entregue às manobras do Estadão e MDB em prol da "distensão".

É contra essa política, contra um Encontro Nacional que encaminhe semana por liberdades democráticas, que propomos que o ENE organize, nacionalmente o ME no combate à intervenção do regime burguês na Univer., contra a PEG pelas entidades livres e representativas.

ESTUDANTES PRESOS ESP 17-3-76

Frederico Torres da Silva e Valdelio Santos Silva, os dois estudantes da Universidade Federal da Bahia detidos em Governador Valadares, interior mineiro, no último fim de semana, foram autuados em flagrante por estarem portando "farto material para incitamento estudantil" e encontrados presos no DOPS, em Belo Horizonte, à disposição da Polícia Federal. A prisão de ambos foi efetuada na última sexta-feira por policiais da Delegacia Regional de Governador Valadares.

Ontem, a Polícia Federal divulgou a seguinte nota oficial à respeito da prisão dos dois estudantes baianos:

"As autoridades da Polícia Federal em Minas prenderam em flagrante delito, no dia 11 de março de 1976, os estudantes Frederico Torres da Silva e Valdelio Santos Silva, procedentes de Salvador, Bahia, em trânsito para o Rio de Janeiro, onde participariam de um encontro de estudantes. Os dois nomes foram incursos na Lei de Segurança Nacional, por estarem portando no momento das prisões farto material para incitamento estudantil. As informações foram enviadas ao juiz da 4.ª Circunscrição Militar, em Juiz de Fora.

Enquanto isso, no Rio, a comissão organizadora do Encontro dos Estudantes de Economia, que será realizado em junho, provavelmente em Brasília, divulgou nota oficial ontem, protestando contra a prisão dos estudantes. A nota mostra a preocupação da comissão "pela sorte dos dois estudantes, tendo em vista a insegurança em que se vive, hoje, em nosso país".

ESP-19-3-76

ESTUDANTES DA UFBA SE MOBILIZAM

O Conselho de Representantes dos estudantes da UFBA, integrado pelos presidentes de Diretórios Acadêmicos e pelo presidente do DCE, esteve, também, reunido na noite de anteontem, quando emitiu extensa nota oficial considerando as prisões dos dois estudantes "parte de um esquema de atuação repressiva que tenta extinguir o trabalho das entidades e atingir a todos os estudantes que veem seus direitos acedidos". A prisão dos dois estudantes, segundo o Conselho, "faz parte ainda de um quadro bem mais amplo e geral de um país onde a cada dia surgem notícias de prisões arbitrárias, que este ano, por exemplo, começaram por Serapipe, Pernambuco, Rio e São Paulo, e que atingem cada vez mais pessoas".

Prisões agitam os alunos da UFBA

ESP
21-3-76

Os estudantes da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, em Salvador, poderão paralisar as aulas por 48 horas, em protesto pelo fechamento de seu Diretório Acadêmico, medida determinada pelo Colegiado de Cursos da Faculdade devido à movimentação estudantil iniciada após a notícia da prisão dos estudantes baianos Frederico Torres da Silva e Valdério Santos Silva, em Minas, sob a acusação de portarem "farto material para incitamento estudantil", segundo nota oficial da Polícia Federal. A paralisação será decidida numa assembleia geral marcada para a manhã de hoje.

Além do fechamento do Diretório Acadêmico, os dirigentes e-tudantis foram ameaçados com uma punição disciplinar, recomendada pelo reitor Augusto Mascarenhas ao diretor da Faculdade. A paralisação poderá ser adotada se persistirem as atitudes repressivas da reitoria da UFBA, que chegou a colocar quatro guardas do Serviço de Segurança da Universidade à porta do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia, para impedir a realização de uma reunião. Uma assembleia geral prevista para ontem à noite também não chegou a ser realizada, "pois a escola estava repleta de pessoas desconhecidas, possivelmente policiais, que se aproximavam de qualquer grupo de mais de três pessoas conversando", como informou um dirigente estudantil.

Em Belo Horizonte, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Minas Gerais contratou o advogado Geraldo Magela para atuar na defesa de Valdério Santos Silva e Frederico Torres da Silva. O advogado seguiu ainda ontem para Juiz de Fora, sede da 4.ª Circunscrição da Justiça Militar, acompanhado por uma delegação de estudantes mineiros, onde tentará quebrar a incomunicabilidade imposta aos dois alunos. Na mesma cidade, Geraldo Magela manterá contatos com os familiares dos estudantes detidos.

Ontem, pela manhã, os diretórios centrais dos estudantes das universidades federal e católica de Minas Gerais divulgaram nota oficial a respeito das prisões, onde informam que cerca de 500 pessoas, presentes a uma conferência realizada terça-feira no Centro Cultural da UFMG, "manifestaram, através de votação, um firme repúdio às prisões e solidariedade aos colegas presos". Segundo a nota, "a denúncia ampla e constante das prisões de Valdério e Frederico contribuem para preservar sua integridade física e psicológica". O documento recorda ainda as prisões de três professores da UFRJ e de dois jornalistas cariocas, "num momento em que ainda está viva a memória do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manoel Piel Filho, dados como "suicidas" quando estavam sendo interrogados nas dependências dos órgãos de segurança".

ESTUDANTES SE MANIFESTAM CONTRA AUMENTO

ESP-26-3-76

Enquanto isso, a crise surgiu entre o salunco e a Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pode chegar hoje ao seu ponto máximo: às 11 e 30, os estudantes farão uma concentração em frente da Reitoria e uma comissão levará até a sala do reitor Ivo Wolff um ofício em que solicitam a reabertura do restaurante universitário (fechado sexta-feira por ordem de Wolff) com refeições a 4 cruzeiros em vez dos 5,30 cobrados até quinta-feira passada.

Os dirigentes do Diretório Central dos Estudantes, organizador da manifestação, acham que essa é a única maneira de o reitor receber estudantes em seu gabinete, pois, do contrário, "somos envolvidos pela burocracia da universidade". O documento poderá conter até 10 mil assinaturas de alunos da UFRGS, já que as listas estarão sendo passadas em todas as faculdades até momentos antes da hora prevista para a concentração.

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul ainda tentou evitar o surgimento de novo atrito entre os estudantes e o reitor e nomeou uma comissão composta por cinco deputados, especialmente para servir de intermediária nas relações. Mas a comissão não teve sorte. Depois de conversar com Ivo Wolff, que se mostrou disposto a dialogar e revisar os preços do restaurante, embora afirmasse que também não poderia perder sua autoridade, a comissão reuniu-se com um grupo de alunos tentando marcar um encontro que seria realizado ontem com o reitor.

Os estudantes alegaram que "não há necessidade de intermediações entre o reitor de uma universidade e seus alunos. O contato deve ser direto, para não haver dúvidas. É claro que agradecemos e entendemos a iniciativa dos deputados, mas acreditamos também que o apoio público da Assembleia já será suficiente para ajudar o novo movimento".

FFAA IMPEDEM REUNIÃO

ESP-26-3-76

Em Salvador, oito policiais do serviço de segurança da Universidade Federal da Bahia, uma grande patrulha mista, com soldado da Marinha, Exército e Aeronáutica, e um forte contingente da Polícia Militar impediram, ontem à noite, que os estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas se reunissem no prédio da escola, para debater a possibilidade de prorrogação da paralisação das aulas, ampliada inicialmente por mais 24 horas. Agora, espera-se uma grande reunião para a noite de hoje, com a participação de entidades de profissionais liberais.

(*) A autorização para

libertação dos estudantes baianos foi transmitida ao delegado do DOPS na capital mineira, através de telex, pelo juiz auditor da 4.ª Circunscrição de Justiça Militar, com sede em Juiz de Fora. Segundo a nota do juiz, os universitários deveriam ser "soltos, sem qualquer restrição".

Apesar da recomendação, Valdério Santos e Frederico Torres não puderam viajar para Salvador, porque as autoridades policiais mineiras não liberaram sua documentação pessoal, que ainda se encontra em Juiz de Fora, e nem lhes forneceram cópia do alvará de soltura.

Estudantes baianos afirmam que foram torturados pela polícia em Belo Horizonte

JB
30-3-76

Salvador — "Fomos colocados dentro da arena — um círculo isolado do salão por paredes revestidas de cortiça, chão acolchoado — e um holofote com um feixe de luz intermitente diante de nossos olhos, enquanto recebíamos socos dirigidos e golpes de caratê em diversas partes do corpo. Do lado de fora, através do vidro que nos separava do salão, víamos uns 10 policiais, sentados em cadeiras à semelhança de auditório".

O relato foi feito pelo vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia, Valdério Silva, e pelo estudante de Economia, Frederico Torres, na primeira entrevista coletiva após serem soltos pelo DOPS de Belo Horizonte.

Eles disseram que "as torturas foram praticadas no DOPS até altas horas da noite", quando eram colocados "inteiramente despidos, sem alimentação, e passavam por constantes torturas físicas e psicológicas cuja intenção era levá-los à exaustão".

Os estudantes, presos no último dia 11, em Governador Valadares quando seguiam para o Rio, onde participariam de um encontro estudantil, afirmaram que a primeira justificativa

para a prisão foi "vadiagem e averiguação". Foram "desde o primeiro instante acusados de ligações com organizações clandestinas e de estar participando de eleições para a ex-União Nacional dos Estudantes". Entre as formas de pressão relatadas, eles citaram uma "entrevista" promovida por policiais do DOPS com o "presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Minas e um repórter do Jornal de Minas Gerais".

Em Minas, os alunos voltam

ESP-26-3-76

Os alunos do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais, em greve desde sábado, retornam às aulas a partir de hoje, depois de terem atendidas suas reivindicações quanto à organização de um "setor de publicações" de apostilas para o departamento e a compra de mais livros para a biblioteca da faculdade.

A decisão foi tomada em assembleia-geral realizada na manhã de ontem, quando os alunos do curso foram informados das providências da Reitoria (liberação de verba de 30

mil cruzeiros), que incumbiu o diretor da Faculdade de Filosofia, à qual está vinculado o curso de Ciências Sociais, de efetuar as compras necessárias.

Ontem, depois de tentar — sem sucesso — um contato com o diretor da faculdade, José Ernesto Ballstedt, para definir prazos para compra do material que ainda falta, os alunos decidiram fixar unilateralmente um prazo de 15 dias para que seja adquirido esse material (arquivos, balcão e máquina de escrever). No encerramento deste prazo, será realizada nova assembleia.

igreja

d. arns: terrorismo é a violação dos direitos humanos

ESP-6-3-76

"Vossa Eminência convocou a imprensa para falar sobre direitos humanos, hoje, data do 23.º aniversário da morte de Stalin? Teve Vossa Eminência a intenção de chamar a atenção para os direitos humanos na União Soviética?"

A partir desta pergunta dirigida ao cardeal-arcebispo, a entrevista foi se tornando gradualmente tensa, num clima onde D. Paulo procurava muito mais defender-se de insinuações feitas por alguns jornalistas do que responder diretamente. O cardeal-arcebispo de São Paulo respondeu:

"A convocação para a entrevista de hoje se deve essencialmente ao começo da Campanha da Fraternidade. E, na fraternidade, analisam-se todos os problemas que impedem e obstruem a caminhada do povo, que desagregam o povo. Portanto, minha convocação convocação nesse dia engloba também uma abordagem sobre direitos humanos, enquanto isso servir para despertar a consciência de todos, visando a liberdade do homem e da sociedade".

"D. Aloisio Lorscheider afirmou que a Igreja está preocupada com a difusão de idéias marxistas. O senhor consegue captar essa difusão em São Paulo?"

"Eu percebo em São Paulo uma impaciência da juventude e dos intelectuais por não encontrarem alternativas para a solução de problemas da sociedade. Impaciência para com a sociedade de amanhã. Da impaciência a juventude lança-se para todas as concepções do mundo. Agora, dizer se cresceu ou diminuiu (a difusão de idéias marxistas) é difícil porque tratamos do mundo das idéias, no terreno da reflexão. Um jornalista procurou atribuir ao cardeal a expressão "socialismo religioso" quando d. Paulo se referia ao "socialismo cristão".

"Nós não estamos aqui para discutir toda a amplitude do socialismo cristão. Mas, se o senhor interpreta socialismo como comunismo, então compreendeu mal minhas palavras. Agora, se vê o socialismo como conquista das massas operárias para participar dos bens da vida, bens da saúde, dos transportes, da cultura; bem espirituais, intelectuais, então nós concordamos, pois Cristo veio para salvar os pobres".

"O que é para o senhor o terrorismo?"

"É toda violação dos direitos humanos de uma forma mais radical. Toda violação eu considero terrorismo, seja de forma física, psíquica e até espiritual".

D. Eugênio também vê avanço marxista

ESP-6-3-76

"O marxismo representa um perigo grave, como a miséria e a fome", afirmou ontem o cardeal do Rio de Janeiro, dom Eugenio Sales, que entretanto alertou os católicos para que não se lancem "numa insana campanha anticomunista". Dom Eugenio comentava as declarações do presidente da CNBB e da Conferência Episcopal Latino-americana, dom Aloisio Lorscheider, que ontem reiterou sua preocupação particularmente com o avanço do pensamento marxista, na ciência social, com repercussões já observadas em estudos produzidos por entidades vinculadas à Igreja.

Dom Eugenio vinha tratando do tema em suas últimas mensagens, sempre apontando a influência marxista nos meios universitários e de comunicação social, mas destacando que a miséria e a injustiça social criam o clima propício para a doutrina marxista, que se apresenta como um novo messianismo. Daí porque a Igreja não aceita campanha anticomunista,

"muito ao gosto dos poderosos, que se sentiriam protegidos em seus privilégios", nem se omite na denúncia ao comunismo, doutrina radicalmente oposta e incompatível com o cristianismo.

Dom Aloisio manifestou sua preocupação com o avanço da idéia de que o marxismo — com sua doutrina de luta de classe — é o melhor instrumento para análise da realidade. Com isso — observou — "propaga-se paulatinamente uma atitude ateísta", que inquieta pelo dano que poderá trazer não à Igreja, mas à sociedade e ao povo.

O arcebispo de Belo Horizonte, dom João Resende, falou da "tentação do marxismo", contra o qual os antidotos são "uma religião viva e esclarecida" e "a comunidade vivida em plenitude".

Para dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina, "todo brasileiro verifica o avanço marxista no País".

temas da campanha da fraternidade

ESP-7-3-76

"Caminhando em oração com Cristo, o povo de Deus não descobrirá os desvios das superstições ou ritos alienantes, entregando-se a uma reflexão mais profunda sobre a dignidade e responsabilidade do ser humano e dos seus direitos? Direitos humanos, eis uma prioridade pastoral que enriquece e completa o conceito de religião". Este é um dos temas da Campanha da Fraternidade — que será discutido na terceira semana da Quaresma — exposto ontem pela manhã pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo Evaristo Arns, complementando as informações que ele pretendia fornecer durante a tumultuada entrevista concedida à imprensa na sexta-feira, quando sete representantes de um semanário paulista com perguntas agressivas, levaram o arcebispo a discutir essencialmente assuntos relacionados à difusão de idéias marxistas na América Latina.

Mensagem

"Caminhar Juntos", afirmou D. Paulo, será o slogan da ação religiosa nesse ano: "Fala-se em caminhar porque ninguém tem o direito de ficar parado; é preciso crescer e avançar. E na caminhada avilham-se os passos, afere-se a rota, unem-se as pessoas e os vacilantes se fortalecem".

Detalhando os temas a serem abordados na Quaresma o cardeal arcebispo de São Paulo observou que eles servirão para uma reflexão sobre os aspectos da caminhada. Na primeira semana "procuraremos superar as atuais formas de escravidão", tentando com isso "libertar as comunidades das correntes que as impediam de andar". A "superação do imobilismo" será o tema da segunda semana, pois "a passividade e o conformismo doentio não impedem a caminhada na luta contra a subnutrição ou mortalidade infantil?". Para esta superação, lembra o cardeal, a denominada "operação periferia" é um avanço missionário de comunidade, mobilizando recursos humanos e materiais para que se dispense um tratamento mais justo e humano às populações suburbanas.

Na terceira semana será destacada a importância da reflexão mais profunda sobre a dignidade e responsabilidade do ser humano e de seus direitos, "direitos humanos, uma prioridade pastoral que enriquece e completa o conceito de religião". Na semana seguinte

a reflexão se concentrará nas formas para se "superar a incomunicação", pois enquanto os meios de comunicação se multiplicam, "crescentes grupos ou numerosas pessoas permanecem no isolamento". E, finalmente, na quinta semana, a campanha abordará o tema "superar o egoísmo e a vanglória", procurando "vencer os horrores da massificação, o egoísmo e a vanglória que levam o ser humano a abusar do poder e do domínio, incentivando na sociedade variadas formas de opressão", concluiu D. Paulo.

pastoral do trabalho

ESP-26-3-76

Multiplicar a ação da Comissão de Justiça e Paz, que hoje atua em nível arquidiocesano, em todas as regionais da cidade, a fim de que "cada cristão se transforme em um defensor dos direitos humanos e as violações a esses direitos sejam mais rapidamente conhecidas" — esta foi uma das propostas discutidas num encontro da Arquidiocese de São Paulo para estabelecer as mancinhas de concretizar as quatro prioridades de ação já definidas para 1976 e 1977, nas pastorais do Mundo do Trabalho, dos Direitos Humanos e dos Marginalizados, da Periferia e das Comunidades Eclesiais de Base.

A PASTORAL DO TRABALHO

As quatro prioridades de ação foram definidas em duas assembleias realizadas no final do ano passado com a participação de bispos, páres, religiosas e leigos. Depois dessas reuniões, estabeleceu-se o objetivo da Pastoral no Mundo do Trabalho: "a promoção integral, à Luz do Evangelho, dos componentes das classes vinculadas ao mundo do trabalho, dando prioridade ao operariado".

Segundo dom Angélico Sândalo Bernardino, bispo da Zona Leste e coordenador da Pastoral no Mundo do Trabalho, o encontro que se encerrou ontem definiu algumas atividades para a ação, como a criação de uma comissão arquidiocesana da Pastoral constituída por padres e militantes trabalhadores (até julho de 1976) e de um grupo de especialistas.

DIREITOS HUMANOS

A Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados tem o objetivo de "por exigência do mandato evangélico, assumir a necessidade de proclamar, promover e defender os direitos humanos, especialmente dos pobres e oprimidos". Segundo o documento oficial, essa pastoral contém três dimensões fundamentais: "o anúncio, a denúncia de opressões e violações, e a solidariedade com os oprimidos".

CNBB divulga documento sobre questão agrária

ESP-23-3-76

A necessidade de criação da justiça agrária, do cumprimento mais rigoroso das leis que regulam a propriedade da terra e da implantação de uma política de ocupação da Amazonia baseada essencialmente na empresa familiar são algumas das conclusões obtidas num encontro da Comissão Pontificia Justiça e Paz, e que foram reunidas num documento entregue pelo presidente da CNBB, d. Aloisio Lorscheider, ao chefe da Casa Civil da Presidencia da Republica, general Golbery do Couto e Silva, e ao ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho.

O tema do encontro, realizado segunda e terça-feira, no convento do Cenaculo foi "Aspectos Legais do Regime de Propriedade Agraria" e o documento final contém 13 conclusões. Nele se reco-

nece que a legislação vigente é boa e permite mudança no sistema do uso da terra, mas precisa ser dinamizada e fiscalizada pois não vem sendo cumprida.

Os membros da Comissão Pontificia Justiça e Paz pedem a imediata aplicação da legislação, através da reforma agrária e da colonização, especialmente na Amazonia, onde é preciso implantar uma política de ocupação baseada essencialmente na empresa familiar, criando empregos produtivos e "evitando o surgimento de grandes latifundiários oficialmente incentivados".

Entre as áreas que indicam para estudo urgente de discriminação de terras está o Acre, especialmente as áreas exploradas pelos seringueiros, para os quais pedem especial e imediato atendimento por parte das

autoridades, para que seja respeitada a posse da terra que já ocupam.

A subordinação do INCRA à Presidência da Republica é outra medida sugerida com o objetivo de que o maior poder de decisão possa permitir maior eficiência na execução do processo de redistribuição das terras.

Propõe ainda a Comissão que o INCRA distribua licenças de ocupação de terras devolutas de maneira ágil e em grande numero, para dar segurança ao posseiro enquanto aguarda o processo de discriminação e a expedição do titulo definitivo.

Aconselham também que nos planos oficiais de terras publicas se dê prioridade ao assentamento da propriedade familiar ao longo das vias amazônicas e se de-

envolva a navegação fluvial para atender às populações ali radicadas.

A urgência de se conscientizar os lavradores para os benefícios que a legislação lhes concede, e os direitos e deveres que dela decorrem, é também enfatizada, assim como a necessidade de capacitação de técnicos necessários ao cumprimento da lei agrária, como os agrimensores, e da criação da cadeiras de Direito Agrário nas Faculdades de Direito, Agronomia e Veterinária.

A discriminação das terras devolutas também é pedida, para que possam ser ocupadas. Também foi evidenciada a necessidade de créditos e auxilio técnico aos lavradores, assim como o incentivo à formação de cooperativas e sindicatos rurais.

Sacerdotes denunciam injustiças

ESP-30-3-76

Um grupo de sacerdotes, religiosos e leigos que formam uma equipe de reflexão pastoral e cristã em Salvador, entre os quais se incluem o abade do Mosteiro de São Bento, dom Timóteo Amoroso Anastácio e o jesuíta Cláudio Perani, divulgaram ontem um documento denominado "Preocupação Quaresmal e esperança de aleluia", no qual assinam que "quando a fome, a falta de água, a falta de moradia, a doença e a insegurança de todo tipo proliferam em grandes setores da população suburbana, os direitos fundamentais que todo homem tem às condições indispensáveis de vida humana, individual e familiar, são violentados".

Depois de declararem-se "compelidos a exprimir de publico as preocupações e esperanças que experimentam em face de alguns acontecimentos notórios que caracterizam o instante histórico que vivemos", ressaltam os signatários, no documento, o aumento constante do custo de vida, a expulsão dos "invasores" da baixa do Marotinho, "obrigados a abandonar seus barracos sem nenhuma justificativa humana maior" e a condenação de profissionais e operários, "pessoas comprometidas com o problema social da nossa e de outras cidades". O documento salienta ainda "As ultimas violações das liberdades de expressão e de organização na UFBA".

lutas pela posse da terra

violência contra posseiros

ESP 9-3-76

O clima de tensão e violência que está se alastrando por todo o vale do rio Buriticupu — numa área de 1,7 milhão de hectares, que o governo do Estado, ilegalmente, incorporou ao patrimônio da Companhia Maranhense de Colonização, a Comarco, e que foram vendidos em sua maior parte a grandes grupos econômicos do Sul — foi condenado ontem, em São Luis, pelo arcebispo d. João Mota, que pediu "a quem de direito, inclusive latifundiários", que oihem para os lavradores da região "com os olhos da Justiça e amor cristão".

D. João referiu-se ainda à Declaração Universal dos Direitos Humanos — "Todo homem tem direito à vida" — para criticar "a falta de terras, os foros cobrados acima da taxa legal, a ocupação de terras e a destruição de roças pela invasão do gado, com a subsequente expulsão de posseiros, a falta de indenizações legais, proibição do ingresso no sindicato de classe, pressão sobre presidentes de sindicatos, ameaças aos que procuram defender seus direitos, denúncias de subversão, prisões e, por vezes, até mortes", o que se constitui para ele, na "análise da realidade", o "contexto de vida" desses lavradores.

Ontem, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Maranhão — Faema — solicitou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, um estudo completo sobre as violências que têm sido vítimas os la-

vadores da região, principalmente de parte da Comarco, conforme denuncia feita pela Pastoral de Terras da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB. A partir desse estudo será elaborado um relatório sobre a situação dos lavradores, a ser encaminhado às principais autoridades do Estado e do Governo Federal, segundo se informou.

Enquanto isso, as denúncias sobre novos atos de violência contra posseiros, praticadas pelo delegado Luiz Monteiro, continuam chegando a São Luis, onde o secretário de Segurança Publica do Estado, mais uma vez, disse que mandará apurar todas as denúncias, pois não aceita "desmandos nem violências". Até o momento, contudo, não se tem conhecimento de que alguma providência realmente tenha sido tomada.

A mais grave dessas denúncias refere-se à prisão e espancamento, por esse delegado, dos lavradores Felizardo Miranda e Firmino Pereira, acusados de haverem invadido terras vendidas pela Comarco a um grupo econômico, cujo nome não foi revelado. Segundo o deputado estadual Celso Coutinho, da Arena, a prisão foi "arbitrária e ilegal", pois os lavradores, que já esperavam a ação do delegado, tinham em seu poder *habeas corpus* preventivos, que foram rasgados pelo militar. Tanto Felizardo como Firmino queixaram-se de espancamento praticado pelo delegado, "que deseja limpar a área para a Co-

marco vender". Dezenas de outros lavradores já fizeram a mesma queixa.

Na verdade, esses acontecimentos refletem uma situação fundiária confusa, muitas vezes pela omissão do próprio governo, que não vem demonstrando possuir forças para impedir que as grandes empresas pratiquem impunemente atos ilegais. E' o caso, por exemplo, da Construtora E.I.T., responsável pela abertura de uma estrada na área da Comarco, que ficou com uma grande extensão daquelas terras, inclusive algumas aldeias de índios, e expulsou seus antigos donos pela força — como já foi denunciado pelo prefeito da cidade de Grajau, Alfredo Falcão. Por outro lado, o governo maranhense tem divididas com a empresa, o que leva Freitas Diniz a insinuar: "Talvez por isso o acórdão do Tribunal não se aplique a ela".

Essa falta de vigilância do poder publico também estimulou o aparecimento dos grileiros, sob as vistas do governo, que foi avisado, e a participação de alguns dos seus membros, segundo depoimentos prestados à Polícia Federal. Eles tomaram posse de uma área de cerca de oito milhões de hectares, agravando ainda mais a situação que o governo maranhense classificou de "o impasse fundiário", um dos principais obstáculos ao desenvolvimento socio-econômico do Estado", segundo o Plano de Governo de Nunes Freire.

Acuados, aos posseiros resta a violência como forma de defesa. É o que acontece nos povoados de Sabonete Novo e Alto Brasil, em Grajaú, onde a população decidiu resistir às ameaças de despejo que lhes são feitas por um pistoleiro conhecido por José Cirilo, empregado do fazendeiro goiano Kelrtan Moreira do Vale. Apenas no ano passado verificaram-

se nessa região três conflitos armados, com a ocorrência de uma morte. Em São Pedro da Agua Branca, a população está encurralada pelos fazendeiros Gerson Castro Alves e Jackson Mendonça, que frequentemente tentam se apoderar de suas terras. Perto dali, um grupo de cerca de 60 posseiros prepara um abaixo-assinado que será entregue às autori-

dades estaduais, denunciando o grupo da Sandra, que adquiriu terras da Comarca, de querer expulsá-los da região.

Em toda a extensão dos 24 quilômetros de terras da E.I.T., as famílias que ficaram sem as terras, construíram suas casas entre o arame farpado que cerca a área da empresa — ilegal, já que as terras não

pertencem a ninguém — e a estrada, num espaço que não oferece condições para que plantem sequer uma horta. Por essas razões, as populações do Interior maranhense apresenta uma alta mobilidade. Um grande contingente humano deixa frequentemente suas terras, em busca de trabalho na Amazonia, transformada num novo Eldorado.

expulsão de 100 famílias

ESP-12-3-76

Após duas tentativas frustradas e várias ameaças de intervenção violenta, dois oficiais de Justiça — acompanhados de policiais — conseguiram entrar, ontem, na Barra do Ribeira, localizada a 40 quilômetros de Iguape, e realizar a reintegração de posse de uma faixa de terra de sete quilômetros, a Praia da Juréia. A área — pertencente a Manoel Antonio de Moraes e a outras cinco pessoas de São Paulo — foi invadida por cerca de 100 famílias de posseiros, que vêm cultivando a terra há alguns meses.

O primeiro encontro entre oficiais de Justiça e posseiros aconteceu na tarde de quinta-feira passada. Quando chegaram a barra do Ribeira, após atravessarem o rio Ribeira de Iguape, foram recebidos por dezenas de homens e mulheres que impediram a retirada da cerca de arame farpado instalada ao redor dos sete quilômetros do terreno.

Um dos oficiais leu um mandato judicial de reintegração de posse e determinou que a cerca fosse arrancada. Mesmo estando acompanhado de outro oficial e de três policiais, sua ordem não pode ser cumprida, pois um dos líderes dos posseiros disse: "Se alguém colocar a mão na cerca vai ter briga". Após ponderarem que era preferível ceder amigavelmente, os oficiais de Justiça ameaçaram voltar no dia seguinte com reforço policial.

Ontem, às três horas da tarde, os dois oficiais voltaram, ainda receosos, acompanhados dos donos das terras e de cinco policiais. Apesar do recio com que chegaram, Domingos Carneiro — um dos líderes dos posseiros — havia assegurado, minutos antes, que "hoje nós vamos ter que abaixar a cabeça, porque eles têm mesmo um mandato e não vamos poder lutar com a lei desse jeito".

Domingos e outros companheiros tinham estado na manhã anterior, em São Paulo e foram instruídos por seu advogado, Paulo de Freitas, para não reagir que seria pior. O grupo voltou a barra do Ribeira resignado com a promessa do advogado: "Ele disse que ia aparecer por aqui para dar um jeito na coisa". Até o final da tarde, Paulo de Freitas não

havia aparecido, mas mesmo assim os posseiros acabaram cedendo. Na quinta-feira, eles haviam relatado em desocupar as terras, alegando justamente que dali só sairiam "caso o nosso advogado nos dê essa ordem: só aceitamos ordens dele".

Cerca de 100 famílias vivem na Praia da Juréia, vivendo da pesca e da pequena lavoura de arroz e mandioca. Nos últimos dois dias, entretanto, o trabalho diminuiu por causa da tensão com o aparecimento dos oficiais de Justiça e do mandato para que fosse desocupada a área de sete quilômetros de comprimento, cuja largura varia, uma vez que fica entre o mar e o rio Ribeira de Iguape, e o terreno acompanha a sinuosidade do rio. Ontem, enquanto os líderes dos posseiros não chegavam de São Paulo, o clima era de medo e, ao mesmo tempo, de perseverança: todos relutavam em ceder.

arrendatários ameaçados

ESP-16-3-76

Cerca de 300 famílias de arrendatários estão sofrendo represálias e até ameaças de morte para que abandonem a Fazenda Paulista, em Terra Roxa, Oeste do Paraná. Como não querem abandonar o local, pelo menos até que façam suas colheitas, há um clima de tensão e o temor de que se transforme em conflito armado. Os colonos propuseram uma ação judicial contra os fazendeiros, pedindo manutenção de posse, mas a Justiça ainda não tomou nenhuma medida. Enquanto isso, os proprietários da Fazenda Paulista dizem que não há lei, porque "são parentes afins do governador Jayme Canet Junior e têm dinheiro para comprar qualquer autoridade".

Há cerca de dez anos, as 300 famílias de colonos trabalham pacificamente nessa fazenda. Dos 2.700 alqueires, eles ocupam apenas 500 e já em janeiro do ano passado, os colonos começaram a ser ameaçados de despejo pelos proprietários da fazenda. Uma parte dele ingressou com ação de manutenção de posse na Comarca de Guaíra. A partir daí, começava a utilizar

métodos de repressão para amedrontar as famílias, como a colocação de correntes nas estradas que dão acesso à fazenda, sob a vigilância ostensiva de guardas particulares. Foram também queimados vários ranchos e inutilizadas algumas plantações dos colonos com tratores. Ilegalmente e sem motivo justificado, a polícia de Terra Roxa prendeu três posseiros, segundo se fala, apenas para intimidá-los.

Depois de mais de um ano sem solução para o conflito, e com o agravamento das tensões, começaram as ameaças de morte. A destruição de plantações dos colonos, além de provocar grandes prejuízos, quase fez eclodir o conflito armado. Segundo uma denúncia assinada por 150 agricultores e entregue ao INCRA, os colonos foram contratados como subarrendatários para fazer a derrubada de mato e plantar na Fazenda Paulista. Afirmam eles no documento: "Ultimamente, depois que os fazendeiros se encontravam com a totalidade das terras derrubadas, estão despejando com força de jagunços e, muitas vezes, com auxílio da polícia de Terra Roxa, os subarrendatários que ficam sem ter onde ir".

Ainda segundo a mesma denúncia, "muitos subarrendatários maltratados e amedrontados foram obrigados a deixar suas lavouras e perderem tudo o que tinham plantado". Os colonos continuam declarando, no documento que entregaram ao INCRA, que "ultimamente, os fazendeiros não estão permitindo que os subarrendatários façam o plantio de suas lavouras, dizendo que vão indenizá-las, mas isto não acontece". Para os colonos, a desonestidade se caracteriza no fato de que "os fazendeiros, após se encontrarem com a fazenda toda derrubada, estão destocando e, para tanto, praticam atos arbitrários como a derrubada de ranchos e, incendiando-os, colocam famílias de dez, 12 e 13 crianças para fora dos ranchos o tocam fogo, num verdadeiro desrespeito à pessoa humana e às leis do País".

SECA: FOME E DESEMPREGO

ESP-26-3-76

A seca já atingiu praticamente todo o Estado do Piauí — com exceção dos municípios de Correia e Parnaíba, no Litoral — e provocou a perda de 50 por cento das lavouras. A área mais crítica, segundo a Sudene, é a região do Sudeste do Piauí, que tem a cidade de Picos como centro, onde não chove há mais de 20 dias.

A Sudene, ao reconhecer a existência de problemas em três áreas do Nordeste e uma de Minas Gerais, informou ontem de Minas Gerais, em Pernambuco, enfrenta situação semelhante. Também a região do Brumado, na Bahia, e do Nordeste de Minas Gerais, estão causando apreensão entre as autoridades. Segundo a Sudene, se a ausência de chuvas persistir por mais de dez dias, os problemas poderão provocar consequências desastrosas.

Na região de Picos, no Piauí, a Sudene, em conjunto com a Secretaria da Agricultura, está construindo nove açudes, com a aplicação de quatro milhões de cruzeiros e a utilização de mão-de-obra ociosa da própria área.

Desemprego

Em cinco municípios da região do Cariri, no Ceará, próximos a Pernambuco, aproximadamente três mil pessoas estão sem emprego por causa da prolongada estiagem.

Cerca de 500 flagelados pela seca no Ceará, saquearam, durante a manhã de ontem, o comércio da cidade de Jati, município da região Sul do Estado, próximo à fronteira de Pernambuco, deixando todos os comerciantes locais em difícil situação. Também no município de Jardim, mais precisamente na Vila do Correntinho, próximo a Jati, várias famílias flageladas saquearam uma mercearia, à procura de alimentos.

Preocupação em Jati

Em Jati, cerca de 300 agricultores learam, ontem aglomerados diante do posto fiscal e da residência da prefeita Selma Gondin, exigindo trabalho e alimento. E a prefeita, temendo que o comércio fosse novamente saqueado, solicitou a intervenção do destacamento policial.

Caciques do Sul pregam a união contra invasores

Caciques kaingangues, koklengues e guaranis divulgaram ontem uma mensagem dirigida a todas as comunidades indígenas do Sul do país, alertando-as para o fato de que o prazo dado pela Funai para a retirada dos intrusos dessas áreas já está quase se esgotando, e, no entanto, elas continuam sendo invadidas. "Os invasores estão cada vez mais fortalecidos — dizem os índios — por causa da proteção que estão tendo dos políticos. É por este motivo que nós precisamos agir e mostrar a força do nosso povo unido".

Faltando apenas dois meses para o término do prazo dado

ESP-31-3-76
pela Funai para liberar as áreas indígenas, os caciques contam que em vários postos as terras continuam sendo ocupadas por posseiros, como ocorre em Nonoai, e Pinhalzinho, no Rio Grande do Sul, e Limeira, no Paraná.

"Nós estamos defendendo nossa terra e tudo o que é nosso, conforme o Estatuto do Índio, que diz: "cabe aos índios ou silvícolas a posse permanente das terras e o direito ao usufruto exclusivo de todas as utilidades naquelas terras existentes".

"É por este motivo — continuam — que perguntamos

por que os pinheiros e outras madeiras de nossas áreas continuam sendo serradas, sem licença nossa. No posto indígena Xapeçó, por exemplo, foi montada uma fita nova que serra 1.500 dúzias de tabuas por mês. E para onde vai esse dinheiro?" perguntam os índios.

Os caciques fazem ainda um apelo a todos os índios para que promovam reuniões periódicas para discutir os problemas que enfrentam. Além disso, pedem aos índios que estão morando fora das áreas indígenas que voltem a viver junto às suas comunidades: "para garantir o futuro das nossas famílias e de nossos filhos".

FAVELADOS LEVANTAM BARRICADAS

ESP-26-3-76

Em cumprimento a uma ordem judicial, que mandou reintegrar na posse do terreno o seu antigo proprietário, 40 soldados da Polícia Militar do Espírito Santo destruíram, ontem, 250 barracos da favela de Concheiras, no município de Serra, a 18 quilômetros de Vitória. Na área existiam 720 barracos e os que restaram deverão ser destruídos hoje.

Durante a operação de despejo, feita em duas etapas, os policiais enfrentaram diversas dificuldades. As 14 horas, quando chegaram ao local, encontraram mais de 50 homens entinchados em barricadas que tinham sido armadas no início da rua que dá acesso à favela. Na frente dos obstáculos, ficaram as mulheres, com crianças no colo, as quais partiram em direção aos fuzis dos soldados, pedindo-lhes que não derrubassem os barracos.

Havia grande tensão na favela e, em poucos minutos, surgiram algumas brigas. Três favelados acabaram sendo presos e um policial foi atingido por um objeto não identificado, na cabeça. Seu capacete foi atirado para longe, mas o incidente não alterou o propósito do capitão Wanzeler, que comandava a tropa, e a favela acabou sendo invadida. Os policiais revistaram todos os barracos à procura de armas e derrubaram aqueles onde não havia crianças, deixando para hoje o término da "operação".

A área onde estava situada a favela é formada por 1.500 lotes pertencentes a Antonio Artur Teixeira, a favor de quem o juiz Otton Gomes de Souza decretou a reintegração. Calcula-se que a população, ali, era superior a mil pessoas — a maioria procedente do Interior do Estado —, que procuraram a capital ou as cidades próximas em busca de emprego. Segundo alguns especialistas em problemas rurais, o esvaziamento do Interior já liberou a mão-de-obra mais qualificada, ocasionando a diminuição das atividades pecuárias.

As invasões de terras localizadas nas proximidades de Vitória vêm ocorrendo constantemente. Os migrantes dirigem-se, de preferência, para Serra e Cariacica, onde outras favelas já foram derrubadas. Há dois meses, foi destruída a favela do "Salamin", com uma população tão numerosa como a de Concheiras.

O GRANDE DESPEJO

"Deixem as bandeiras", ordenou o coronel Otto Aguiar, comandando o início de toda a operação. "Elas não fazem mal a ninguém." As duas bandeiras do Brasil, assim, puderam tremular de sexta-feira a domingo retrasados acima da paisagem devastada da baixa do Marotinho, em Salvador. Mas as pessoas que as hastearam — 1.272 moradores da favela local — foram retiradas dali por 200 policiais, uma das maiores operações de despejo já feitas na Bahia. Durante toda a semana passada, quando até as bandeiras haviam desaparecido do Marotinho, centenas de desabrigados espalharam-se pela cidade procurando um lugar para se instalar.

Cordas de náilon — A operação Marotinho não chegou, porém, a surpreender ninguém em Salvador. Deflagrada em outubro último pelo prefeito Hage através de uma ação de reintegração de posse, somente em fevereiro um advogado nomeado pela Ordem dos Advogados tentou as primeiras providências em defesa dos moradores.

O carnaval encontrou toda a favela do Marotinho em vigília. Nas primeiras horas da manhã de sexta-feira, chegaram dois oficiais de Justiça, treze caminhões basculantes e as duas centenas de policiais armados de revólveres, gás, baionetas, fuzis, metralhadoras, arame farpado e cordas de náilon. Curiosamente, este robusto contingente policial era o responsável, até a véspera, pela segurança dos moradores. Quando o coronel Aguiar acabou de ler um ofício, no qual preservava as duas bandeiras e uma escolinha inaugurada na véspera, a operação começou — e também os problemas, tanto para os expulsos quanto para os expulsos.

VEJA, 17 DE MARÇO, 1976

Operários da Prefeitura, por exemplo, de renda e estilo de vida semelhante aos dos moradores do Marotinho, recusavam-se a participar das manobras de despejo, e iam embora para suas casas. A deserção se acentuou no fim do primeiro dia, quando eram também frequentes as discussões entre motoristas de caminhões, operários da Prefeitura e seus chefes administrativos.

Termos claros — A violência acabou desabando sobre os miseráveis pertencentes da multidão despejada — trastes jogados em caminhões que perambulavam pela cidade sem destino certo — e sobre a imprensa, como ocorreu com pelo menos um fotógrafo, agredido pela polícia, e com um repórter, impedido de tomar notas. Fora do Marotinho, as famílias dos feirantes Pedro Machado Pereira, 21 anos, e Djalma Cruz, 27, num total de oito pessoas, foram alojadas na Fazenda Sete de Abril, na região do aeroporto. Saíram de lá e ocuparam uma casinha fechada com arame, instalando-se todos no seu único cômodo.

É verdade que a dona do barraco, considerada louca pela vizinhança, poderia voltar a qualquer momento. Mas os invasores não estavam preocupados. "Nós entramos aqui porque seria mais fácil enfrentar qualquer proprietário do que a polícia", justifica Pedro Pereira. Perdidas as pistas de centenas de pessoas como Pereira e Cruz, o prefeito Jorge Hage Sobrinho defendeu sua medida em termos bastante claros: "Eu estou aqui para governar a cidade da forma que me pareça mais justa e não para procurar a simpatia ou o rendimento eleitoral dos meus atos como um fim em si mesmo", disse ele aos jornalistas.

ESPECIAL

ENTREVISTA COM MANUEL DA CONCEIÇÃO

O texto da entrevista de Manuel da Conceição à Conjuntura Brasileira corresponde quase que integralmente a gravação que fizemos. Por absoluta falta de espaço, uma segunda parte da entrevista será publicada no próximo cb.

C.B.- Existe por parte da oposição e das massas ilusões com as manobras do ditador Geisel?

M.C.- Acho que existe muita ilusão com as manobras do Geisel. Existiu principalmente à partir da época das eleições de 74 até agosto de 75, por aí. Ilusão com a distensão lenta e gradual. Então muita gente embarcou na onda, achavam que a eleição tinha sido a vitória da linha Geisel, que hoje chamam de doutrina Geisel. Mas, os movimentos populares foram crescendo, ganhando a opinião pública para o lado da corrente que lutava pela distensão. Geisel estava no centro com duas contradições, uma contra as esquerdas mais progressistas, ou seja o lado mais progressista da oposição, e a outra contra a linha dura, que é o braço direito da ditadura, e que segundo diziam, ele era contra. Geisel se colocava no centro tentando conciliar as duas. Acontece que a corrente da linha dura foi cada vez mais perdendo o apoio do povo. E a outra foi crescendo na opinião pública. Geisel com isso foi aos poucos se afastando para o lado da linha dura. Só em algumas questões em que ele era realmente checado, quer dizer uma questão pública que ele não podia se desvelar, ele foi obrigado a agir, fez alguma coisa. Mas ao mesmo tempo que agia de um lado, endurecia do outro. Para enganar o povo, ele deu uma pequena abertura para a oposição na época das eleições. O MDB conquistou uma série de vitórias na época. Depois, deu uma abertura suspendendo a censura do Estadão, que vinha cheio de frases de Camões substituindo as matérias censuradas. Com isso Geisel ganha mais apoio da área democrática. Foi quando houve a cassação dos direitos políticos daquele corrupto de Pernambuco, o Campos. A gente sabe que todo o povo de Pernambuco tem raiva dele, e embora do ponto de vista político continuava a ameaça de cassações, Geisel ganhou certa simpatia com essa medida. Depois, Geisel aplicou novamente o AI-5 no grupo Abdala de São Paulo, que é outro renegado pelo povo e pela classe operária. Um cara que dirigiu uma brutal repressão contra a greve operária de 1962. Geisel confiscou a imprensa e as terras dele, mas agora faz um projeto para expulsar todos os operários que estão nessas áreas. Geisel começou então uma total desmoralização de si próprio. E os movimentos de massa foram crescendo e o Geisel foi dando para trás. Resultado: começou a casar os direitos políticos de deputados federais e estaduais que eram realmente os caras mais autênticos, os mais democratas e progressistas. Vejam bem a tática de Geisel, ao mesmo tempo em que ele falava demagogicamente de distensão ele dizia que os instrumentos de exceção davam o arco, as ferramentas do regime. Ou seja, Geisel queria com o apoio do povo incluir os instrumentos de exceção na Constituição. Essa era mais ou menos a previsão de Geisel mas, com a reação do povo, muito ligado a aspirações demo-

cráticas, ele vai se desmascarando completamente. Isso culmina com as últimas cassações.

Falando do MDB, eu acho que lá dentro tem uma camada que realmente apoia o sistema, que só tem o nome de oposição. Existe a área dos moderados que são caras que não tem uma posição firme. E existe uma camada de deputados apolíticos do MDB que realmente marcam como oposição. São esses que são golpeados com as cassações de direitos políticos e de mandatos.

A curto prazo, não vejo muitas perspectivas para uma vitória democrática no Brasil. Esses movimentos que se desenvolvem em torno das lutas por liberdades democráticas têm que se basear no movimento popular, por que na medida que é o deputado que está lá encima falando, dirigindo, a cassação vem. Mas se o deputado ou outra personalidade democrática está falando o que já veio lá das massas, lá do povo, é outra coisa totalmente diferente. Se não houver movimento popular, não será possível de maneira nenhuma a curto prazo uma distensão.

C.B.- Você conclui então que o próprio crescimento da oposição popular denunciou a demagogia do ditador Geisel?

M.C.- Os movimentos populares mesmo fracos como estão representam uma ameaça para Geisel. E qual é a tendência dele? Quer dizer, em política não há centro, só há centro durante um determinado tempo, depois não é mais possível esse centro existir. Por que as coisas vão arrechando e o cara tem que se decidir, tem que tomar uma posição.

C.B.- Você acha que o ditador Geisel vai tentar continuar sua manobra demagógica tendo em vista as eleições?

M.C.- Claro, ele vai continuar por muito tempo, só que essa manobra dele já não pega mais. Pega ainda em pelegos e naquela camarilha de indivíduos que se apoderam das entidades de massa, independente da vontade do povo, para ter vida boa, ou seja ter lá a sua casinha mais ou menos boa, ter seu carrinho de luxo para andar, e apoiar o Geisel. Mas, na verdade a oposição popular, embora devagar, cresce no Brasil. E a tendência de Geisel é se isolar, ficar do lado dos reacionários. Por que veja bem a farsa, se o MDB é conhecido por todo o povo com o nome de oposição, quando ele começa a cumprir o seu papel, vem o golpe. Que oposição é essa? Isso é uma farsa que precisa ser desmascarada.

Esse homem que foi cassado agora, o Lysaneas Maciel, um dos deputados mais votados do Rio, estava exatamente denunciando, fazendo alguma coisa ligada ao povo. Você acha então que esse governo vai ficar com o apoio do povo? Que o povo vai apoiar um governo que cassou um homem que foi eleito pela vontade popular? Não

tem condição. Esse governo vai se desmascarar cada vez mais, vai ficar isolado. Isso é o que eu espero que aconteça no Brasil atualmente.

C.B.- Para essa política de isolamento da ditadura, voce acha que a esquerda tem sabido trabalhar junto ao movimento de oposição democrático? Ela tem conseguido considerar a situação desse movimento e contribuído para que ele avance? As propostas políticas da esquerda têm mais realidade, ou ela lança ainda propostas incapazes de encontrar eco?

M.C.- Essa é uma questão que eu gostaria de discutir com muitos detalhes. Por que desde 62 quando eu comecei a participar de movimentos populares - eu comecei mesmo em 55, mas muito espontaneamente - me encontrei com grupos e pessoas de esquerda. Eles já tinham uma idéia, um programa formulado para apresentar como orientação das lutas. Mas, sempre que esses programas eram levados à prática, eles entravam em contradição com a realidade objetiva. Ou seja, o programa é um e a tendência que o povo está marchando é outra. Então, ou a política cai no seco, ou dirige por um determinado tempo erradamente o movimento, sem prever exatamente a que consequências vai chegar. Mais adiante, cai pau na cabeça dos dirigentes que orientavam aquele movimento e estes são obrigados a sair pelo mundo.

O problema das esquerdas no Brasil é muito complexo. Eu acho que não existe nenhuma organização de esquerda que possa dizer que está dirigindo, ou que tem uma orientação para o movimento das grandes massas populares. Ou seja, eu não falo de grupos mas de organizações estruturadas a nível nacional. Não existe ainda no Brasil uma organização que já tenha criado e sistematizado uma teoria que corresponda a realidade brasileira.

Acho que é um momento em que a esquerda deve fazer uma revisão de seu passado, de seus erros políticos na condução das lutas. Essa é a primeira coisa que temos que fazer. Segundo, temos que pegar a realidade do nosso povo tanto do ponto de vista econômico, como do ponto de vista político e cultural. Saber qual é o nível de cultura do nosso povo, ligando essa situação particular do Brasil com o resto dos povos do mundo que estão subordinados a dominação capitalista. Acho que sem uma análise profunda dessas questões não é possível uma condução correta das lutas populares. Todas as orientações que eu já li, já encheriquei, tem problemas. Sempre acho que não esta certo.

Acho que para se formar uma organização justa ela tem que levar em conta aquelas pessoas que além de uma capacidade teórica estão integradas à uma prática de luta junto ao povo, seja na cidade, seja no campo, no movimento operário ou estudantil. Tem que ter uma visão geral do nosso país e, em particular, do local em que está trabalhando. Se não souber articular uma luta local com uma luta que se desenvolve em escala nacional e mundial, não é possível de maneira nenhuma uma condução justa dessas lutas.

Por que, acontece o seguinte, cada qual desenvolve as lutas sem uma coordenação geral, sem uma orientação justa, sem uma tática correta e sem uma estratégia que possa conduzir à uma vitória dessas lutas

Digo que precisa de muita autocrítica daqueles que no Brasil já se conside-

ram como uma corrente ou então como o partido do proletariado, seja ele quem for, eu acho errada essa atitude. Acho que não corresponde a realidade de maneira nenhuma. O partido do proletariado vai surgir a partir de uma correta análise da realidade e de um critério de comportamento que conduza os movimentos de esquerda à uma unidade. O comportamento da esquerda que eu conheci no Brasil até hoje não contribui para isso. Contribui muito mais para a divisão, para o separatismo das esquerdas, para o enfraquecimento de si mesma e do movimento de massa. Com isso só quem lucra realmente é a repressão que está apoiada numa classe dominante que se articula no mundo capitalista para esmagar todos os movimentos de esquerda. A ditadura não quer saber se voce tem divergências comigo, ela chega e esquenta o pau em mim e em voce. Eu acho então que é uma questão de revisão, uma revisão de onde nós estamos errando, quer dizer, onde é que as esquerdas do Brasil estão errando que não conseguem nem sequer se entenderem entre si, se entenderem entre as várias tendências e correntes. Ou alguém está errado, ou todo mundo está errado e é preciso nesse caso fazer uma revisão crítica da situação. Ora, se a esquerda brasileira não é capaz de se unir, como é que ela vai unir um mundo de povo que não tem ainda nenhuma consciência política, mas que precisa ter. Eu acho um absurdo que alguém diga que está com a verdade pura e simples, e que quem quiser participar de uma organização tem que se submeter ao que está dito por que é a linha que ela defende.

C.B.- Qual o peso da esquerda na condução das lutas democráticas?

M.C.- Ela tem peso importante nessas lutas. Mas é preciso a unidade de ação, agir num único sentido. Os diferentes grupos fazem trabalhos localizados. Agora, para dirigir o processo é necessário a união desses grupos. Só assim será possível conduzir o movimento até o fim. Se não, lá na frente, nós vamos levar novamente uma porrada, vamos dar outra cabeçada, um a um sem termos condições de dirigir a coisa até o fim.

C.B.- Você acha que hoje, depois de todo um período de derrotas a esquerda vem avançando no sentido de compreender que a primeira coisa que ela tem que fazer é justamente isso que você está mencionando, ou seja, conhecer o terreno, saber que nível de mobilização existe, que tipo de luta se pode e se deve desenvolver. Ou ainda permanece, basicamente, uma atitude vanguardista?

M.C.- Eu acho que existem duas tendências dentro da esquerda no Brasil. Uma que está realmente querendo tirar lições do passado e com isso evoluir e poder propor mais na frente uma estratégia e uma tática global correta. Existe outros grupos na esquerda que acham que eles já tem isso pronto e acabado. Isso cria conflito com dezenas e milhares de pessoas que estão no Brasil que querem participar, mas diante dessa situação acabam optando por ser independentes. São pessoas que acumularam experiências no processo de lutas e que não podem aceitar essa tendência das esquerdas de impor programas. Por isso existe hoje no Brasil numerosos grupos de independentes. Todo mundo está atuando, isso é verdade. Uns estão atuando para através dessa prática e da experiência do passado poderem formular uma linha que corresponda a realidade brasileira. Outros pensam que já sabem tudo, já se consideram os dirigentes da revolu-

ção. Para esses virão novos problemas e derrotas.

C.B.- Em 1968, a Federação Nacional do Trabalho tomava posições contrárias aos movimentos grevista de Osasco e aos setores metalúrgicos mais radicalizados. Se percebe atualmente um choque entre a orientação geral da F.N.T. e a orientação da esquerda para o movimento sindical operário?

M.C.- Até agora não observei nenhum choque da esquerda com o movimento que é dirigido pela F.N.T. No meu caso, por exemplo, o pessoal da Igreja sabe que eu tenho um pensamento marxista. No Brasil, a contradição não se coloca entre cristãos e marxistas que lutam junto ao povo.

Na atual situação a divergência ideológica entre marxistas e cristãos é secundária, mais na frente ela poderá se aguçar. Não tem sentido, hoje em dia no Brasil, esse tipo de divergência quando o inimigo principal é a repressão, é a ditadura que está lá e que viola os direitos humanos. A própria prática nos une.

Nessa luta concreta do dia a dia vai se destacando muita gente boa. São operários, intelectuais, estudantes que vão assimilando uma nova concepção através de sua atuação prática. Essa prática é uma desgraça, e ela leva o cara a uma nova concepção do mundo. Olha, eu era cristão, mas cristão daqueles fanáticos da Assembléia de Deus, pregava o evangelho no campo, quando eu comecei a me encontrar com pessoas marxistas que me chamaram para uma reunião para discutir o problema da concepção de Deus. Eu disse, ora rapaz, se for para discutir a luta do povo você pode contar comigo por que eu vou morrer dentro dela, não vou correr de jeito nenhum. Agora, discutir a minha fé, eu jamais admitiria um negócio deste.

Acontece que uma coisa é o que se diz, outra coisa é a realidade que se encontra. Ora, dentro desse processo de luta que a gente vem participando, observando as contradições, a matéria, a realidade, não foi preciso ninguém me dizer para eu ser marxista não, para eu saber que o materialismo é uma realidade objetiva.

Esse trabalho que a F.N.T. desenvolve está muito ligado a uma vida operária, tanto na cidade como no campo. Ora, se são os operários que começam a assumir essas lutas e, a partir delas, vão entendendo a realidade, a longo prazo serão eles que conduzirão o movimento. Durante essa prática, a classe operária irá encontrando o caminho justo que corresponde à realidade. Muitos operários que participam de iniciativas patrocinadas pela igreja, vieram me procurar para discutir problemas políticos e ideológicos. Vai chegar um momento em que essa orientação que se está dando não vai corresponder a realidade, e esses homens terão necessidade de seguir adiante. Você acha então que eles não vão descobrir o caminho certo?

Não sei se é verdadeira uma declaração de D. Aloisio Lorscheider colocando o perigo da concepção marxista mas, ela foi muito criticada no movimento operário, por que uma declaração desse tipo só pode fortalecer a ditadura e a repressão.

C.B.- Quais são as palavras de ordem democráticas que você acha que tem uma repercussão maior nos diferentes setores da oposição e principalmente no meio operário. A palavra de ordem de defesa dos direitos humanos tem capacidade mobilizadora?

M.C.- A palavra de ordem criação de centros de defesa dos direitos humanos no Brasil tem uma repercussão imensa, na medida que grande parte das massas do Brasil tem consciência que existe, pelo menos escrito, uma lei universal que defende uma série de coisas que estão sendo violadas no país. Essa violação não se restringe somente às torturas na prisão, ela envolve uma série de aspectos que não são respeitados no Brasil. A campanha pela denúncia dessa situação é apoiada por setores bastante fortes, tanto religiosos como políticos. Nestes centros, as camadas mais desprivilegiadas têm a possibilidade de denunciar as arbitrariedades que sofrem para religiosos, assessores jurídicos, democratas. Esse tipo de atividade está pegando e indo adiante. Além de receber denúncias, a partir desses centros se formam grupos que vão fazer estudos sobre as condições sanitárias de um bairro, por exemplo. Eles vão lá e com o próprio povo estudam o problema.

Esse movimento é apoiado pelas mais vastas camadas do povo brasileiro, pela hierarquia da igreja e por personalidades jurídicas e políticas. Não vai ser fácil para o governo reprimir um movimento que é apoiado por todas as camadas sociais. Ele não vai ter alternativa de sair por aí cassando direitos políticos.

C.B.- O que você acha exatamente das perspectivas desse movimento? É possível que a ditadura suspenda as eleições e intensifique mais ainda a repressão para fazer frente à ele, considerando que a tendência é de que esse movimento de oposição popular ganhe terreno?

M.C.- A ditadura brasileira se apoia e é apoiada principalmente nesses grandes grupos fortes internacionais que estão lá dentro do Brasil, e que atingem o país desde os centros urbanos até os mais distantes locais da Amazonia, aonde eles aplicam até métodos escravagistas. Eu vejo que quando essas lutas começarem a crescer, principalmente nas bases operárias que formam a força na qual se baseia o centro dinâmico da economia, esse sistema vai entrar em crise. Isso por que os grupos que estão apoiando o governo vão começar a recuar quando o movimento de massa surgir como uma ameaça as suas economias. O grande capital começará então a diminuir seus investimentos no país. Como o movimento de massa tem tendência a crescer rapidamente, o governo vai ter que tomar uma posição frente ao problema. Eu ele vai dar um golpe de mais reacionários, caso o movimento popular nessa época ainda não estiver em condições de passar a ofensiva e dar o golpe final na ditadura.

Para que isso aconteça, será necessário que esse movimento tenha uma boa orientação durante todo o processo de luta, e que a esquerda esteja preparada esperando lá na frente o golpe. Caso estejamos preparados na época, em vez de sermos golpeados, poderemos golpear.

repressão

ESP-18-3-76

NA BAHIA IV RM CONDENA 14

A Auditoria da VI Região Militar condenou, após um julgamento de mais de 13 horas de duração, todos os 14 presos políticos que se encontravam à disposição da Justiça Militar desde julho do ano passado, sob acusação de tentativa de rearticulação do Partido Comunista Brasileiro na Bahia. As penas variaram de dois a cinco anos de prisão e os advogados de defesa já entraram com um "recurso de apelação" para o Superior Tribunal Militar, e com um pedido de vistas ao processo, para que possam arrazoar o recurso, no prazo legal de 10 dias. Entre os condenados encontram-se o vereador Sérgio Santana, do MDB, e outros filiados do partido oposicionista, que integravam a Ala Jovem.

Durante sua atuação na defesa de três dos 14 acusados, Pedreira Lapa denunciou os componentes do chamado "grupo adesista" do MDB baiano, como autores intelectuais do processo. Em um seminário realizado no início do ano passado, "os adesistas já procuravam

intimidar os componentes da Ala Jovem, ameaçando denunciá-los aos órgãos de segurança sob a acusação de ligações com o PCB".

São os seguintes os 14 condenados: Paulino Vieira, Roberto Max Argolo, Sebastião Amaral do Couto, Winston Araújo de Carvalho, Luiz Fernando Contreiras de Almeida, Sérgio Santana, Marco Antonio Rocha Medeiros, Heitor Casaes e Silva, Marcelo Veiga Santana, Carlos Antonio Marighela, José Ivan Dantas Pugliesi, Alberico Carvalho Bouzon, Maria Lucia Cunha de Carvalho e Ieda Veiga Santana.

INQUERITO HERZOG ARQUIVADO

ESP-10-3-76

O titular da 1ª Auditoria de Guerra, em São Paulo, determinou, na tarde de ontem, o arquivamento do inquerito sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. Acolhendo manifestação do Ministério Público Militar e adotando como parte de sua sentença o relatório do IPM "sobre as circunstâncias em que ocorreu o suicídio do jornalista" nas dependências do DOI-CODI, a determinação salienta que "os laudos técnicos comprovam a ocorrência de suicídio por enforcamento,

suicídio, desde o dia 12 de setembro do ano passado, quando os órgãos de segurança começaram a sequestrá-los, para depois submetê-los, em sua maioria, a sevícias, obrigando-os a assinar confissões previamente preparadas por aqueles órgãos".

Os presos explicam que denominam suas detenções de sequestros "porque nenhum mandado de prisão foi legalmente expedido por nenhuma autoridade". Afirmam que os sequestros "começaram no dia 12 de setembro de 1975, para terminar no dia 25 de outubro" e que "a Delegacia de Ordem Política e Social do Estado, na qual foram assinadas as confissões de acordo com instru-

ções do órgão sequestrador, cuja denominação oficial ainda é desconhecida, somente no dia 12 de novembro denunciou-os à 5ª Circunscrição Judiciária Militar". Segundo afirmam os presos no memorial, o representante do Ministério Público contrariou o próprio Código Penal Militar, "somente os pronunciando em 5 de dezembro, deixando de apresentar qualquer fundamentação. E somente em 19 de janeiro deste ano é que foi lida a decisão do juiz auditor substituído, que decretou a prisão preventiva de 50 cidadãos. Tudo indica que, com esta preventiva em massa e por atacado, o mesmo bateu um novo recorde nacional, infelizmente

"JULGAMENTO É UMA FARSA"

ESP-17-3-76

A figurinista Zuzu Angel afirmou ontem, no Rio, que o julgamento do pedido de prisão preventiva contra seu filho Stuart Edgar Angel Jones, desaparecido desde 1972, realizado pela 2ª Auditoria da Marinha, "é uma farsa porque meu filho foi morto na Base Aérea do Galeão e seu assassinato já faz parte até da História do Brasil". Zuzu Angel refere-se ao livro do historiador Hélio Silva, "História dos governos militares no Brasil", que relata o assassinato de Stuart. Segundo o livro, durante sua prisão ele teria sido obrigado a ingerir gases provocados pela descarga de um jipe da Aero-náutica.

A figurinista considera que

"o julgamento é um desrespeito à dor de uma mãe que teve seu filho assassinado e sequer pode velar o seu corpo, porque o governo não reconhece sua morte". Disse, contudo, que continuará lutando pela reabertura do caso, para que as autoridades reconheçam seu assassinato, puna os responsáveis pelo ato e lhe permitam enterrar o filho. Durante a visita do secretário de Estado Henry Kissinger ao Brasil, há um mês, Zuzu Angel entregou-lhe uma carta e um dossiê completo sobre o caso, pedindo sua interferência junto ao governo brasileiro para que o desaparecimento de seu filho seja esclarecido. Os documentos incluíam o livro de Hélio Silva, que relata a morte de Stuart.

PASSAPORTE

ESP-11-3-76

O ministro Décio Miranda, do Tribunal Federal de Recursos, negou ontem o pedido de liminar em mandado de segurança impetrado pelo teatrólogo Augusto Boal, fundador do Teatro de Arena de São Paulo contra o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, visando à renovação do passaporte, negada pelo Consulado do Brasil na Argentina.

de feição inquisitorial".

De acordo com o decreto de prisão preventiva, os juizes "fizem o que em hipótese alguma poderiam fazer: examinaram o mérito". No decreto, chegaram a afirmar que "computando-se os autos, observa-se de modo incontestável não pesar dúvida quanto a materialidade do ato delituoso e igualmente com relação a autoria que é atribuída aos denunciados". Os detidos afirmam, portanto, que "os juizes transformaram o decreto de prisão preventiva em presençosa ou em sentença mesmo". Segundo o memorial, seus advogados recorreram ao Superior Tribunal Militar, que vem adiando sucessivamente o julgamento do recurso.

MEMORIAL DE PRESOS POLITICOS

ESP-10-3-76

Ao mesmo tempo em que se anunciava para o próximo dia 18 a visita a Curitiba do presidente do Supremo Tribunal Militar, brigadeiro-do-ar Carlos Alberto Iluet de Oliveira Sampaio, era divulgado ontem o memorial assinado por 27 presos políticos que se encontram na prisão provisória da Capital paranaense, encaminhado ao presidente Geisel e denunciando fatos ocorridos durante e após a prisão. O memorial relata o que os presos "têm

Rezende: prisões são perfeitamente legais

ESP-18-4-76

buna do Congresso Nacional".

O senador Eurico Rezende, em nome da liderança do governo, declarou ontem no plenário do Senado que as recentes prisões efetuadas no Rio por órgãos de segurança são "custodias perfeitamente legais, cujo mérito, cuja justiça serão examinados no curso da instrução probatória". De outro lado, condenou as críticas provocadas pelo fato, classificando-as de "exploração passionallizada promovida por porta-vozes também comprometidos com a subversão, que usam dos recursos de que dispõem, algumas vezes até mesmo da tri-

O senador Nelson Carneiro, do MDB, em aparte ao líder da Arena, congratulou-se com o governo "pela iniciativa de mandar prender legalmente as pessoas que julga que merecem um inquerito". Afirmou que os protestos do MDB não são propriamente contra a prisão de extremistas, mas contra o fato de não haver uma ordem de autoridade determinando a medida. Disse que é normal a prisão, se determinada por autoridade competente, mas não é o fato de deixar a família sem saber onde está o preso.

DPPS ouvirá mais quatro jornalistas

ESP-8-4-76

A jornalista Jalusa Barcelos, reporter da revista "País e Filhos", da Editora Bloch, prestou depoimento ontem na Delegacia de Polícia Política e Social do Rio, mas os depoimentos dos jornalistas Luiz Edgard de Andrade e Alice Maria, da Rede Globo de Televisão, marcados para ontem, foram transferidos para amanhã às 9 horas. Jalusa Barcelos foi à DPPS acompanhada por Salvador Cardoso, diretor do Departamento de Assistência Social da ABL.

Hoje, comparecerá à DPPS, também atendendo convite do delegado em exercício, Francisco de Paula Fortes, os jornalistas Carlos Jurandir Lopes e Ismar Cardona, de "O Globo".

Para amanhã foram convidados os jornalistas Sonia Meinberg, de "O Estado de S. Paulo" e George Cabral, do "Jornal do Brasil". Também foi chamada para prestar depoimento amanhã, Elaine Machado, esposa do fotógrafo de "O Globo", Luis Paulo Santana Machado, que esteve preso no mês passado. Os três têm depoimento marcado para as 8 horas.

O jornalista Maurício Azedo, preso há 29 dias, e o professor Ailton de Albuquerque Queiroz, detido há 34 dias, continuam à disposição dos órgãos de segurança em uma dependência do I Exército.

BRASIL COMPRA CAFÉ PETRÓLEO DE ANGOLA

13-4-76

BRASILIA (O GLOBO) — O Brasil vai comprar de Angola todo o petróleo e todo o café que aquele país puder vender, afirmou ontem um dos membros da primeira missão econômica brasileira a Luanda.

Segundo funcionários que integraram a missão, "o primeiro contato econômico entre o Brasil e Angola foi um êxito completo".

O Brasil anunciou a disposição de comprar em Angola todo o petróleo que os angolanos se dispuserem a vender, mesmo que para isso tenha que desviar suas atuais importações de outros países. Pela proximidade geográfica, o petróleo angolano sairá mais econômico para o País do que o petróleo do Oriente Médio.

Os funcionários brasileiros manifestaram também interesse na compra de café angolano, do tipo robusta, disponível para exportação. Esse café é mais barato do que o café brasileiro, tipo arábica, e pode ser utilizado na fabricação de solúvel, liberando assim o produto brasileiro para exportação.

A missão acertou em troca vendas brasileiras de equipamentos agrícolas, ônibus urbanos e interurbanos e grande variedade de alimentos, principalmente arroz, já que o esgotamento da guerra afetou bastante a agricultura angolana.

Os ônibus que o Brasil exportará para Luanda são os mesmos que são vendidos com grande sucesso para outros países africanos, como a Nigéria. Tradicionalmente, os africanos compravam ônibus e caminhões franceses ou ingleses, mas os veículos são mal adaptados ao clima tropical, construídos para o frio europeu.

As vendas de equipamentos agrícolas serão vinculadas a assistência técnica que o Brasil deverá prestar à agricultura angolana, através de programas intensivos que se destinam à rápida recuperação econômica do país.

O representante do Banco do Brasil que acompanhou o grupo acertou também a abertura de uma linha de crédito, de dez milhões de dólares (cerca de 100 milhões de cruzeiros) para compra pelos angolanos de equipamentos brasileiros.

A missão brasileira, chefiada pelo ministro Paulo Tarso Flecha de Lima acertou ainda para o primeiro semestre deste ano a vinda ao Brasil da primeira missão comercial econômica de Angola, que visitará os principais centros brasileiros para identificar os interesses de seu país em projetos de cooperação.

VENDAS A ANGOLA

compra de 200 ônibus Mercedes Bonz fabricados em São Paulo.

JB-15-4-76

Brasília — Já como resultado da missão exploratória que visitou Luanda na semana passada, o Governo de Angola vai enviar ao Brasil uma delegação do seu banco estatal para assinar com o Banco Central do Brasil contratos de crédito no valor global de Cr\$ 80 milhões que irão cobrir a operação de

Além da venda desses ônibus e de 5 mil toneladas de arroz e da compra de café Robusta pelo Brasil, o chefe da missão brasileira que esteve em Angola, Ministro Paulo Tarso Flecha de Lima, adiantou que outras transações comerciais foram encaminhadas em Luanda: a venda pelo Brasil de caminhões, navios de carga, barcos de pesca e material

hospitalar.

Navios brasileiros, na média de um por mês, estarão levando alimentos a Luanda, inclusive para abastecer a filial do Supermercado Pão de Açúcar existente na Capital angolana. Três desses navios já aportaram em Luanda este ano, e o representante do Lóide Brasileiro, comandante Mário de Oliveira, integrou a delegação exploratória exatamente para discutir detalhes da linha marítima que será mantida entre o Brasil e Angola.

ESTRATEGIA AFRICANA

ESP-14-3-76

"O que a África precisa entender e está entendendo é que nós liquidamos a hipoteca", dizia um diplomata brasileiro a propósito da visita das representações da Mauritânia e Zâmbia e da projetada vinda de dois ministros da Guiné-Bissau, no próximo dia 22. O diplomata referia-se, obviamente, a uma expressão muito usada pelos críticos nos anos 60, para se referirem a inflexível subordinação brasileira ao Tratado de Amizade e Consulta com Portugal e suas consequências junto às então chamadas Províncias de Ultramar. Os críticos diziam então que o Brasil agia como alguém que está limitado pelos onus de uma hipoteca.

A missão Mario Gibson Barbosa à África procurou contrariar essa "hipoteca" e significou um primeiro e importante passo para a aproximação que agora se concretiza. Mas o Tratado de Amizade e Consulta surgia sempre como um incomodo cenário no fundo de palco em que o Brasil procurava contracenar com a África. O primeiro discurso de Geisel ao Ministério, em março de 1974, era uma sentença indireta de morte para aquele tratado. Mesmo depois do 25 de abril em Portugal, o Brasil tentaria demonstrar que suas intenções eram anteriores às mudanças em Lisboa, em relação às Províncias Ultra-Marinhas. O reconhecimento antecipado da Guiné-Bissau, a 17 de

julho de 74, significou que o Brasil havia engavetado o Tratado de Amizade e Consulta. O reconhecimento processava-se três meses antes de Portugal, e o Brasil também estabelecia distinções quanto ao conceito de autodeterminação. Para o Brasil são elementos essenciais do processo de descolonização plena e inequívoca a integridade territorial e o desenvolvimento. "É ilusório pensar que um tal processo possa chegar àquele objetivo como resultado do patrocínio de quem quer que seja", diria depois o Brasil para marcar sua posição.

Enquanto apara as arestas e usufrui os dividendos, o Brasil tentará concentrar todo seu esforço na África na tarefa de "eliminar constrangimentos". O ponto central da estratégia brasileira é demonstrar seguidamente aos africanos que seu apoio à descolonização é "para valer" e que a intenção de maiores e melhores vínculos com o Continente constitui uma decisão a longo prazo. O Brasil não tem perdido oportunidade para dizer e mostrar isso. Ainda esta semana o chanceler Azeredo da Silveira deu um recado diplomático bastante ostensivo ao ministro dos Transportes e da Indústria e Comércio da Mauritânia, Ilassi Ould Didi: "O governo mauritano e o seu ilustre presidente soberanamente avaliar o propósito sincero da nação brasileira de reforçar os laços que a unem aos povos africanos, laços esses oriundos de tradições e heranças comuns".

AUMENTARA COMERCIO COM POLONIA

ESP-25-2-76

Os governos brasileiro e polonês assinaram ontem um protocolo pelo qual se comprometem num programa cujo objetivo é alcançar um comércio bilateral de 3,2 bilhões de dólares no período 1976-80, com média anual, portanto, de 610 milhões de dólares. No ano passado, o comércio entre os dois países somou 170 milhões de dólares, com déficit para o Brasil. O novo acordo prevê uma balança comercial equilibrada. Segundo o ministro Severo Gomes, que assinou o protocolo, o acordo representa para o Brasil mais do que uma alternativa comercial, "um seguro de vida". Assinou pela Polónia o ministro Jerzy Olszewski.

OFENSIVA NO LESTE EUROPEU

ESP-19-3-76

Missão governamental brasileira encontra-se no momento percorrendo alguns países do Leste Europeu — República Democrática Alemã, Hungria, Checoslováquia e Polónia — numa viagem classificada "de prospecção", para levantar as possibilidades de intensificar o intercâmbio comercial entre o Brasil e aquela área — dentro da política de diversificação e ampliação de mercados estabelecida pelo governo Geisel.

De acordo com os últimos dados de 1974, o intercâmbio do Brasil com os oito países do Leste Europeu — Albânia, Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia, Checoslováquia e URSS (esses dados não incluem a Jugoslávia) —

apresentou os seguintes resultados globais: importação, ... 156.057 mil dólares; exportação, 395.917 mil dólares. Registrou-se, pois, somente em 1974, superavit de 239.860 mil dólares em favor do Brasil. No ano passado, embora ainda não se disponha de todos os dados estatísticos, esse superavit deve ter crescido. É possível, portanto, segundo alguns analistas, que o Brasil esteja quereando aproveitar esse saldo — que em geral, devido aos acordos bilaterais com quase todos aqueles países, não se convertem em divisas — para adquirir naqueles mercados certos produtos essenciais que comprava em outros mercados tradicionais. Seria essa uma forma de evitar dispêndio de divisas numa hora em que todo esforço se faz para reduzir o déficit geral da balança comercial.

publicações consultadas para este número

jornal	O ESTADO DE S. PAULO	revista	Visão
jornal	JORNAL DO BRASIL	revista	BANAS
jornal	TRIBUNA DA IMPRENSA	revista	EXAME
jornal	Opinião	revista	DIRIGENTE INDUSTRIAL
jornal	MOVIMENTO	revista	DIRIGENTE RURAL
boletim	DIAL	revista	Conjuntura Econômica
revista	VEJA	publicações	latino - americanas

ASSINATURAS	- 6 meses :	US	6
	1 ano :	US	12
DE APOIO	- 6 meses :	US	10
	1 ano :	US	20
	por avião mais	US	3
	numeros atrasados	US	2

ENDERECO
conjuntura brasileira
c/o michel thery
29. rue meslay
paris 75 003 - france
